



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA**

**TERESA CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA**

**FILHO DO CORAÇÃO:  
O PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NA PERSPECTIVA  
PATERNA**

Salvador  
2014

**TERESA CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA**

**FILHO DO CORAÇÃO:  
O PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS NA PERSPECTIVA  
PATERNA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lúcia Vaz de Campos Moreira

Salvador

2014

UCSAL. Sistema de Bibliotecas

O48 Oliveira, Teresa Cristina Ferreira de.  
Filho do coração: o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna/ Teresa Cristina Ferreira de Oliveira.– Salvador, 2014.  
173 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea.  
Orientação: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos. Moreira

1. Paternidade 2. Adoção 3. Envolvimento Paterno 4. Família I. Título.

CDU 347.633:316.356.2(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

**Teresa Cristina Ferreira de Oliveira**

**“Filho do coração: o processo de adoção de crianças na perspectiva  
paterna.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família  
na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 18 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:



Prof.ª. Doutora Lúcia Vaz de Campos Moreira- UCSal.  
Orientador (a)



Prof. Dr. Cesar Augusto Piccinini - UFRGS



Prof. Dr. Giancarlo Petroni - UCSal

“Não esqueçais a hospitalidade, pois graças a ela, alguns  
hospedaram anjos, sem o perceber”.  
(Hb 13, 1-8)

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos a Deus, sem o encontro com o Mistério talvez não tivesse concluído esse trabalho. Toda honra e toda glória ao único digno de toda adoração!

Aos meus pais, Anita Gentili Ferreira e Walter Flávio (*in memoriam*), minha eterna gratidão. Obrigada pelo amor incondicional.

Ao meu esposo José Cândido por ser importante na minha vida. Obrigada pela colaboração em minha trajetória acadêmica. Avante companheiro!

Aos meus filhos Victor Hugo, Camilla Christina, Caio César, Victória Maria e João Victor, pelo amor sem limites! Obrigada pela paciência, incentivo, por acreditarem que posso realizar os meus sonhos e por compreenderem minha ausência em alguns momentos. A grande família!

À Taise Morais, por compartilhar o seu tempo mesmo cansada do trabalho, auxiliando-me nas transcrições. Obrigada pela força!

À minha orientadora, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Lúcia Vaz de Campos Moreira a quem tenho a maior amizade, admiração, gratidão e lealdade. Sempre disponível e disposta a me ajudar, fez com que eu aproveitasse todos os segundos do mestrado para absorver todo conhecimento possível nessa caminhada acadêmica. Não foi somente uma orientadora, mas conselheira, confidente e amiga. Por estar ao meu lado e acreditar em mim! Pelas diversas horas de trabalho e discussões, que com seu entusiasmo tornaram essa dissertação possível. Lúcia Vaz de Campos Moreira, quem conhece nunca esquece! Obrigada pela gratuidade da hospitalidade e pela acolhida, assim você vai semeando novos semeadores.

Ao professor Giancarlo Petrini pela sua colaboração, apoio, disponibilidade e confiança e vasto conhecimento. Muito obrigada pela ajuda na elaboração desse trabalho.

Ao professor César Augusto Piccinini pela disponibilidade e dedicação em meio a tantos compromissos. Obrigada por aceitar participar da minha banca e contribuir no aperfeiçoamento desse trabalho.

À Maria, João, Luís, André e Caio Cesar, meu muito obrigada pela acolhida, carinho, amizade e por dividir algumas horas do seu lar comigo. Obrigada pela gratuidade do cuidado.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, especialmente às professoras Miriã Alcântara, Elaine Pedreira Rabinovich, Vanessa Cavalcanti, Camilo Colani e Ana Cecília Bastos.

Às minhas amigas desse Brasil de Deus, especialmente Ariadne Araújo, Franciele Engelmann, Clarissa Fontoura, Muriel Flávia Godoi, Mônica Gamba, Betânia e Helena pelos incentivos e apoio nos meus momentos de insegurança.

Aos colegas do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano.

As colegas do curso de Mestrado.

Ao seminarista Paulo Roberto Reis pelas indicações de leituras, amizade e orações.

Agradeço a todos os funcionários da Universidade Católica do Salvador, em especial à Ione, Luciana, Carla, Karol, Márcia e ao Geraldo pelo carinho, afeto e atenção.

Aos grupos de apoio à adoção que permitiram o acesso aos pais estudados.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro, sem o qual não conseguiria concluir meus estudos.

A todos os pais adotivos que participaram desta pesquisa, pois abriram as portas do seu lar de modo tão acolhedor. Agradeço por terem compartilhado comigo suas experiências, suas vidas. Foi maravilhoso escutá-los.

Muito obrigada!

## Filho Adotivo

Com sacrifício eu criei meus sete filhos, do meu sangue eram seis e um peguei com quase um mês. Fui viajante, fui roceiro, fui andante e pra alimentar meus filhos não comi pra mais de vez. Sete crianças, sete bocas inocentes, muito pobres, mas contentes, não deixei nada faltar. Foram crescendo, foi ficando mais difícil. Trabalhei de sol a sol, mas eles tinham que estudar.

Meu sofrimento, ah! meu Deus valeu a pena, quantas lágrimas chorei, mas tudo foi com muito amor. Sete diplomas, sendo seis muito importantes, que à custa de uma enxada conseguiram ser doutor.

Hoje estou velho, meus cabelos brancos, o meu corpo está surrado minhas mãos nem mexem mais. Uso bengala, sei que dou muito trabalho, sei que às vezes atrapalho meus filhos até demais. Passou o tempo e eu fiquei muito doente, hoje vivo num asilo e só um filho vem me ver, esse meu filho, coitadinho muito honesto vive apenas do trabalho que arranjou para viver.

Mas Deus é grande vai ouvir as minhas preces, esse meu filho querido vai vencer, eu sei que vai.

Faz muito tempo que não vejo os outros filhos, sei que eles estão bem, não precisam mais do pai.

Um belo dia, me sentindo abandonado, ouvi uma voz bem do meu lado, Pai eu vim pra te buscar, arrume as malas, vem comigo, pois venci, comprei casa e tenho esposa e o seu neto vai chegar.

De alegria eu chorei e olhei pro céu, obrigado meu Senhor a recompensa já chegou. Meu Deus proteja os meus seis filhos queridos, mas foi meu filho adotivo, que a este velho amparou.

(Composição: Arthur Moreira e Sebastião Moreira da Silva) ·

OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de. Filho do coração: o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna. f 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014.

## RESUMO

O presente estudo de mestrado tem por objetivo compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna. Para atingir tal escopo, optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa descritiva. Participaram da investigação cinco pais adotivos, de classe média, que residiam em Salvador (Bahia), sendo que eles foram acessados em dois grupos de apoio à adoção. Foi realizada entrevista gravada com cada um deles em separado, para tanto, foi construído um roteiro com questões abertas. Os dados foram analisados de forma descritiva. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB. Como resultados principais constatou-se que os motivos para a adoção foram variados: o pai ter feito vasectomia no primeiro casamento, após a vinda dos filhos biológicos, e ter-se casado novamente e desejar ter filho(s) com a nova esposa; o pai ser filho adotivo e querer retribuir o que havia recebido dos pais que o acolheram; também apareceu a adoção como um sentido da vida, mesmo o casal tendo filhos biológicos em comum; outra questão foi o fato de ter filho biológico com doença transmitida geneticamente; houve, ainda, a opção pela adoção ao invés da inseminação artificial diante da dificuldade em se conseguir a gravidez, o que foi motivado por questões religiosas. Ficou evidente a relevância de o processo de decisão ser do casal em conjunto, para que as relações familiares transcorram de forma mais positiva e favorecedora do desenvolvimento humano. Os critérios para a escolha do filho adotivo também foram diversos: ser parecido com os pais adotivos; ser menina ou um casal; ser bebê; ser saudável. Na primeira adoção, o casal deseja, de alguma forma, encontrar um filho adotivo com características semelhantes às que teria um suposto filho biológico, na segunda já há uma abertura maior. Os trâmites legais são considerados positivos no que diz respeito à atuação de equipe interdisciplinar, mas houve queixas com relação à demora da emissão da certidão de nascimento com o nome da família adotiva, o que prejudica o acesso à educação formal e a atendimentos médicos, além de provocar constrangimentos. Os pais equiparam o filho adotivo ao biológico e mostraram-se bastante envolvidos com suas crianças. Conclui-se que os pais vivenciaram intensamente todo o processo de adoção de seus filhos do coração.

Palavras-chave: Paternidade. Adoção. Envolvimento paterno. Família.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira. Son of the heart: the child adoption process in the parental perspective. f 2014. Dissertation (Master) - Graduate Program in Family in Contemporary Society, Catholic University of Salvador, Salvador, 2014.

## **ABSTRACT**

This master's study aims to understand the child adoption process in the parental perspective. To achieve this scope, it was decided to develop a descriptive qualitative research. Five adoptive parents participated in the investigation, from avaraged-class, living in Salvador (Bahia), and they were accessed in two adoption support groups. Taped interview with each of them separately was made, therefore a script with open questions was built. Data were analyzed descriptively. All participants signed a consent form and the study was approved by UNEB Research Ethics Committee. The main results it was found that the reasons for adoption were varied: the father had a vasectomy at first marriage, after the coming of biological children, and have married again and want to have a child with the new wife; the father being adopted son and want to give back what had received from parents who welcomed; also appeared to adoption as a way of life, even the couple having biological children together; another issue was the fact that biological child with genetically transmitted disease; there was also the option for adoption instead of artificial insemination due to the difficulty in achieving pregnancy, which was motivated by religious issues. It was evident the importance of the decision process is the couple together so that family relationships elapse of more positive and favoring human development form. The criteria for choosing the adopted son also were many: look like the adoptive parents; be a girl or a couple; be baby; be healthy. In the first adoption, the couple want, somehow, find a foster child with characteristics similar to those that have a supposed biological child, in the second there is already greater openness. The legal procedures are considered positive with respect to the interdisciplinary team of action, but no complaints regarding the delay of issuance of the birth certificate with the name of the adoptive family, which affects access to formal education and medical care, as well cause constraints. Parents equate to biological and adopted son were quite involved with their children. We conclude that parents intensely experienced the whole process of adoption of their heart children.

Keywords: Fatherhood. Adoption. Father involvement. Family.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	13
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b>	16
2.1 RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A PESSOA <b>E PARA A SOCIEDADE</b>	17
<b>2.1.1 A FAMÍLIA ADOTIVA</b>	22
2.2 ADOÇÃO: ASPECTOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES	25
2.2.1 Evolução histórica da adoção	26
<b>2.2.2 Requisitos para adoção nos termos da Lei N. 12.010/2009 – Lei da Adoção</b>	28
<b>2.2.3 Espécies de adoção</b>	29
<b>2.2.4 Adoção à brasileira e por casal homoafetivo</b>	32
<b>2.2.5 Cadastro nacional de adoção</b>	33
<b>2.2.6 Interdisciplinaridade na prática da adoção</b>	34
2.3 PATERNIDADE E ADOÇÃO	36
<b>2.3.1 Revisando a paternidade: considerações interdisciplinares</b>	37
<b>2.3.2 O envolvimento paterno</b>	41
<b>2.3.3 A necessidade de estudos sobre o pai adotivo</b>	47
2.4 O ESTUDO	51
<b>3 MÉTODO</b>	52
3.1 DELINEAMENTO	52
3.2 LOCAL E PARTICIPANTES	54
3.3 INSTRUMENTOS	55
3.4 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS	55
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	56

<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>57</b>
4.1 CASO 1: PAULO (P1)	57
4.1.1 Família do participante	57
4.1.2 A experiência de adoção	58
4.1.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo	63
4.1.4 A revelação para o filho sobre a adoção	69
4.1.5 A paternidade adotiva	70
4.1.6 Rede de apoio	72
4.1.7 Síntese do caso de Paulo	72
4.2 CASO 2: JOSÉ (P2)	74
4.2.1 Família do participante	74
4.2.2 A experiência de adoção	74
4.2.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo	83
4.2.4 A revelação para o filho sobre a adoção	86
4.2.5 A paternidade adotiva	87
4.2.6 Rede de apoio	89
4.2.7 Síntese do caso de José	90
4.3 CASO 3: PEDRO (P3)	92
4.3.1 Família do participante	92
4.3.2 A experiência de adoção	92
4.3.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo	97
4.3.4 A revelação para o filho sobre a adoção	102
4.3.5 A paternidade adotiva	103
4.3.6 Rede de apoio	105
4.3.7 Síntese do caso de Pedro	106
4.4 CASO 4: TIAGO (P4)	108
4.4.1 Família do participante	108
4.4.2 A experiência de adoção	109

4.4.3	Envolvimento do pai com o filho adotivo	113
4.4.4	A revelação para o filho sobre a adoção	115
4.4.5	A paternidade adotiva	116
4.4.6	Rede de apoio	116
4.4.7	Síntese do caso de Tiago	117
4.5	CASO 5: MARCOS (P5)	118
4.5.1	Família do participante	118
4.5.2	A experiência de adoção	118
4.5.3	Envolvimento do pai com o filho adotivo	127
4.5.4	A revelação para o filho sobre a adoção	130
4.5.5	A paternidade adotiva	131
4.5.6	Rede de apoio	134
4.5.7	Síntese do caso de Marcos	135
4.6	<b>DISCUSSÃO GERAL DOS CASOS À LUZ DA LITERATURA</b>	138
4.6.1	<b>Motivos que levaram a família a decidir sobre a adoção</b>	138
4.6.2	<b>O processo de decisão pela adoção na perspectiva paterna</b>	140
4.6.3	<b>Critérios utilizados para a escolha da criança adotiva</b>	143
4.6.4	<b>Avaliação do pai sobre trâmites legais percorridos no processo</b>	144
4.6.5	<b>A paternidade adotiva</b>	147
4.6.6	<b>O envolvimento paterno com o filho adotivo</b>	149
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	155
	<b>REFERÊNCIAS</b>	157
	<b>Apêndice A - Roteiro de Entrevista para os pais</b>	169
	<b>Apêndice B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b>	172
	<b>Anexo A - Ofício de aprovação do estudo em Comitê de Ética</b>	173

## 1 INTRODUÇÃO

“O Filho por natureza ama-se porque é filho.  
O filho por adoção é filho porque se ama”  
(Padre Antônio Vieira)

As transformações socioeconômicas do século XVIII e o surgimento da sociedade industrial fizeram emergir a família nuclear moderna ou conjugal, composta por pai, mãe e filhos. O movimento entre o público e o privado relacionado a esse modelo de família, ganha uma nova concepção de amor maternal, a figura da mãe passa por uma mulher abnegada que se dedica totalmente à educação e aos cuidados da sua prole, vivendo restrita ao lar. Por sua vez, o homem pertence ao espaço público, ao trabalho, à vida social, com a função de prover, ser pai e chefe de família (ANDRADE; COSTA; ROSSETI-FERREIRA, 2006).

Segundo Petrini (2010), a sociedade contemporânea vem apresentando mudanças importantes como os avanços tecnológicos, a globalização e a urbanização. As investigações científicas no Brasil e no exterior apontam que as relações familiares estão enfraquecidas, entretanto, a família empenha-se em sua reorganização. O autor ressalta, ainda, que essas mudanças aceleradas repercutem na vida familiar, na concepção de masculinidade e feminilidade, na maneira de compreender a sexualidade, a maternidade e a paternidade.

Nesse contexto, o modelo de paternidade tradicional deixa de existir e o casal contemporâneo difere do modelo antigo de parentalidade, que era o do “pátrio poder”. O Código Civil de 2002 e a Constituição Federal de 1988 equipararam o pai e a mãe no exercício da parentalidade, o “pátrio poder” cede lugar ao “poder familiar”. Concebido como instituto de proteção e assistência à criança e ao adolescente, o “poder familiar” atribui a ambos os pais a função de criar, educar seus filhos menores que não são emancipados (NADER, 2010).

Assim, as alterações ocorridas na família ao longo da modernidade fizeram emergir uma nova imagem de homem e de mulher, de concepção de viver a paternidade e a maternidade, a sexualidade, a família e a procriação (PETRINI, 2005). Nasce uma concepção de uma nova paternidade que requer um maior envolvimento com os filhos.

O pai contemporâneo não se identifica com um mero reprodutor ou provedor econômico, fazendo-se presente na estrutura e dinâmica do contexto familiar. Portanto, está disponível para redefinir o seu papel instrumentalizando-se para enfrentar as novas demandas. (GOMES; RESENDE, 2004).

Considerando as mudanças na família e na paternidade, interessa no presente estudo de mestrado investigar o pai adotivo, tendo como objetivo geral compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna. Ele é relevante, pois há estudos sobre as configurações familiares, mães, avós, conjugalidade, irmãos, mas pouco se aborda a trajetória do pai adotante, a construção da parentalidade no contexto da adoção.

O tema da adoção é mais estudado em alguns aspectos, tais como: direito da criança e do adolescente, perfil do candidato, entre outros. Entretanto, a literatura expressa pouco a trajetória dos pais adotantes, sendo insuficientes as investigações que focalizam o trajeto do homem (pai) e a construção da parentalidade adotiva. (SOUZA; BENETTI, 2009).

Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) destacam que surge no Brasil uma nova cultura de adoção, a qual está baseada no melhor interesse da criança e que se deve buscar uma família para a criança ao invés de uma criança para a família. Essa nova cultura de adoção permite novos projetos de família, paternidade e de maternidade atribuindo novos sentidos ao ser pai, mãe e também filho(a).

A escolha do tema de pesquisa reflete, ainda, o interesse da mestranda nos estudos sobre as transformações familiares, o que decorre de sua experiência profissional em Direito de Família, de sua especialização em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Bahia – UFBA e especialização em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais pela Universidade Católica de Salvador - UCSal, além de ser integrante dos grupos de pesquisa “Família em Mudança” e “Família e Desenvolvimento Humano” da UCSal.

A dissertação está subdividida nas seguintes partes: a introdução, a revisão de literatura que aborda a relevância da família para a pessoa e para a sociedade; aspectos legais e interdisciplinares da adoção; paternidade e adoção; objetivos geral e específicos do estudo. Em seguida, consta o método que se caracteriza por ser

descritivo exploratório. Na sequência, são apresentados os resultados obtidos que são discutidos à luz da literatura e, por fim, as considerações finais.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

O estudo sobre paternidade adotiva requer aprofundamento dos aspectos legais e interdisciplinares da adoção, o envolvimento paterno do pai adotivo e a relevância da família para a pessoa e para a sociedade. Tais temas serão abordados no presente capítulo de revisão de literatura.



Fonte: <https://www.facebook.com/cnj.oficial?fref=ts>. Acesso em 16 de maio de 2014.

## 2.1 RELEVÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A PESSOA E PARA A SOCIEDADE

“A verdadeira felicidade está na própria casa,  
entre as alegrias da família.”  
(Leon Nikolaievitch Tolstoi)

Ao estudar a adoção é importante abordar a família, pois o que está em jogo são crianças/adolescentes que saem de um contexto familiar para pertencer a outra família, mesmo que nesse intervalo haja um período de acolhimento institucional. Nesse sentido, via de regra é no ambiente familiar, seja ele biológico ou adotivo, que a criança se desenvolve e é inserida na sociedade.

A família tem sido investigada nas Ciências Sociais e Humanas e vem sofrendo as intensas transformações da sociedade contemporânea, proporcionando novos olhares e novas abordagens numa perspectiva interdisciplinar. As transformações sociais afetaram as famílias no decorrer do tempo, ela se modifica ao alargar-se ou restringe-se com maiores ou menores funções, com maior ou menor estabilidade, conforme as particularidades da sociedade que a cerca. (DONATI 2011; CALDEIRA; CAVALCANTI; BARBOSA, 2012).

A instituição família é a matriz do processo civilizatório, ela participa dos inúmeros dinamismos sociais e mesmo assumindo variedades de formas e alterações ao longo do tempo, é considerada a base da sociedade. A família contemporânea nessas últimas décadas mudou a maneira de vivenciar o amor, a conjugalidade, a maternidade e a paternidade, o que a torna vulnerável. Ela busca reorganizar-se e reage aos condicionamentos externos procurando adaptar-se às mudanças, sendo essencial para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. A família forma as novas gerações, uma vez que há possibilidade da transmissão de valores que se generalizam para outros seguimentos da sociedade. (PETRINI, 2003; DONATI, 2003; 2008; ALMEIDA; MOREIRA, 2011).

Nos últimos anos os estudos da família convergiram em diversas linhas de análise e está legitimada na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e em documentos internacionais. (PETRINI, 2003).

As primeiras leis da vida começam pela família, é nesse contexto que as normas sociais e morais são aprendidas e irão afetar diretamente toda sociedade. (FERREIRA, 2011).

Os estudos sociológicos destacam o importante papel da família para o funcionamento da sociedade, seja com suas tradições ou com a estabilidade das instituições e com sua sociedade jurídica. Ela busca atender as necessidades humanas e sociais, por isso consideram a família um recurso para a pessoa e para a sociedade. (ARRIAGADA, 2002; DIAS; PETRINI, 2013).

Rabinovich e Moreira (2011) destacam a família enquanto transmissora de valores e crenças. Dessen e Polônia (2007) acrescentam que ela é a primeira mediadora entre o ser humano e a cultura, buscando assegurar o bem-estar dos seus membros, da coletividade, exercendo uma influência significativa no comportamento das crianças e dos indivíduos. As trocas de experiências entre as crianças, seus pais e familiares começam desde cedo, a partir de um princípio de obrigação moral que estrutura suas relações, é na família enquanto contexto de desenvolvimento que são favorecidos os ajustes aos desafios da vida. (ALCÂNTARA; BASTOS; RÉGO, 2002; SARTI, 2003).

Historicamente, de acordo com Ariès (1986) “a transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos. [...] A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental.” (p.230-231).

Com o advento da pós-modernidade e as mudanças ocorridas na família, Petrini (2003) destaca que as duas guerras, a revolução industrial e a revolução sexual deram origem a novos padrões que orientam a conduta nas relações e na formação de vínculos entre os indivíduos. O autor afirma que essas mudanças sociais e culturais interferiram na vida da família. Os modelos de comportamentos que regulamentavam as relações entre os sexos e as relações parentais e de filiação tornaram-se obsoletos e foram abandonados.

Assim, a família tem como características a união mais ou menos durável e nesses últimos anos emergiu como “locus” privilegiado ao desenvolvimento humano e social. (PETRINI et al., 2003).

Sarti (2004) comenta que a revolução industrial afastou os mundos da família e do trabalho, tais mudanças foram significativas na vida familiar. Com a revolução sexual na década de 60 e a difusão da pílula anticoncepcional, trouxe para a mulher a liberdade de questionar a maternidade como fonte de realização. A partir dessa década, a mulher passou a reivindicar seus direitos como o do prazer no ato sexual.

A emancipação feminina, as relações de gênero em virtude da inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho e o aumento no número de divórcios, alteraram os padrões e funcionamento da casa. Casamentos mais tardios, diminuição da quantidade de filhos, o aumento dos conflitos pela busca da igualdade de direitos, resultou na distribuição do tempo e do trabalho afetando particularmente as mulheres no seio familiar. O que provavelmente possibilitou a contribuição do envolvimento paterno nos cuidados com os filhos. (PETRINI, 2003; DESSEN, 2010; FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2011; JABLONSKI, 2011).

Para Arriagada (2002), a família como instituição é um complexo dinâmico, um refúgio e apoio para seus membros nas condições de mudanças e as pessoas depositam uma grande confiança em tal instituição. É nela que se recorre em situações difíceis e de crises. A autora faz a seguinte síntese das principais mudanças nas famílias da América Latina nas últimas décadas. (ARRIAGADA, 2009):

- As formas diversificadas das famílias: as pessoas podem possuir seus parceiros e optarem por ter ou não ter filhos, podem viver com seus filhos ou sozinhas. Há um aumento de famílias recompostas e uniões homoafetivas, etc;
- O modelo de família tendo o homem como provedor passa por transformações no seio familiar, isso ocorre em decorrência da crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho e do aumento do nível educacional feminino;
- O aumento das famílias chefiadas por mulheres em consequência do avanço e da opção em permanecer solteiras, da ampliação do divórcio e das separações conjugais, a expectativa do aumento de vida e a independência econômica feminina;

- O aumento de residências unipessoais;
- A diminuição da fecundidade que está relacionada à redução do tamanho médio da família, ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, à união conjugal mais tardia, à postergação da maternidade e da paternidade e ao maior distanciamento entre os filhos.

Além de destacar tais mudanças, Arriagada (2009) questiona o fato de a família estar restrita ao âmbito de decisões privadas, posto que ela influencia grandemente a legislação vigente e as políticas econômicas, sociais e populacionais que se aplicam. Assim,

É que se coloca a família, como experiência de cumplicidade filial, parental, fraternal e conjugal. A proteção e a solidariedade entre os membros de uma família são reconhecidos socialmente e ensinados a partir da experiência entre suas partes. (SOUZA; MOREIRA, 2013, p. 248).

Conforme Souza e Moreira (2013) as mudanças que a família apresenta como o número menor de filhos, as obrigações conjugais, o aumento das famílias monoparentais, entre outros, são alguns dos fatores das variadas constituições familiares.

Para Féres-Carneiro, Ponciano e Magalhães (2007, p.27) “[...] um modelo diferenciado de família nasce juntamente com a moderna ideologia individualista.” Para as autoras, essa ideologia procura igualar seus membros, suscitando uma democratização dos relacionamentos familiares, assim a nova família tem seu alicerce na autonomia de escolha. Desse modo, segundo Petrini, Alcântara e Moreira (2009), os fatores externos à família entram em jogo procurando redefinir os valores, critérios e o comportamento de cada membro.

Bauman (2004) compara a formação da família como pular de cabeça em águas desconhecidas, profundas e inexplicáveis. Segundo o autor, as novas estruturas familiares estão fragilizadas, as relações líquidas e a fragilidade dos laços entre os indivíduos faz com que a satisfação pessoal passe a ser critério norteador do relacionamento, tornando compromissos e fidelidade irrelevantes em longo prazo.

A expectativa para o futuro é acompanhada por sentimentos instáveis e de desconfiança. (LIPOVETSKY, 2004). A satisfação está concentrada no viver o aqui e

o agora, como consequência da descredibilidade das promessas de futuro. (PETRINI, 2005).

Lipovetsky (2004) salienta que se vive uma época de crise de identidade cultural, o que faz emergir um indivíduo fragmentado. Para Petrini (2005) e Petrini e Dias (2013), o amor, a sexualidade e a fecundidade que na sua origem constituem o núcleo do matrimônio e da família, rompem-se, surgindo novas modalidades de vivências afetivas e sexuais, com risco de eliminação das responsabilidades e sem nenhum vínculo duradouro.

Nessa ótica, Petrini e Dias (2013) apontam para dois tipos de relações afetivas: a relação nupcial e a relação ocasional. Para os autores, a relação nupcial possui três fatores que compõem uma unidade inseparável, o amor, a sexualidade e a procriação. Esses três fatores estabelecem o eixo da relação entre um homem e uma mulher na construção de um vínculo com o objetivo da realização de um projeto comum de vida. A relação ocasional caracteriza-se por ser momentânea, sem vínculos e não há projeto de vida em comum.

Roudinesco (2003) classifica três grandes fases de mudanças que ocorreram na evolução da família, a primeira, dita tradicional, caracteriza-se pela autoridade paterna com a finalidade de assegurar o patrimônio; a segunda é a família moderna que surge entre o final do século XIII e meados do século XX, com fundamento no amor romântico e na recíproca afetividade. A terceira fase é a família pós-moderna ou contemporânea que surge a partir dos anos 1960 e nela, ao longo de uma relação, os casais buscam a intimidade ou a realização sexual. Segundo a autora, a “família é o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar” (p.198).

Nesse sentido, para Giddens (2004, p.74), “o mundo familiar é hoje muito diferente do que era há cinquenta anos. Apesar das instituições do casamento e da família ainda existirem e serem importantes nas nossas vidas, o seu caráter mudou radicalmente.”

### 2.1.1 A família adotiva

Na sociedade contemporânea, é possível distinguir família e reprodução biológica. Para que exista a reprodução biológica não é necessário que haja o encontro físico entre um homem e uma mulher, fato observável, como por exemplo, na reprodução assistida. Outra possibilidade de constituição familiar sem que haja a reprodução biológica ou assistida é por meio da adoção. Por ser a adoção uma função excepcional de relação de parentesco e essa função estar enraizada na concepção natural de família em nossa sociedade, nos tornamos presos à ideia de família consanguínea. (GUIMARÃES, 2010).

A família adotiva, na maioria das vezes, é constituída a partir do encontro de algumas consternações: a criança perde seus laços primários e o casal sofre decepção diante da esterilidade. Se o motivo para adoção for a infertilidade ou a esterilidade, essa condição pode acarretar situações aversivas aos adotantes, que exigirá dos casais uma redefinição de sua identidade. Eles devem ser hábeis para enfrentar a dolorosa sensação de perda, aos sentimentos de tristeza, fracasso, frustração ou decepção. (SCHETTINI, AMAZONAS; DIAS, 2006; WEBER 2011).

Ladvocat (2014) ressalta que a infertilidade é um dos fatores que interrompe o sonho do filho com traços hereditários e impede a renovação natural das futuras gerações. Começa a difícil fase do luto pelo filho almejado, essa perda é vivida por cada membro de acordo com a sua subjetividade. A infertilidade gera fantasias na mulher como vazio gerado em seu ventre e no homem a castração ameaçando sua potência. Dessa forma, a autora afirma que a adoção pode ser considerada para os pais a chance de exercer a paternidade.

Para Levinzon (2004, p.25), “a maioria das pessoas imagina a relação pais-filhos como decorrente de uma filiação consanguínea, e baseia suas representações de família neste tipo de vínculo”. Segundo Barros (2014), tal fato torna difícil a aceitação por outras constituições familiares, como por exemplo o da família adotiva.

No entanto, a adoção hoje já não é mais considerada como uma filiação de segunda categoria, pois é vista como a possibilidade de se constituir uma parentalidade, tornando os adotantes pais. Levinzon (2004, p.25) afirma que “toda filiação é, antes de tudo, uma adoção”, pois ser pai é aprender o processo de tornar-

se pai. A família não é somente reconhecida pela consanguinidade, ela também está fundamentada nos vínculos estabelecidos pela convivência. (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006). As autoras afirmam, ainda, que:

As famílias adotivas, aos poucos, vêm adquirindo visibilidade, saindo da clandestinidade a que haviam sido relegadas, sufocadas que estavam pelo estigma dos mitos e preconceitos arraigados no imaginário popular. Os esforços conjuntos da sociedade em geral e os muitos exemplos de adoções bem-sucedidas de que se tem notícia ultimamente têm contribuído neste sentido (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006, p. 286).

A adoção possibilita para as famílias adotivas uma criança que por algum motivo não pode ser criada pela sua família biológica. Dessa forma, os filhos adotivos podem crescer em um lar, com uma base social que atenda às suas necessidades básicas e que proporcione condições de um crescimento seguro, afetivo e de cuidados particularizados. (LEVINZON, 2004).

Nem todas as famílias, por diversas circunstâncias pessoais, sociais, econômicas, atendem todas as necessidades de suas crianças, em todas civilizações existiram e existirão mães que não desejam ficar com seus filhos, abandona-os ou entrega-os para pessoas que sonham por ter sua prole. No passado a adoção tinha como objetivo atender a infertilidade dos casais e não como a possibilidade da criança abandonada em ter uma família. Esse tipo de adoção era conhecida como “adoção clássica”, entretanto atualmente o objetivo é a prática da “adoção moderna”, que garante o direito a toda criança de crescer e ser educada no seio de uma família. (WEBER, 2010, 2011).

Quando os pais perdem o poder familiar, é importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente que ele se insira em outro contexto familiar. A suspensão e a destituição do poder familiar são as sanções impostas aos pais e devem ser decretadas por meio de sentença judicial (seja por negligência, maus tratos, abandono, abusos físicos, emocional e sexual), são medidas drásticas e excepcionais que devem ser aplicadas com muita cautela. (MACIEL, 2013; SOUZA; CASANOVA, 2014).

Rossetti-Ferreira e Costa (2007) argumentam que a nova cultura de adoção, confere novos significados ao ser pai e mãe. O que pressupõe uma família que acolha

e adote o diferente, tendo como foco principal o melhor interesse da criança. As autoras enfatizam que ao longo da história da adoção no Brasil, o princípio do melhor interesse da criança não foi prioridade, o que dificultou a transformação de representações e significados conferidos à adoção, à maternidade e à paternidade adotiva.

Nessa primeira análise sobre a família contemporânea ressalta-se a importância de abordar temáticas que envolvam adoção e paternidade adotiva. Especificamente o estudo ao qual aqui se dedica a respeito do processo de adoção da perspectiva do pai adotivo e seu envolvimento com seu filho do coração.

## 2.2 ADOÇÃO: ASPECTOS LEGAIS E INTERDISCIPLINARES

“A acolhida e a partilha  
são a única modalidade de um relacionamento humanamente digno,  
porque somente nelas a pessoa é exatamente pessoa,  
ou seja, relação com o infinito.”

(Luigi Giussani)

A sociedade contemporânea vem expandindo gradativamente o diálogo sobre as questões da filiação adotiva. (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006). Segundo Gagliano e Pamplona (2013), ela equipara-se à filiação biológica de fato e de direito e não há espaço para que se estabeleçam regras discriminatórias. Assim, a sociedade dá um grande passo quando a relação paterno-filial é constatada com mais profundidade do que os vínculos consanguíneos. (GLAGLIANO; FILHO, 2013).

O instituto da adoção é recente no Brasil, pois somente no início do século passado foi regulamentada a adoção de crianças e adolescentes na regência do Código Civil de 1916. Entretanto, a adoção sempre existiu como uma prática social e é uma das formas de colocação de crianças ou adolescentes em uma família substituta (MARIANO; ROSSETI-FERREIRA, 2007). Por ser um ato jurídico solene e bilateral, ela cria laços de parentesco em linha reta, estabelecendo um vínculo de filiação com o adotado. Constitui a modalidade mais completa de família substituta, pois insere a criança ou o adolescente em uma nova família, gerando laços de paternidade e maternidade com proteção integral para o adotado.

A seguir serão apresentados alguns conceitos doutrinários de adoção:

Para Venosa (2008, p.261),

a adoção é a modalidade artificial de filiação que busca imitar a filiação natural. Daí ser também conhecida como filiação civil, pois não resulta de uma relação biológica, mas manifestação de vontade, conforme o sistema do Código Civil de 1916, ou de sentença judicial, conforme o atual sistema.

Por outro lado, para Souza e Casanova (2014, p.53) “a adoção é uma filiação jurídica na qual é formado um parentesco civil sustentado pela afetividade”.

Finalmente, conforme Lobo (2008, p. 248), “a adoção é ato jurídico em sentido estrito, de natureza complexa, pois depende de decisão judicial para produzir seus efeitos. Não é negócio jurídico unilateral.”

Diante de tantos conceitos, a nova lei de adoção (Lei n. 12.010/2009) passou a considerar a adoção como medida excepcional e irrevogável, devendo-se recorrer a ela quando esgotados todos os recursos de manutenção ou permanência da criança e do adolescente na sua família natural ou extensa, conforme dispõe o art.39,§ 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. (TARTUCE, 2013).

### **2.2.1 Evolução histórica da adoção**

A adoção surgiu na Antiguidade como o dever de manter o culto doméstico, no entanto, ela já era mencionada, por exemplo, no Código de Hamurabi, no Código de Manu e na Bíblia Sagrada. Weber (2004) afirma que o apontamento mais antigo de uma adoção foi o de Sargon I, o rei-fundador da Babilônia, no século XXVIII a. C.

Entre os romanos, a adoção teve maior desenvolvimento e foi mais utilizada, pois havia a necessidade de perpetuar a família e o culto doméstico, além de atingir a função religiosa, política e econômica. Segundo Venosa (2008), duas eram as modalidades de adoção: (a) a *adoptio* que envolvia um *pater familias* ou um emancipado, que abandonando o culto doméstico de origem, assumia o culto do adotante com o objetivo de tornar-se seu herdeiro; (b) a *adrogatio* era instituto de Direito Público, exigia forma solene, abrangia o adotando e toda sua família, somente era realizada com a aprovação do pontífice e em virtude de decisão perante os comícios.

Entretanto, o instituto da adoção caiu em desuso com o desaparecimento da base religiosa que o incentivava, até ser usado novamente pelo Código Civil Francês por orientação de Napoleão Bonaparte. (CARVALHO, 2010). Com o advento do Código de Napoleão, o instituto da adoção volta a ser inserido nos demais diplomas legais do Ocidente, devido à grande influência do Código Francês nas legislações modernas. (BORDALLO, 2013).

No Brasil, a adoção passou a ser sistematizada somente com o Código Civil (CC) de 1916, lei eminentemente patrimonial, e visava somente a pessoa do adotante,

deixando a figura do adotado em segundo plano. (VENOSA, 2008). O art. 368 do CC de 1916 estabelecia que: “Só os maiores de cinquenta anos, sem prole legítima ou legitimada, podem adotar”, sendo que a imposição do legislador para a idade de cinquenta anos para o adotante desestimulava a prática da adoção. É importante ressaltar, ainda, que pela regra do art. 369, a diferença de idade entre o adotante e o adotado deveria ser de 18 anos. (GRANATO, 2012).

O Código Civil de 1916 regulava a adoção simples e esta era aplicada aos menores de dezoito anos em situação irregular mediante escritura pública. A adoção plena era concedida por meio de medida judicial, aplicada aos menores de sete anos, de caráter irrevogável e conferia os mesmos direitos aos filhos consanguíneos.

A Lei n. 3.133/1957 apresentou alterações importantes para adoção, permitindo a redução da idade mínima do adotante para 30 anos, a diferença entre o adotante e o adotado foi reduzida para 16 anos, além de consentir a adoção a pessoas que tivessem filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos. (WEBER, 2004).

Após a Lei n.3.133/1957, seguiram-se: a Lei n. 4.655/1965, que criou a legitimação adotiva, estabelecendo um maior vínculo entre o adotante e o adotado (VENOSA, 2008); e a Lei n. 6.697/1979, que instituiu o Código de Menores, substituindo a legitimação adotiva pela adoção simples e a adoção plena.

Não há como deixar de mencionar, dentro do contexto histórico, a postura de vanguarda da Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, § 6º que eliminou as diferenças entre os filhos (oriundos dentro ou fora do casamento) colocando-os a salvo de qualquer discriminação. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069/1990) regulamentou a adoção dos menores de 18 anos e reduziu a idade dos adotantes para 21 anos. Mais tarde, com o Código Civil de 2002, a adoção passou a ser somente judicial, reduzindo a idade do adotante para dezoito anos. (CARVALHO, 2010).

A Lei n. 12.010/2009 alterou a Lei n.8.069/1990 e quase todos os capítulos do CC que tratavam de adoção foram revogados, restando somente dois artigos: o 1.618 e o 1.619 que dispõem:

Art.1.618 CC. A adoção de crianças e de adolescentes será deferida na forma prevista pela Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 1.619 CC. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essas alterações findam com a polêmica entre a prevalência do Estatuto da Criança e do Adolescente ou do Código Civil de 2002. Assim, só o ECA trata da adoção.

### **2.2.2 Requisitos para adoção nos termos da Lei N. 12.010/2009 – Lei da Adoção**

A adoção ocorre quando não há possibilidade de manter ou reintegrar a criança ou adolescente à sua família natural, é uma medida excepcional de colocação da criança ou do adolescente em uma família substituta. A seguir serão mencionados os requisitos para adoção.

O art. 40 do ECA dispõe que “o adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes”. Por outro lado, o art. 42 aduz que o adotante tem que ser maior de dezoito anos, independente do seu estado civil.

Além disso, o § 1º do referente artigo dispõe que fica vedada a adoção aos ascendentes e aos irmãos do adotando. Segundo Bordallo (2013), tal impedimento se justifica pelo fato de o vínculo de parentesco ser para toda vida. Dessa forma, a adoção é para todas as crianças e adolescentes que não tenham chances de estarem integradas no seio familiar ou que já não tenham família natural.

O art. 42 § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe: “para a adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família”. No entanto, o § 4º disciplina que

os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

Já o § 5º pontua que “nos casos do § 4º deste artigo, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, conforme

previsto no art. 1.584 da Lei n. 10.406, de 19 de janeiro de 2002 – Código Civil”. (§5º redação dada pela Lei n. 12.010, de 2009).

Bordallo (2013) ressalta que o art. 42, § 4º “tem por finalidade, portanto, tornar a adoção uma modalidade de filiação mais natural possível.” Conforme Carvalho (2010), a convivência familiar é um dos direitos constitucionais assegurados à criança e ao adolescente, o que favorece o fortalecimento dos vínculos familiares e afetivos, essenciais para o desenvolvimento físico, mental e social da pessoa.

A adoção é irrevogável, o arrependimento dos pais após o processo de adoção é incapaz de desfazer o vínculo formado e os efeitos jurídicos da adoção não recaem somente entre pais e filhos, mas alcança a generalidade dos parentes do adotante. (NADER, 2010).

Neste sentido, quando uma criança é incorporada numa família, é necessário que os tios, primos, avós, irmãos (caso haja) aceitem o novo membro e entendam que a adoção é um ato definitivo e vitalício. (SOUZA; MIRANDA, 2009). Para as autoras, a chegada da criança na família adotiva altera a dinâmica familiar, a expectativa do convívio com o filho gera dúvidas e inseguranças. Quando os pais adotantes não se tornam integralmente pais podem fragilizar o relacionamento com os filhos e a família deve construir um alicerce seguro para o desenvolvimento infantil, pois ela é o referencial para seu filho.

Nader (2010) destaca que a adoção deve ser um ato de amor, com o propósito de dar, ao filho adotivo, igual carinho e atenção dispensados aos filhos biológicos.

### 2.2.3 Espécies de adoção

A adoção ocorre tanto no âmbito nacional quanto no internacional. A nacional pode ser bilateral, unilateral, póstuma ou *intuitu personae*. Já a internacional pode ser bilateral ou unilateral. A seguir serão explicitadas as definições de cada uma delas.

A **adoção bilateral** interrompe o vínculo com os genitores. É denominada de adoção conjunta, pois é indispensável que os adotantes sejam casados no civil ou convivam em união estável<sup>1</sup>. (ISHIDA, 2013). Ela encontra-se prevista no art. 42 § 2º,

---

<sup>1</sup> A exceção para isso foi apresentada, neste capítulo, no tópico REQUISITOS PARA ADOÇÃO NOS TERMOS DA LEI N. 12.010/2009 – LEI DA ADOÇÃO.

do Estatuto da Criança e do Adolescente, regra que existia no art. 370 do Código Civil de 1916 que alegava que “ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher”. (CÓDIGO CIVIL de 1916).

A **adoção unilateral**, prevista no art. 41 § 1º do ECA,

ocorre quando existe a manutenção dos vínculos de filiação com um dos genitores, nascendo o vínculo civil com o companheiro ou cônjuge deste genitor. É uma das modalidades de adoção que dispensa o procedimento atual de cadastramento, podendo ser direcionada a determinada pessoa. (ISHIDA, 2013, p. 104).

Quanto aos vínculos, dispõe o art. 41 da Lei n. 8.069/1990 que: “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.” No entanto, no caso da adoção unilateral, o §1º do referido artigo alega que “se um dos cônjuges ou concubinos adota filho do outro, mantêm-se os vínculos entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.”

Já a **adoção póstuma** é a que se concede após a morte do adotante, desde que este tenha manifestado sua vontade (art.42, § 6º do ECA). Neste caso, a adoção retroage à data do falecimento do autor, não interrompendo o vínculo formado entre as partes (art. 47, § 7º do ECA). (BORDALLO, 2013). A seguir consta um julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul a respeito da adoção póstuma.

#### **Adoção Póstuma. Família Anaparental.**

Para as adoções *post mortem*, vigem, como comprovação da inequívoca vontade do de *cujus* em adotar, as mesmas regras que comprovam a filiação socioafetiva, quais sejam, o tratamento do menor como se filho fosse e o conhecimento público dessa condição. Ademais, o § 6º do art. 42 do ECA (incluído pela Lei n. 12.010/2009) abriga a possibilidade de adoção póstuma na hipótese de óbito do adotante no curso do respectivo procedimento, com a constatação de que ele manifestou, em vida, de forma inequívoca, seu desejo de adotar. *In casu*, segundo as instâncias ordinárias, verificou-se a ocorrência de inequívoca manifestação de vontade de adotar, por força de laço socioafetivo preexistente entre adotante e adotando, construído desde quando o infante (portador de necessidade especial) tinha quatro anos de idade. Consignou-se, ademais, que, na chamada família anaparental – sem a presença de um ascendente –, quando constatados os vínculos subjetivos que remetem à família, merece o reconhecimento e igual *status* daqueles grupos familiares descritos no art. 42, § 2º, do ECA. Esses elementos subjetivos são extraídos da

existência de laços afetivos – de quaisquer gêneros –, da congruência de interesses, do compartilhamento de ideias e ideais, da solidariedade psicológica, social e financeira e de outros fatores que, somados, demonstram o animus de viver como família e dão condições para se associar ao grupo assim construído a estabilidade reclamada pelo texto da lei. Dessa forma, os fins colimados pela norma são a existência de núcleo familiar estável e a consequente rede de proteção social que pode gerar para o adotando. Nesse tocante, o que informa e define um núcleo familiar estável são os elementos subjetivos, que podem ou não existir, independentemente do estado civil das partes. Sob esse prisma, ressaltou-se que o conceito de núcleo familiar estável não pode ficar restrito às fórmulas clássicas de família, mas pode, e deve, ser ampliado para abarcar a noção plena apreendida nas suas bases sociológicas. Na espécie, embora os adotantes fossem dois irmãos de sexos opostos, o fim expressamente assentado pelo texto legal – colocação do adotando em família estável – foi plenamente cumprido, pois os irmãos, que viveram sob o mesmo teto até o óbito de um deles, agiam como família que eram, tanto entre si como para o infante, e naquele grupo familiar o adotando se deparou com relações de afeto, construiu – nos limites de suas possibilidades – seus valores sociais, teve amparo nas horas de necessidade físicas e emocionais, encontrando naqueles que o adotaram a referência necessária para crescer, desenvolver-se e inserir-se no grupo social de que hoje faz parte. Dessarte, enfatizou-se que, se a lei tem como linha motivadora o princípio do melhor interesse do adotando, nada mais justo que a sua interpretação também se revista desse viés. REsp 1.217.415-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/6/2012.

Finalmente, a adoção *intuitu personae*, segundo Dias (2008), ocorre quando os pais biológicos manifestam a vontade de entregar o filho a determinada pessoa, os motivos podem ser os mais variados. No entanto, geralmente a mãe não tem o direito de escolher os pais adotivos do seu filho. Bordallo (2013) aponta que a adoção *intuitu personae* tem suas argumentações contrárias. Uma delas alega que, com a permissão dos pais entregarem diretamente sua prole para adoção estar-se-á compactuando com “a venda” do filho; outra argumentação contrária a essa modalidade de adoção seria o desrespeito ao Cadastro Nacional de Adoção.

Com relação à adoção internacional, Venosa (2008) afirma que a emissão de crianças brasileiras ao exterior só é liberada por autorização judicial. Nela, o casal ou a pessoa que postulam a adoção são residentes ou domiciliados fora do Brasil (ISHIDA, 2013). A adoção internacional é regulamentada pela Lei n. 8.069/90, nos art. 46, § 3º, 51, 52, 52A, 52B, 52C, 52D e pela Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993. A Nova Lei da Adoção, Lei n. 12.010/90 alterou a redação dos art. 51 e 52 do ECA, criando novos parágrafos e acrescentando diversos artigos. Vale ressaltar que

essa modalidade de adoção é excepcional, pois só é permitida quando não houver a possibilidade da adoção nacional, conforme dispõe os art. 19, 31 e 51 § 1 do ECA e o art 4º B da Convenção de Haia. (BORDALLO, 2013).

#### **2.2.4 Adoção à brasileira e por casal homoafetivo**

“Adoção à brasileira” assim é chamada quando se registra filho de outrem como próprio, fora dos trâmites legais. Nesses casos, o hipotético “pai” ou “mãe” comparece ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e declara o nascimento da criança como se fosse sua filha. Ainda que seja considerado crime contra o estado de filiação (Código Penal art. 242), não têm ocorrido condenações. (DIAS, 2008).

Quando a jurisprudência reconhece que o ato da adoção à brasileira é voluntário e espontâneo, passa a não admitir que o registro de nascimento seja anulado, considerando irreversível esse procedimento quando não há vício de vontade. O art. 1.604 do Código Civil dispõe que “ninguém pode vindicar de nascimento estado contrário ao que resulta do nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”. A seguir consta um julgado do Tribunal de Justiça do Paraná a respeito da adoção à brasileira.

O reconhecimento espontâneo da paternidade por quem sabe ser o pai biológico tipifica verdadeira ação de adoção (adoção à brasileira), a qual é irrevogável, descabendo postular-se anulação do registro de nascimento, salvo demonstrada de forma convincente a existência de vício de consentimento, o que incorreu no caso em tela. (TJPR, AC 454064-3, 11ª Câm. Cív., rel. Des. Luiz Antônio Barry, j. 03.10.2008).

Cabe, ainda, um esclarecimento sobre a adoção homossexual que é um tema ainda muito discutido no meio jurídico e divide opiniões.

Bordallo (2013) cita que os primeiros pedidos de adoção eram considerados improcedentes quando vinha à tona a orientação sexual do adotante. Com o passar do tempo, o posicionamento dos tribunais foi sendo modificado e as adoções foram sendo concedidas com base nos princípios da dignidade humana, da não discriminação e da igualdade, independente da orientação sexual do requerente. Assim, atualmente a orientação sexual dos adotantes não é impedimento para a adoção. (DIAS, 2011).

Bordallo (2013) ressalta que, no dia 5/5/2011, o Superior Tribunal Federal, por unanimidade, decidiu, em processos cujo Ministro Carlos Ayres Britto reconheceu a união estável dos casais do mesmo sexo, passando a conceder a estas uniões os mesmos direitos dos casais heterossexuais, inclusive o de adoção.

### **2.2.5 Cadastro nacional de adoção**

O Conselho Nacional de Justiça baixou a resolução 54/08 criando o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) em 29 de abril de 2008. O CNA é um instrumento que auxilia os juízes das varas da infância e da juventude nos procedimentos de adoção. O ECA dispõe em seu art. 50 que “a autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção”.

Constatando que uma criança ou adolescente encontra-se em condições de colocação em família substituta, a autoridade judiciária providenciará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a sua inserção no cadastro. (art. 50, § 8, do ECA, acrescido pela Lei n.12.010/2009).

Para que a criança e o adolescente sejam incluídos no cadastro não é necessário que haja destituição do poder familiar, mas deve haver um estudo de caso da equipe interprofissional do juízo ou dos programas de acolhimento, apontando a adoção como medida a atender o melhor interesse da criança e do adolescente. (BORDALLO, 2013).

Por outro lado, o candidato a adotar deve habilitar-se na Vara da Infância e da Juventude de sua comarca. Caso não haja vara especializada, o pretendente habilita-se na vara competente para o processo de adoção. O juiz, ou seu auxiliar, realizará o cadastro no sistema, com a inserção no CNA. Dessa forma, os juízes competentes de todo o País terão acesso à relação dos pretendentes à adoção. (SANTOS, 2011).

A pessoa habilitada será inscrita no cadastro obedecendo uma sequência e, surgindo uma criança ou adolescente que se adeque às suas opções (de idade, sexo, etc.), o pretendente receberá um certificado constando que tal criança/adolescente encontra-se habilitada(o) à adoção. Em cada Estado brasileiro há um cadastro de pessoas que pretendem adotar, tem-se, ainda, o cadastro nacional (art. 50, § 5º,

acrescido pela Lei 12.010/2009) e o cadastro especial para pretendentes que residem no estrangeiro. (art. 50, § 6, do ECA, acrescido pela Lei 12.010/2009). (BORDALLO, 2013).

O art. 50 § 13 do ECA dispõe que a adoção para candidato não cadastrado somente pode ser deferida quando se tratar de pedido unilateral, quando for formulado por um parente que possua vínculo afetivo e de afinidade com o adotando ou por quem detenha a tutela ou a guarda da criança maior de três anos e que comprove o período de convivência e os laços afetivos. A ausência do cadastro não exclui os requisitos legais e a adoção será indeferida se não for para o melhor interesse da criança e do adolescente (CARVALHO, 2013).

Em março de 2014, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontaram que o Brasil possuía aproximadamente 5.459 mil crianças e adolescentes aguardando para terem uma família e 30.424 mil pretendentes a adoção. O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, no dia 24 de março de 2014, a alteração de resolução (Processo 0006384-86.2012) que inclui os pretendentes domiciliados no exterior (brasileiros ou estrangeiros, devidamente habilitados nos tribunais estaduais) no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Aumentando a visibilidade dos candidatos que moram no exterior no procedimento de adoção internacional.

A Consulta pública da quantidade e do perfil de crianças que constam no Cadastro Nacional de Adoção está disponível no site do Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/cna](http://www.cnj.jus.br/cna)).

Por fim, o CNA auxilia os pretendentes a adoção, a colocar em prática, de um modo mais fácil, a nova lei nacional de adoção, que prioriza a convivência da família com as crianças, seja a convivência na família biológica, na família extensa ou na família substituta.

### **2.2.6 Interdisciplinaridade na prática da adoção**

O Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 150 refere que cabe ao Poder Judiciário a elaboração e a manutenção orçamentária de equipe interprofissional destinada a assessorar a Justiça da Infância e Juventude. (ISHIDA, 2013).

Os juízes da vara da infância e juventude atuam em conjunto com a equipe interprofissional (formada por psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais), que assume relevante trabalho no processo de adoção, pelo seu caráter interdisciplinar e pela sua intervenção, aconselhamento e orientação aos pais, operando preventivamente para que a criança ou o adolescente adotado tenha uma família, um futuro mais promissor.

O art. 151 do ECA assinala que compete à equipe interprofissional elaborar laudos, encaminhar, prevenir, fornecer parecer escrito, além de aconselhar e orientar os genitores quanto às suas responsabilidades elencadas no ECA. A equipe é subordinada à autoridade judiciária, sendo livre a sua manifestação do ponto de vista técnico. (ISHIDA, 2013).

Segundo Weber (2008), a equipe interprofissional da Vara da Infância elabora a relação das crianças e dos adolescentes com base nas informações que são repassadas pelos abrigos sobre cada um deles. Para a autora, uma prática cada vez mais reconhecida é a participação do psicólogo em processo judicial, pelo seu caráter multidisciplinar e pela sua intervenção no sentido de prognosticar e de prevenir possíveis disfunções.

Souza e Miranda (2009) informam que o psicólogo jurídico atua junto aos pretensos adotantes, organizando entrevistas, reuniões, analisando os documentos, preparando os pretendentes a adoção para a função desejada, zelando sempre pelo melhor interesse do menor.

Para Vargas (2000, p.59),

uma das questões técnicas mais relevantes no trabalho do psicólogo com a adoção é a possibilidade de atuação preventiva. A obrigatoriedade de um contato inicial mediante avaliação para o cadastro de candidatos e a observação dos vínculos familiares em formação, durante o estágio de convivência, facilitam que a intervenção do psicólogo venha a ter um caráter mais orientador e de suporte do que perícia.

Segundo Weber (2004), um psicólogo que faz parte da equipe, deve levar em consideração a reflexão sobre as práticas da equipe interprofissional, a satisfação dos pretendentes a adoção e a avaliação dos resultados, buscando fugir da burocracia do processo. Para Pilloti (1988), as instituições que se dedicam à adoção têm o desafio

de fazer cumprir rigorosamente as normas técnicas que definem seu funcionamento, buscando evitar que os processos tornem-se extensos e complexos.

É necessário estabelecer um processo de assessoria para as famílias adotivas, antes, durante e depois de a criança ser colocada em um novo lar. Assim, a equipe interprofissional deve saber selecionar candidatos para as crianças e ajudar os pretendentes a adoção a tornarem-se pais capacitados a satisfazer as necessidades de um filho adotivo. (WEBER, 2004).

Nesse sentido, segundo Cassin e Jacquemin (2001), os profissionais que atuam no processo de adoção são considerados agentes transformadores em potencial, pois suas intervenções junto aos futuros pais adotivos transcendem a avaliação judiciária e propiciam atitudes e ações mais positivas com relação à adoção e à própria família.

### 2.3 PATERNIDADE E ADOÇÃO

Nos últimos 30 anos, foram desenvolvidos importantes estudos sobre a paternidade, correspondendo ao que Michael Lamb (1986) nomeou como a “era do redescobrimto paterno”. A paternidade na sociedade contemporânea é tema que emerge como objeto de atenção, de investigação e pesquisas em nível mundial.

Por outro lado, a adoção é uma instituição que existe há séculos, e sempre foi alvo de investigações científicas, busca atender aos anseios das crianças e adolescentes a encontrar uma família onde sejam amados, cuidados, educados.

Nos subtópicos, a seguir, serão abordados a paternidade, o envolvimento paterno e o pai adotivo.

### 2.3.1 Revisando a paternidade: considerações interdisciplinares

“A arte de viver é simplesmente a arte de conviver...  
Simplesmente, disse eu?  
Mas como é difícil!”  
(Mario Quintana)

Ao longo do tempo, o conceito de paternidade vem sendo alterado. As mudanças ocorridas na família decorrentes das transformações econômicas, sociais e culturais trouxeram uma nova configuração à paternidade contemporânea.

Dupuis (1989) afirma que a tomada de consciência da paternidade aconteceu lentamente na época neolítica pelos povos evoluídos. Essa descoberta ocorreu aproximadamente há sete milênios, quando as sociedades humanas descobriram que o ato sexual e a procriação estavam relacionados, o que gerou transformações lentas e profundas nas estruturas religiosas, sociais e nos comportamentos sexuais.

Segundo Dupuis (1989), antes do poder paterno e da paternidade existiam as sociedades matrilineares civilizadas, responsáveis pela educação das suas crianças. Foram necessários milênios para ocorrer uma “revolução patrilinear” e estabelecer as sociedades patrilineares. O desencadeamento das guerras concedeu aos homens a autoridade de chefes de família e senhores da sociedade, como reis e como deuses. Desse modo, a sociedade patrilinear que é fruto de um mundo voltado à guerra, vai tornar-se um dos traços marcantes da organização humana em todas as partes do mundo. Nas novas sociedades patrilineares, as mulheres perderam o poder, mas conservaram a responsabilidade pelos cuidados com sua prole. (DUPUIS, 1989)

A Grécia surge como origem do patriarcado ocidental. O pai grego encontrava-se distante da família e confiava a educação dos seus filhos à mulher ou a um preceptor.

O pai romano foi uma continuação da cultura do pai grego, todavia esse pai exercia o direito de vida e de morte sobre seus filhos, somente com a morte do pai esse poder se extinguiu. (ZOJA, 2005).

Na sociedade romana ser pai não era apenas um ato biológico, mas um ato formal, a paternidade consistia na sinalização do desejo de ser pai. Se fosse um filho homem o pai pegava o recém-nascido, girava por três vezes em torno da casa e

levantava-o publicamente indicando a sua responsabilidade. No caso de ser pai de uma menina, ordenava que ela fosse alimentada. (HURSTEL, 1999; ZOJA, 2005).

Se o pai não levantasse a criança, esta seria exposta diante da casa ou num monturo público. Assim, os filhos romanos eram aceitos ou rejeitados pelo poder do “pater famílias”. (RESENDE; ALONSO, 1995; SILVA; PICCININI, 2003).

Para Risé (2007, p.16) “a iniciação do Menino Jesus feita por seu pai José quando o apresenta na Sinagoga é um momento simbólico e relevante no desenvolvimento pessoal do menino e da emancipação parcial da dependência materna.”

Nessa esteira de pensamento, Venosa (2005, p.20) afirma que: “nem o nascimento nem a afeição foram fundamento da família romana [...] a instituição funda-se no poder paterno ou poder marital”.

Lamb (1992, p.20), afirma que:

[...] o papel do pai era visto como dominado pela responsabilidade da sua supervisão e ensinamento moral. Era do consenso popular que os pais eram, primordialmente, responsáveis por assegurar que os filhos crescessem com um sentido adequado dos valores, adquiridos essencialmente do estudo de material religioso, tal como a Bíblia.

Hurstel (1999, p. 123), alega que “em quarenta anos modificaram-se o estatuto legal e social do pai, suas imagens, seus papeis e sua vivência. Uma nova definição de paternidade está em elaboração”, o que, segundo Cervený e Chaves (2010), torna a paternidade contemporânea um pouco incerta e em reestruturação.

Essa última década de transformações sociais, tecnológicas e econômicas propiciou alterações na estrutura, na organização e nos padrões familiares. A relação na contemporaneidade fez com que o modelo de pai tradicional, desse lugar a um “novo pai”, assim, cresce o interesse do estudo sobre a paternidade e a influência do envolvimento paterno no desenvolvimento da criança. (SILVA; PICCININI, 2003; STAUDT; WAGNER, 2008; CARVALHO; MOREIRA, 2013).

Para alguns pesquisadores nacionais e internacionais (LAMB, 1992; PLECK, 1997; LAMB, 2000; STAUDT; WAGNER, 2008), o pai contemporâneo está mais envolvido nos cuidados com seus filhos do que o pai do passado, esse “novo homem” exerce sua paternidade com mais participação na vida afetiva e familiar.

No entanto, Lewis e Dessen (1999) destacam que qualquer análise da paternidade deve iniciar com a observação de que em poucas sociedades os pais

cuidam diariamente dos seus filhos. Que os homens se representam e são representados por papéis fora do núcleo das interações familiares, o que se justifica pelas pressões de trabalho, a ausência relativa de recompensa pelo seu engajamento nos cuidados com as crianças e as tênues negociações entre parceiros pela determinação das tarefas desempenhadas pelo homem. Para os autores, os pais são mais notados pela sua ausência em relação à vida de crianças pequenas, o que estabelece uma imagem negativa sobre o papel do pai na família.

Segundo Cabrera, Tamis-Le Monda, Bradley e Lamb (2000), houve uma evolução no conceito de pai ideal.

Nesse processo evolutivo da paternidade deram-se as seguintes fases: o pai colonial, provedor, moderno e envolvido, e na atualidade o pai companheiro e colaborador. (CARVALHO; MOREIRA, 2010).

O conceito de pai ideal vem sendo modificado, passou-se do pai tradicional de educação moral e disciplinar, para o pai que provê, do pai amigo para o modelo de pai nutridor e coparticipante. Atualmente, o pai não cumpre somente o papel de provedor que é necessário, porém não é suficiente. Há outras funções para o pai como: educar, brincar, auxiliar nas tarefas escolares, ser carinhoso, compreensivo e ter proximidade com seu filho. (BUSTAMANTE, 2005; CARVALHO; MOREIRA, 2013)

Conforme Lamb (2000), em diferentes subculturas os pais exercem papéis diferenciados e os diversos grupos trazem contradições sobre o que significa ser um bom pai. Lamb afirma que um pai provedor pode ser de grande importância no contexto onde ele não exerça seus deveres paternos, como exemplo ter um filho de um relacionamento casual. Enquanto em outras comunidades, o suporte financeiro não é tão relevante quanto os cuidados, as supervisões, o afeto, que o pai possa exercer com o seu filho.

Essa nova expressão da paternidade na contemporaneidade surge com transformações importantes nas relações parentais, esse “novo pai” tem cada vez mais buscado seus direitos na participação dos cuidados com os seus filhos. A Constituição Federal de 1988 trouxe para o Código Civil de 2002 a expressão “poder familiar” o que equiparou o pai e a mãe no exercício da parentalidade. O artigo 226 § 6º igualou os filhos havidos ou não da relação do casamento ou por adoção.

No meio jurídico e social há discussões sobre os limites, deveres das obrigações dos pais em relação aos filhos, diálogos que refletem sobre o papel do pai na sociedade e que se desloca do pai provedor para o pai que valoriza a afetividade. (CERVENY; CHAVES, 2010).

Diante de tais fatores, os pesquisadores, teóricos e profissionais reconhecem que os pais podem exercer diversos papéis complexos e multidimensionais dentro da família. Existe um “novo” interesse de estudar o pai e suas relações com o cuidado infantil, afinal ele entra muito mais cedo na vida da criança. (SILVA; PICCININI, 2003).

Bastos, Pontes, Brasileiro e Serra (2013) fizeram uma revisão sobre a paternidade no contexto brasileiro e concluíram que ela é percebida como multifacetada e diversa. O pai pode ser próximo e cuidadoso com sua prole, mas também pode ser violento ou ausente, características essas que não são associadas apenas à classe social. Os autores afirmam, ainda, que os estudos iniciais sobre a paternidade brasileira não haviam dado ênfase ao “novo pai” e, atualmente, a literatura é mais ampla sobre os temas que dizem respeito à paternidade. Porém, ressaltam que os estudos ainda são limitados pelo número reduzido de participantes e por não considerarem a diversidade relativa à classe social, localidade, etnicidade ou experiência educacional.

### 2.3.2 O envolvimento paterno

Meu Pai  
Meu pai, dá-me os teus  
velhos sapatos manchados  
de terra.  
Dá-me o teu antigo paletó  
sujo de ventos e de  
chuvas.  
Dá-me o imemorial chapéu  
com que cobrias a tua  
paciência.  
E os misteriosos papéis em  
que teus versos  
inscreveste.  
Meu pai, dá-me a tua  
pequena chave das  
grandes portas.  
Dá-me a tua lamparina de  
rolha, estranha bailarina  
das insônias. Meu pai, dá-  
me os teus velhos sapatos.  
(Vinícius de Moraes)

Um dos obstáculos para o estudo da paternidade é a ausência de uma definição clara do papel do pai na contemporaneidade. Balancho (2004) afirma que estudar o papel do pai deve ser entendido por meio de uma perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar.

O envolvimento paterno tem sido analisado nas últimas décadas por diversos autores que procuram avaliar as possíveis variáveis que possam facilitar ou inibir esse envolvimento no ambiente interno ou externo do sistema familiar e na socialização dos filhos. (PARKE, 1995; PLECK, 1997; LAMB, 1998; CABRERA; LAMB, 2004; PLECK; MASCIADRELLI, 2004).

O modelo de paternidade até poucas décadas era de um pai provedor financeiro, responsável pelo ensinamento moral, que representava a autoridade, a lei, a política e a religião para a família, independentemente da relação com seu filho ou filha. (PETRINI, 2010; SILVA; PICCININI, 2003; MOREIRA; TONELI, 2013).

O exercício da paternidade ao longo do tempo e os padrões de interação entre a família e seus membros sofreram mudanças desde o modelo tradicional até a

sociedade pós-moderna. O papel do pai como único provedor na vida da família e dos filhos foi sendo modificado, percebe-se que essa paternidade passa a exercer papéis significativos, como o de companheiro, cuidador, professor entre outras funções. (LAMB, 1997; PICCININI et al., 2007).

A maior inserção feminina no mercado de trabalho, a busca por igualdade de direitos e deveres trouxeram questionamentos sobre os papéis e funções sociais do pai. (ARRIAGADA, 2002; SOUZA; BENETTI, 2008; VIEIRA; SOUZA, 2010).

Lamb (1992) afirma que se espera dos pais de hoje que estejam envolvidos mais ativamente, do que no passado, nos cuidados com as crianças e, de forma gradual, o pai contemporâneo está, de fato, mais implicado do que seu predecessor.

Os pais estão assumindo outras tarefas em relação aos filhos, deixando para o passado as generalizações do pai incompetente e desinteressado aos cuidados com sua prole. A paternidade atualmente não está somente associada ao papel do pai provedor, mas na imagem de um “novo pai” envolvido nas atividades diárias, na responsabilidade, nos cuidados físicos, educacionais e na afetividade com seus filhos. Nesse contexto, esse “novo pai” pode expressar seus sentimentos e busca uma relação igualitária com sua companheira (LAMB, 1992; LAMB, 2000; BUSTAMANTE, 2005; SIMÕES; LEAL; MAROCO, 2010; BRASILEIRO; PONTES; BICHARA; BASTOS, 2010).

Atualmente há um interesse por estudar o papel do pai com relação aos cuidados infantis, pois, segundo Lamb (1997), o pai e a mãe exercem papéis decisivos no desenvolvimento infantil.

Nesse contexto é importante destacar que os avanços científicos e as transformações sociais são marcantes na transição assumida pelos estudos que diferenciavam os papéis maternos e paternos. (LEWIS; DESSEN, 1999).

De acordo com Piccinini (2004, p. 304), “nas sociedades ocidentais, os papéis assumidos por pais e mães têm sido tradicionalmente diferentes. A mãe possui o papel de cuidadora primária e o pai, o de provedor das necessidades materiais da família.”

Balancho (2004) afirma que os estudos na década de oitenta e noventa estavam voltados para identificação das mudanças nos comportamentos do pai com seus filhos em decorrência da mudança no papel das mães e os novos formatos de

família. Para a autora, os modelos biológicos da reprodução trouxeram novos olhares sobre as dimensões social e psicológica da paternidade.

Esses modelos biológicos foram substituídos pelos modelos de personalidade, que assinalaram o envolvimento dos pais como um reflexo da personalidade dos filhos, já na década de noventa, o modelo passou a ser sobre o ponto de vista do envolvimento paterno. (LEWIS; DESSEN, 1999; SILVA; PICCININI, 2003). Nesse sentido, existe uma nova consciência da função paterna, como de criar um filho, mas não há ainda clareza quanto a esse papel. (SILVA; PICCININI, 2003).

As mudanças sociais que ocorrem nas relações homem/mulher estão sendo incorporadas aos novos modelos dos papéis parentais, ocasionando de forma mais igualitária as divisões desses papéis, retirando, assim, a função restritiva de um pai somente provedor financeiro. Desta forma, é importante o reconhecimento dos pais para o desenvolvimento sócioemocional de seus filhos (LEVANDOWSKI et al., 2002; BASTOS; BICHARA; BRASILEIRO; PONTES, 2010).

O conceito de envolvimento paterno desenvolvido por Lamb (1985) é definido a partir de três aspectos de avaliação do comportamento do pai: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação refere-se ao contato direto, cuidado e engajamento com os filhos. A acessibilidade caracteriza-se pela disponibilidade ou a presença paterna tanto psicológica como física. Já a responsabilidade traz como definição o papel do pai ao garantir cuidado e recursos para a criança. Esse conceito de envolvimento paterno é o mais aceito e aplicado na literatura nacional e internacional.

Os autores destacam que o pai contemporâneo é mais presente e afetuoso, ele procura desempenhar atividades de cuidado ao preparar a comida, ao alimentar os filhos, ao brincar, ao colocar as crianças para dormir, entre outros envolvimento. (LAMB; PLECK; CHARNOV; LEVINE, 1985; BUSTAMANTE, 2005; PICCININI et al., 2007).

Portanto, esse “novo pai” exerce a paternidade mais presente em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade pela educação e criação dos filhos. (LAMB et al., 1986; JABLONSKI, 1998; SILVA; PICCININI, 2003).

Inicialmente o conceito de envolvimento paterno foi tratado de forma apenas quantitativa, observava-se o número de horas que o pai passava com a criança em

cuidado e tarefas. Atualmente, o envolvimento paterno tem sido avaliado qualitativamente, como a qualidade e o conteúdo do envolvimento. Piccinini, Silva, Gonçalves, Lopes e Tudge (2004) investigaram o envolvimento paterno durante o terceiro trimestre de gestação, participaram da pesquisa 35 pais com idade de 21 a 40 anos, que esperavam seu primeiro filho. Os resultados da pesquisa indicaram que os pais estiveram envolvidos emocionalmente durante a gestação de acordo com o desenvolvimento do bebê e de várias maneiras, entretanto, constataram que alguns pais demonstraram dificuldades em atender esse novo papel de pai participativo e envolvido.

Silva e Piccinini (2007) realizaram estudo que visou compreender, por meio de uma abordagem qualitativa, os sentimentos relacionados à paternidade e o envolvimento paterno em três grupos de pais que residiram com seus filhos, nunca residiram com seus filhos e pais residiram por algum tempo com eles. Os resultados revelaram que os pais dividiam com suas esposas as responsabilidades pelas crianças e acreditavam, em geral, que sua participação na vida dos filhos era muito importante, e mostravam-se satisfeitos com a paternidade. Os dados apontam para um pai que exerce seu papel de provedor. Além disso, alguns deles relutavam em ajudar nas tarefas de contato com o corpo das crianças, não realizando tarefas de higiene, banhos, principalmente quando são meninas, não sendo uma regra. Os autores destacam que o papel do pai provedor era relatado pelos pais como o mais importante para a paternidade.

Pesquisa de Moreira, Carvalho, Almeida e Oiwa (2012) realizada com 150 pais e mães da cidade de Salvador/Ba, abordando o cuidado dos filhos quando bebês, que apresenta como resultado a diferença de perfil entre pai e mãe. Os autores afirmam que onde a participação do pai se destaca é onde as mães às vezes têm menor participação, como brincar, passear, comprar os alimentos, etc. Vale destacar que a pesquisa assinala de forma significativa que entre as atividades de cuidado físico, o pai se envolve com mais frequência em atividades noturnas. Em ordem decrescente de participação, os pais afirmam que nunca: preparam comida, dão banho e trocam fraldas e colocam para dormir de dia.

Bustamante (2005), em estudo de cunho etnográfico realizado no subúrbio ferroviário de Salvador-Ba com homens de camadas populares que eram pais de

crianças menores de seis anos, procurou identificar a vivência desses pais em torno da paternidade. A autora encontrou no presente estudo que a paternidade se constrói em vários níveis socioculturais, que os homens no contexto da investigação são valorizados pelas mães principalmente enquanto provedores econômicos e que tendem à exclusão dos contatos e cuidados corporais, embora se espere do pai uma proximidade emocional com seu filho.

A autora ressalta que os participantes do estudo lamentam não poder estar mais próximos do filho porque têm que trabalhar para levar o sustento. Outra constatação foi a de que o pai não se sente capaz para cuidar dos filhos enquanto sua esposa trabalha e a mesma o considera ajudante quando esses oferecem ajuda nos cuidados com seus filhos como dar banho, comida, etc. Nesse sentido, a autora relata que “estas queixas podem ser pensadas em relação com a coexistência de discursos contraditórios em torno da paternidade, de um lado o discurso tradicional e de outro o discurso do novo pai”. (BUSTAMANTE, 2005, p.401).

Monteiro, Fernandes, Veríssimo, Costa, Torres e Vaughn (2010) analisaram 110 famílias nucleares portuguesas da cidade de Lisboa, em que as mães apresentavam idades entre 26 e 48 anos e os pais entre 26 e 48 anos, ambos trabalhando em tempo integral. Seus estudos divulgaram a percepção do pai e seu envolvimento com seus filhos nos cuidados diretos e indiretos; ensino/disciplina; brincadeira e outros.

Os autores identificaram que as tarefas partilhadas com a mãe são as dos cuidados diretos, entretanto os cuidados indiretos são sempre realizados pela mãe, assim, os pais estão mais envolvidos nas atividades de disciplina, ensino, brincadeira e lazer. Outro resultado importante apresentado na pesquisa é que quanto maior a idade do pai, menor é a sua participação nas atividades relacionadas com os cuidados indiretos e com o ensino e a disciplina, e quanto mais elevada a escolaridade do pai, maior é seu envolvimento no cuidado indireto com os filhos.

Esse estudo com 110 famílias portuguesas apresentou resultados nos quais o pai parece desempenhar uma participação ativa no dia-a-dia dos filhos deixando para traz o estereótipo de provedor ou de companheiro para brincadeiras e no sentido do novo “ideal” de paternidade. Tais resultados vão de encontro com a pesquisa de Balancho (2004) sobre as representações de paternidade e afirmam que a

participação do pai nesse estudo indicam mais do que quantidade da participação paterna, é a qualidade ou a interação de ambas que terá impacto no desenvolvimento da criança. Nesse sentido, conforme Pleck e Masciadrelli (2004), é necessária uma reformulação do conceito de envolvimento no sentido do envolvimento positivo.

Ainda sobre a temática da paternidade, Lamb (2010) afirma que o pai gasta bem menos tempo com seus filhos e a mãe passa mais tempo cuidando deles como: dar banho, alimentação, higiene e os pais ocupam-se com as atividades de brincar.

Outro estudo sobre o envolvimento paterno, realizado por Marinelli (2013) que abordou as representações de apego e a sensibilidade paterna em pais de crianças em idade pré-escolar, investigou 18 pais peruanos, com idades entre 27 e 50 anos, sendo oito participantes com grau de instrução de nível médio e 10 participantes com superior completo. Todos os participantes vivem com suas companheiras sendo 16 casados e dois coabitantes com um tempo de convivência entre cinco e 21 anos. A pesquisa de Marinelli aponta que nove dos pais se percebem como cuidadores principais de seus filhos ou co-cuidadores junto com suas esposas. O autor ressalta que um dos resultados da sua investigação aponta os pais como cuidadores dos filhos, que três dos 18 pais possuem alto nível de interação com seus filhos, mas apresentam baixos níveis de segurança em suas representações de apego.

O envolvimento paterno é investigado por diferentes teorias e contextos socioculturais. Apesar do papel do pai ter sofrido alterações nas últimas décadas, o pai adotivo e seu envolvimento com seu filho do coração é pouco explorado. Assim, ainda é escassa a literatura e investigações sobre a paternidade adotiva. Desta forma, esse estudo é relevante para uma contribuição com o avanço do conhecimento científico sobre o tema.

### 2.3.3 A necessidade de estudos sobre o pai adotivo

“Todos os filhos são biológicos e todos os filhos são adotivos. Biológicos, porque essa é a única maneira de existirmos concreta e objetivamente; adotivos, porque é a única forma de sermos verdadeiramente filhos.”  
(Luis Schettini Filho)

A família é a primeira instituição social responsável pela transmissão de valores, ideias, crenças e busca assegurar a continuidade e o bem-estar de seus componentes (LEAL; MOREIRA, 2011). A instituição familiar não é constituída somente pelos laços consanguíneos, desde a Antiguidade, os povos conviveram com o problema de abandono de crianças órfãs e com atos jurídicos para instituir os laços de parentesco. A adoção sempre existiu como uma prática social, é uma das formas de colocação de crianças ou adolescentes em uma família substituta. (WEBER, 2004; MARIANO; ROSSETI-FERREIRA, 2007).

Nas últimas décadas a adoção passou a ter visibilidade de forma mais positiva do que no passado. No decorrer da década de 1970 as famílias que adotavam uma criança viviam permeadas pelo segredo. Já na década de 1980 a adoção começa a ser mais clara e atualmente o tema ganhou mais visibilidade. Assim, a adoção é uma instituição que não deixará de existir, pois sempre haverá crianças abandonadas, órfãs, que precisam de outros pais, que renasçam em outra família. (WEBER, 2011). A autora afirma que as pessoas geralmente adotam uma criança por acreditarem que possam dar e receber amor mesmo não compartilhando de nenhuma carga genética. Enfim, conclui que o amor por uma criança adotiva pode ser o mesmo por um filho genético e que o apego e a afetividade entre os pais adotivos e a criança são desenvolvidos em diferentes circunstâncias. (WEBER, 2010).

Os estudos científicos nacionais sobre o envolvimento paterno com filhos adotivos ainda são escassos, a maioria das produções enfoca ou a paternidade e o envolvimento do pai com seu filho ou o contexto de adoção, sendo a temática da paternidade adotiva pouco explorada. Porém, autores (SOUZA; BENETTI, 2009; SILVA, 2010; WEBER 2010; BUENO; VIEIRA; CREPALDI, 2014) destacam que as pesquisas nacionais refletem a importância do pai na família e apontam temas que

precisam de mais investigações, como por exemplo, desenvolver estudos para a compreensão do pai adotivo e do universo masculino no papel paterno.

Segundo Weber (2004), um dos primeiros trabalhos realizados sobre adoção é de 1988, uma tese de doutorado da professora e pesquisadora Maria Cecília Soleid da Costa com o título “Filho do Coração: adoção em camadas médias brasileiras” que é um referencial teórico, ainda hoje para quem deseja estudar a paternidade e o seu papel na adoção.

Viana e Costa (2010) apontam que o tema da adoção no Brasil tem relevante produção acadêmica, pesquisas no campo da Psicologia abordam os aspectos psicossociais das famílias adotivas, afirmam que na literatura especializada, determinados aspectos da adoção têm sido mais investigados que outros como, por exemplo: as motivações, escolha, perfil dos candidatos, direitos dos filhos e que são raros os estudos sobre as trajetórias dos homens e a construção da parentalidade adotiva. As autoras explanam que existem vários aspectos sociais que interferem no desejo do casal de ter filhos biológicos e que o caminho da adoção é marcado por esse desejo, sendo que muitas vezes essa trajetória nem sempre é fácil, ágil e tranquila.

Weber (2010) afirma que fontes históricas tradicionais, mitos, lendas, filmes e novelas sempre trataram do tema da adoção. A Bíblia relata a história de Moisés “filho das águas” onde foi escondido por sua mãe dentro de um cesto e abandonado no rio e criado pela filha do Faraó. O próprio Jesus é filho adotivo de José.

Há uma nova consciência do ser pai e mãe, em ter um maior envolvimento com os filhos, construindo um novo modelo de paternidade e maternidade. (SOUZA; BENETTI, 2009). Para as autoras, o envolvimento masculino no cuidado com os filhos foi uma das grandes transformações do século XX nas sociedades ocidentais. Afirmam ainda, que o tema paternidade também é importante para a compreensão dos relacionamentos familiares e do desenvolvimento infantil. Assim, Passos (2011) conclui que estamos vivendo um tempo de flexibilização da família.

Para Zornig (2012, p.17), “a parentalidade é um termo recente, que começou a ser utilizado a partir dos anos 60, para marcar a dimensão de processo e de construção no exercício da parentalidade.” O autor afirma que outras áreas do conhecimento estudam as dimensões inerentes ao parentesco, mas é na Psicologia

e na Psicanálise que se encontra uma ampla pesquisa alusiva aos processos psíquicos e transformações subjetivas produzidas nos pais pelo anseio do filho.

A transição para a parentalidade provoca uma intensa mudança no ciclo de vida da família, é o tornar-se pai e mãe. Além disso, as novas configurações familiares contemporâneas exigem adequações e modificações na parentalidade (PICCININI, SILVA, GONÇALVES; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011; ZORNIG, 2012), inclusive na adotiva.

Para Weber (2011), a parentalidade por adoção possui a mesma verdade, força e essência da parentalidade genética. A adoção não é uma “imitação da biologia”, a família adotiva possui atributos especiais que tem que ser assumidos e não há como ser negados. Weber (2011, p. 40) ressalta que “o período de espera é uma fase de transição para a parentalidade, na qual as pessoas ainda não são pais, mas também não são ‘pais em espera’ como ocorre na gravidez.”

Segundo Levinzon (2014) a parentalidade adotiva, está envolvida em proporcionar à criança uma família que venha a recebê-la e a criá-la, atendendo às suas necessidades principais, psíquicas e físicas. A família adotiva possui como características o elo de pais com uma criança que não pode ser criada pelos pais biológicos, dessa forma, os pais adotivos descobrem na adoção a possibilidade de ter os seus filhos, quando não podem tê-los por outros motivos.

A autora explica que os pais de um modo geral desenvolvem de maneira natural a sua capacidade de criar os filhos, a partir de sua experiência pessoal e cultural, valores e crenças, o que permite que a parentalidade adotiva ocorra saudável e harmoniosa.

Para Schettini (1998), a busca do filho resulta, portanto, de uma conjunção ética e não simplesmente de uma conquista genética. É nesse ambiente que se processa a adoção. É dentro do âmbito da relação ética que se constrói a real parentalidade, conduzida pela convivência afetiva.

Estudo realizado por Weber (2001) visou estabelecer o perfil da adoção e da família adotiva no Brasil. A pesquisa contou com amostra de 240 pais adotivos (de 105 cidades de 17 estados brasileiros). A autora afirma que 88,5% dos pais adotivos participantes da pesquisa estavam casados e ressalta que nessa categoria foram incluídos os casamentos oficiais e os informais.

A pesquisa apresentou variáveis em relação ao estado civil do adotante e o perfil da criança, apontou uma tendência de que os pais adotivos solteiros adotam com frequência mais alta crianças com mais de dois anos (33,3%) do que os pais adotivos casados (18,6%). Esse estudo revela também que os pais adotivos eram pouco mais velhos que as mães adotivas e os adotantes em sua maioria absoluta são brancos. Além disso, o principal motivo da busca pela adoção foi por motivo de infertilidade.

Segundo Bueno, Viera e Crepaldi (2014), o pai adotivo se envolve com seus filhos de forma semelhante aos pais biológicos no que se refere à interação, disponibilidade e responsabilidade, porém pode haver determinadas especificidades diferentes da paternidade biológica, o que precisa ser melhor investigado.

As famílias adotivas são análogas às famílias biológicas em diversas características, elas possuem como base elos universais que unem pais e filhos. Os pais adotivos assumem responsabilidades com seus filhos, investem amor, afeto, cuidados que as tornam parte integral da família. (LEVINSON, 2004). Segundo a autora, há algumas diferenças que constituem o universo da adoção, a criança chega nessa família por um trajeto diverso do usual, ainda há a crença social de que os melhores pais para uma criança são os biológicos e os pais adotivos têm que provar que estão capacitados para serem bons pais (quando a adoção ocorre por meios legais).

Podemos, ainda, considerar outras diferenças segundo a autora como: que os pais biológicos não precisam de intermediários para ser pais, enquanto os pais adotivos precisam do Judiciário ou de pessoas ligadas a adoção. Os pais biológicos conhecem seus filhos incondicionalmente, enquanto os pais adotivos inicialmente se preocupam com a solidez do vínculo afetivo com a criança e o medo de perder a criança está volta e meia à espreita.

Para Weber (2011), os pais adotivos precisam ser conscientes de que existem características específicas em sua família, que em certas fases da vida geram maior estresse.

Diante disso, fica evidente que é preciso que haja mais estudos que focalizem o pai adotivo, que é o que se propõe nesta dissertação de mestrado.

## 2.4 O ESTUDO

O presente estudo de mestrado tem por objetivo geral compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna.

Os objetivos específicos foram:

1. Identificar, segundo o pai, os motivos que levaram a família a decidir sobre a adoção;
2. Conhecer como foi o processo de decisão para a adoção na perspectiva paterna;
3. Verificar quais critérios foram utilizados para a escolha da criança adotada;
4. Investigar como o pai avalia os trâmites legais percorridos no processo de adoção;
5. Investigar o envolvimento paterno com o(a) filho(a) adotivo(a).

### 3 MÉTODO

#### 3.1 DELINEAMENTO

Para atingir os objetivos propostos optou-se por desenvolver um estudo qualitativo. Conforme Gil (1999), tal modalidade de pesquisa requer uma aproximação com o objeto pesquisado tendo em vista a ampliação do tema investigado.

A fim de compreender o processo de adoção na perspectiva paterna, será utilizado o estudo descritivo que se constitui por ações de observação, registro, descrição e construção, e, assim, “correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66), sendo que neste estudo foi utilizada a entrevista. Além disso, houve um delineamento de estudo de casos múltiplos (STAKE, 1994).

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde questões íntimas dos participantes e não pode ser quantificado. Os motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes pertencem à profundidade das relações, dos processos e dos fenômenos. Velho (2004) aborda a questão da familiaridade com o objeto a ser estudado e chama a atenção para que determinados envolvimento não atrapalhem o olhar de observação do investigador. O pesquisador deve colocar-se no lugar do outro e sua atitude deve ser de empatia, no sentido de aproximação do objeto, mas percebendo-se como alguém que não faz parte do contexto a ser investigado.

Portelli (1997) discorre sobre a prática da pesquisa qualitativa utilizando a História Oral e destaca algumas características essenciais ao entrevistador. São elas: a ética, a transparência, o respeito ao próximo e o comprometimento com a verdade.

Para o autor, tais valores são imprescindíveis ao bom desenvolvimento da pesquisa, conduzindo uma ação respeitosa para com o entrevistado, tratando da história contada por ele como uma arte, algo singular, reconhecendo-o em suas particularidades.

A pesquisa qualitativa permite explorar o contexto e os atores sociais para uma melhor compreensão, apresentando uma feição detalhada das informações obtidas.

Procura então encontrar, com possível precisão, como os acontecimentos se revelam, sua relação e conexão, suas características e natureza. (RUDIO, 1999).

Os estudos qualitativos são válidos quando os investigados compartilham com o investigador a veracidade dos fatos relatados e o sentido dos resultados. O estudo qualitativo é um reflexo da realidade investigada, onde o observador é parte do contexto cultural e busca compreender e/ou representar. Para Minayo (1997), a pesquisa é um trabalho artesanal e se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular.

Assim, a pesquisa qualitativa é descritiva e dá mais ênfase ao processo que ao resultado, privilegiando os significados que as pessoas dão aos fatos ou fenômenos (BOAVENTURA, 2004). Ao escolher o formato de pesquisa qualitativa, visou-se essencialmente a qualidade e a profundidade dos dados coletados.

### 3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo foi realizado com pais adotivos que foram acessados a partir de dois grupos de apoio à adoção. Os grupos atuavam na cidade de Salvador/ Bahia, de modo informal, eram compostos e coordenados por pais que já tinham passado pelo processo de adoção e faziam um trabalho voluntário, sem fins lucrativos.

Participaram deste estudo cinco pais adotivos<sup>2</sup> cujos dados são apresentados no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 – Dados sobre os pais adotivos. Salvador (BA), 2014**

<b>Código do pai</b>	<b>Nome* fictício</b>	<b>Idade em anos</b>	<b>Etnia</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Trabalho atual</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Religião</b>
P1	Paulo	59	branca	superior completo	médico	casado	espírita
P2	José	51	parda	superior completo	militar	casado	espírita
P3	Pedro	41	branca	pós-graduação	professor e militar	casado	espírita
P4	Tiago	43	parda	superior completo	administrador público	casado	católica
P5	Marcos	47	parda	pós-graduação	professor universitário	casado	católica

\* Todos os nomes são fictícios para preservar a confidencialidade da identidade dos pais.

Os pais apresentam idades entre 41 e 59 anos. Com relação à etnia, três são pardos e os outros dois são brancos. No que diz respeito à escolaridade, três possuem nível superior completo e dois cursaram pós-graduação. Quanto à profissão, dois participantes são militares, um é administrador público, um é professor universitário e outro é médico. Todos são casados, dois deles estão em segunda união. Com relação à religião, três são espíritas e dois católicos. Todos residem em bairros de classe média de Salvador.

<sup>2</sup> Foram entrevistados oito pais adotivos, contudo, a fim de limitar a extensão do trabalho, optou-se por excluir três casos que serão analisados em publicações futuras. Os cinco escolhidos foram os pais que apresentaram características bem diferentes entre si.

### 3.3 INSTRUMENTOS

Para a coleta dos dados foi construído um roteiro de entrevista (APÊNDICE A) para os pais/homens com questões abertas. Constaram questões sobre dados de identificação e, em seguida, sobre a experiência de adoção e de paternidade em tal contexto.

Quando utilizada em estudos qualitativos, a entrevista permite ao pesquisador mergulhar profundamente, coletando indícios das maneiras como cada sujeito percebe e significa a sua realidade. (DUARTE, 2004).

Por meio do roteiro de entrevista, a pesquisadora procurou informações contidas na fala dos participantes voltadas para as suas vivências sobre a realidade focalizada no estudo (MINAYO, 1994).

### 3.4 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS

Inicialmente entrou-se em contato com os coordenadores dos grupos de apoio à adoção e foi solicitada a autorização para a realização do estudo com pais adotivos que frequentavam tal grupo. Diante da autorização dos coordenadores, houve a submissão do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), obtendo-se a aprovação (ANEXO A).

Com isso, foi realizada a coleta de dados. Para tanto, foi efetuado telefonema a membros dos referidos grupos e, nesta oportunidade os participantes foram informados sobre o objetivo da pesquisa e sobre os cuidados éticos que seriam tomados. A partir de então foram agendadas as entrevistas em local de conveniência para os pais. Tais entrevistas foram gravadas para que não se perdesse nenhuma informação fornecida. Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

Importante tratar das questões éticas, no caso das pesquisas sobre o estudo do pai adotivo, os significados atribuídos e os papéis de sujeitos humanos trazidos a público. Considerando os atores sociais, pois a ética em pesquisa “exige analisar previamente os possíveis riscos e benefícios do projeto para todos os envolvidos, principalmente aqueles em situação de maior fragilidade” (VASCONCELOS, 2002, p.189).

### 3.5 ANÁLISE DE DADOS

As gravações das entrevistas foram transcritas e após cuidadosas leituras de todas elas buscou-se organizar o relato dos pais a partir das respostas obtidas focalizando os objetivos geral e específicos da investigação. Houve, assim, uma descrição dos dados obtidos.

Foi realizada uma extensa investigação baseada nos textos que possibilitaram explicações e interpretações sobre as questões pesquisadas. Destaca-se o conceito de envolvimento paterno de Lamb (1985), a partir de suas categorias provenientes da literatura. Sendo a primeira interação, conforme foi mencionado anteriormente na revisão de literatura, referente ao contato direto do pai com a criança, por meio dos cuidados e atividades compartilhadas. A segunda categoria é a acessibilidade referente à presença e a disponibilidade do pai para o filho, acontecendo ou não essa interação direta. Por fim, a responsabilidade referente ao papel que o pai exerce nos cuidados com a criança, como marcar consultas com pediatra, dentista e outros.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados encontrados com cada um dos oito participantes abordando: a família, a experiência de adoção, o envolvimento do pai com o(a) filho(a) adotivo(a), a revelação para o filho sobre a adoção, a paternidade aditiva e a rede de apoio. Na sequência, será feita uma discussão geral dos casos à luz da literatura.

### 4.1 CASO 1: PAULO (P1)

#### 4.1.1 Família do participante

Paulo informa que se casou com uma médica e tal união durou 11 anos. Dessa relação, teve duas filhas biológicas e um filho adotivo. Conforme ele, casaram-se antes do planejado em decorrência da gravidez. Na compreensão dele, ela engravidou propositalmente “[...] ela tinha armado para mim [...] foi uma decisão unilateral” (P1). Depois o casal teve mais uma filha biológica e apresentava dificuldades no relacionamento conjugal.

Segundo Paulo, tal casamento

[...] já não estava bem, vários conflitos, algumas tentativas de haver um diálogo em vão, frustrados e eu já descontente e querendo sair desse casamento, mas aí um dia a minha ex-esposa chegou em casa com um bebê de 10 dias de nascido na mão [...]. As meninas tinham quatro anos e a outra com sete anos. Não houve uma conversa prévia para a chegada desse filho. Hoje em dia, nas minhas reflexões, acho que ela agiu assim na tentativa de segurar o casamento. (P1).

O participante há 17 anos casou-se pela segunda vez, com outra médica, com quem tem uma filha adotiva. O casal é espírita.

Ele considera que fazem parte da sua família a atual esposa, a filha adotiva (do segundo casamento) e uma das filhas do primeiro casamento que mora com ele. Ou seja, considera que faz parte da família as pessoas com quem reside (família reconstituída).

Em síntese, Paulo tem duas filhas biológicas (atualmente com 33 e 28 anos respectivamente), um filho adotivo da primeira união (com 24 anos) e, da segunda união, tem uma filha adotiva (com 10 anos).

#### **4.1.2 A experiência de adoção**

##### *4.1.2.1 O processo de decisão para adoção*

Paulo teve duas experiências bem distintas de adoção. Na primeira delas, sua ex-esposa

[...] chegou em casa com um bebê com 10 dias de nascido. Ela é obstetra, naturalmente fazia partos e conhecia a mãe desse garoto (que foi posteriormente adotado pelo casal). A mãe morreu no hospital com doença de chagas. Era mãe solteira do interior e não resistiu ao parto. A criança nasceu prematura e ficou 10 dias desenganada, não iria sobreviver. Quando teve alta, não sabia para onde levar, os avós moram no interior muito distante, então simplesmente ela (ex-esposa) me fez a surpresa de chegar em casa de noite. Naquela época não havia celular, não tínhamos como nos comunicar, chegou em casa com o bebê com 10 dias de nascido, eu tomei um susto. [...] Tivemos que acolhê-lo e foi acontecendo que, com o passar dos dias, passou um mês, dois meses, e os avós não apareceram. No final do terceiro mês, os avós apareceram e disseram que não queriam ficar com ele. Que eram pobres e simplesmente renunciaram a criança. Depois de três meses sofrendo dia e noite com o choro da criança, agora era ficar com ele [...]. Como não estava bem (o relacionamento conjugal) e ela percebia que eu estava insatisfeito, e é verdade que o casamento durou mais três ou quatro anos, depois acabamos nos separando. Nossa relação durou esses anos em função do T. (filho adotivo). (P1)

Quando o filho adotivo tinha sete meses de vida foi confirmado o seu diagnóstico de paralisia cerebral. Ao ser indagado se adotaria a criança se suspeitasse da condição de saúde do menino antes de dar entrada no processo de adoção, Paulo afirmou que não desistiria da adoção:

[...] nunca me arrependi de tê-lo adotado, a gente cria laços e responsabilidades, na verdade eu questioneei muito a maneira que ele foi lá para casa, como ele chegou, não houve um diálogo, não houve uma pretensão de adotar. Já tínhamos duas meninas biológicas e o casamento já estava balançado, eu não tinha a intenção de adotar. E pelo fato de a minha ex-esposa chegar com um filho com 10 dias de

nascido, doente, cheio de problemas, já entrar em casa assim, eu achei um pouco forçado, foi uma adoção quase que forçada. (P1)

Na outra experiência de adoção, já em seu segundo casamento, Paulo sugeriu à esposa que adotassem uma criança, em decorrência de ele ter feito vasectomia. Mas,

[...] ela tinha um certo receio, creio que pela própria experiência que ela tinha com T. (primeiro filho adotivo dele), tinha receio de vir uma criança com distúrbio mental ou qualquer outra doença. Ela como pediatra, estava bem a par do que podia acontecer, a origem da criança, alguma doença infectocontagiosa, ela estava muito relutante. (P1)

No entanto, depois de um tempo, a segunda esposa de Paulo concordou com ele no que diz respeito à adoção.

#### *4.1.2.2 Tratamentos em busca do filho biológico*

Paulo tinha feito vasectomia após o nascimento da segunda filha, ainda no primeiro casamento. Quando casou-se novamente, a segunda esposa queria muito ter um filho, pois era o primeiro casamento dela, e ela ainda era jovem, tinha 28 anos. Diante disso, o participante fez cirurgia para reverter a vasectomia. Depois disso, o casal tentou várias vezes, porém não ocorreu a gravidez.

Tentamos várias vezes métodos não naturais, mas como não conseguimos e era um uso absurdo de muitos hormônios, muita droga, que chegou um tempo que dissemos que já chega, não queríamos mais tentar. Ela própria sentiu que não era bom. O tratamento foi muito penoso para ela, na verdade tem que se tomar muitos hormônios, injeções de hormônios para ovular, esses hormônios têm efeitos colaterais, engorda muito a mulher e inclusive pode acontecer muitas vezes de

desenvolver uma gravidez tubária, perder a trompa, perder ovário, sabe do risco que é.

Inicialmente ela ficou frustrada por não engravidar, eu não, mas depois ela compreendeu o processo da vida, que nada acontece de errado, que tudo é perfeito, que a vida é perfeita, que tudo que nos acontece vem com objetivo maior. Então ela entendeu que não podia ser mãe por meio natural [...]

Levamos mais ou menos uns cinco ou seis anos tentando um filho e foi um investimento muito alto, quando decidimos adotar. (P1)

Após cinco ou seis anos de tentativa de gravidez e também em decorrência dos altos custos do tratamento em questão, a esposa de Paulo concordou com a adoção. Segundo ele, esta “[...] foi a melhor coisa que aconteceu, pois essa filha [...] é a melhor filha do mundo, é a mais maravilhosa” (P1). Segundo o participante, esse período de decisão pela adoção “[...] trouxe mais união para o casal. (P1)

#### *4.1.2.3 Critérios de escolha do filho adotivo*

No que diz respeito aos critérios de escolha do filho adotivo, P1 informa que

Conversamos (ele e a esposa atual) e decidimos por uma menina e não queria que fosse muito escura, nada absolutamente por ser contra, mas para não causar a ela nenhum tipo de preconceito [...], porque quando começasse a frequentar a escola, o nosso meio, iriam notar a diferença entre ela e nós e ela poderia ficar intimidada com isso, queríamos uma filha parecida com a gente.

Nós conversamos e decidimos que queríamos uma menina, bem novinha, queríamos uma criança saudável, ficamos com medo de um filho doente, esse medo maior foi por parte da minha esposa, tanto que quando P. (filha adotiva) chegou fizemos todos os exames, exames de sangue, entre outros.

Só que um dos exames veio com Hepatite B positivo, aí ela ficou com a cabeça pegando fogo, muito preocupada. Só que aí consultamos um amigo que é infectologista e passou para repetir o exame em outro laboratório que a gente confia, aí fizemos novos exames em laboratório de referência e estava tudo normal.

Eu acho que o medo é maior que a questão prática, nós tínhamos mais medo de uma doença, ainda mais hoje em dia pela falta de cuidados das pessoas que têm relações sem se proteger, sem camisinha, a multiplicidade de parceiros que os jovens estão acostumados a ter, tá na moda ter um, dois, três... um atrás do outro, então a gente fica com receio de haver todo tipo de doença, desde a AIDS, a Hepatite B, Sífilis, enfim, na verdade o medo é maior do que acontece na prática (P1).

Assim, no primeiro caso de adoção, ocorrida no primeiro casamento do participante, não houve o estabelecimento de critérios de escolha pelo fato de a adoção não ter sido discutida pelos pais adotivos. No entanto, vários critérios foram impostos para a escolha da segunda filha adotiva.

#### 4.1.2.4 A perspectiva paterna sobre os trâmites legais para a adoção

No que diz respeito à primeira adoção, Paulo, que já estava com o menino em sua residência, entrou com processo no Juizado da Infância e Juventude para obter a adoção plena, adoção legal na década de 1980 (ainda na regência do Código Civil de 1916). Isso foi feito logo que os avós disseram que não poderiam ficar com o bebê, quando ele tinha três meses de idade. Para que os pais tivessem a documentação definitiva, houve a espera de aproximadamente um ano. Para o participante, a tramitação da adoção foi “[...] relativamente fácil, durou mais ou menos um ano, até tudo ser legalizado, algumas vezes tivemos que ir ao juizado, recebemos a visita da assistente social. Foi tranquila a adoção” (P1)

Com relação à segunda adoção, Paulo informa que ele e a atual esposa

[...] fomos ao Fórum, na Vara de Família, demos entrada nos papéis, não precisamos de advogados, fomos de forma livre e espontânea, também não foi difícil, foi bem tranquilo, os juízes nos trataram muito bem, inclusive a criança era do interior da Bahia, nós tivemos que ir até o interior e entrar em contato com o juiz, ele nos fez uma entrevista, fez uma série de perguntas, nos conheceu de perto, olhando olho no olho, deu vários conselhos como: “você sabe que não pode abandonar a criança”, que é uma coisa definitiva. (P1)

Depois da entrevista com o juiz no interior da Bahia,

[...] demos (o casal) entrada em Salvador, com o documento que foi expedido pelo juiz do interior e demos entrada no fórum na Vara de Família de Salvador. E fomos entrevistados pela assistente social, que veio nos visitar uma, duas ou três vezes aqui em casa, avaliar as condições da criança e da família. A assistente social foi muito simpática, afável, e ela própria ficava emocionada em ver o carinho com que estávamos cuidando de tudo, viu o quarto dela, todo bonitinho, todo desenhado, confortável [...]. (P1)

Enfim, Paulo avalia que os trâmites legais do processo de adoção foram tranquilo, justificando que a criança já estava morando com o casal quando a assistente social foi fazer a visita domiciliar. No entanto, considera que houve demora para receber a certidão de nascimento da criança com o nome dos pais adotivos e o novo nome da criança escolhido pelo casal.

Cabe destacar que o primeiro filho adotivo de Paulo foi adotado na década de 1980 sob o advento do Código de Menores (Lei n. 6.697/79), onde eram estabelecidas

no ordenamento jurídico brasileiro, a adoção simples e a adoção plena. A adoção simples era empregada aos menores de 18 anos em situação irregular, sendo realizada por meio de escritura pública. Utilizando-se os dispositivos do Código Civil de 1916 no que fossem pertinentes. Já a adoção plena era aplicada aos menores de sete anos de idade, mediante procedimento judicial e tinha o caráter assistencialista. A adoção plena conferia ao adotando a situação de filho, expedia-se um mandado cancelando o registro original da criança, desfazendo-o totalmente da família biológica. Assim, a adoção plena foi mantida no Estatuto da Criança e do Adolescente com a denominação única de adoção, extinguindo a adoção simples (BORDALLO, 2013).

#### *4.1.2.5 O tempo de espera*

Como dito anteriormente, P1 apresenta duas experiências diferentes de adoção. Na primeira não houve tempo de espera e nem mesmo a decisão prévia para a procura por um filho adotivos. Já no outro caso, com sua segunda esposa, depois que terem tomado a decisão quanto a adoção, ela comentou com colegas do hospital em que trabalhava que estava procurando uma criança para adotar. Assim, uma das médicas do hospital tinha uma mãe pediatra que trabalhava no interior e fazia parte de uma associação que recolhia crianças abandonadas/doadas. Tal pediatra disse que uma mãe adolescente (16 anos) tinha engravidado do namorado e tinha sido expulsa de casa. Por este motivo, havia entregue o bebê à referida associação.

Segundo o participante, “[...] a mãe biológica assinou toda a documentação perante o juiz abrindo mão do poder familiar” (P1). Cabe destacar que não foi detalhado como se deu tal processo de entrega ao abrigo, sendo que a mãe era menor de idade e, assim, não poderia assinar documento abrindo mão do poder familiar.

Diante disso, o bebê permaneceu na casa da referida pediatra por alguns dias e depois ela ligou para a atual esposa de P1 dizendo que “[...] estava com nossa filha e iria leva-la (para a casa do participante)” (P1). A notícia causou uma ansiedade no casal:

Minha esposa [...] passou a noite toda acordada e não me falou nada. Acordei de manhã e ela, sentada na beira da cama, de olho arregalado, sem querer falar, aí perguntei o que tinha acontecido, aí ela me fala que iriam trazer uma criança aqui para casa para conhecermos. Aí eu disse para ela que a criança a gente tem que escolher com o coração, não é qualquer criança que eu vou querer, tem que sentir, ter afinidade. Aí falei com ela: “a gente vai olhar, mas é quase certeza que não vou querer”. (P1)

Cabe destacar que o casal já tinha “[...]” o quarto dela pronto, já tínhamos a cama, os móveis, tudo arrumadinho. Tínhamos o quarto pronto, arrumado, desde a época da tentativa de ter um bebê. Desde os exames, a casa é grande, já reservamos o quarto dela” (P1). Só faltava o berço que foi adquirido depois da chegada do bebê.

Em síntese, o participante afirmou que

Foi tão rápida a chegada de nossa filha que não pareceu uma gestação, foi uma festa, ela tinha chegado para alguns colegas e disse se verem minha filha por aí diga que a estou esperando, e logo depois chega nossa filha, foi muito curto o tempo de espera, não chegou a ser uma gestação. (P1)

Assim, evidencia-se uma informalidade na entrega da criança para adoção nos dois casos vivenciados pelo participante.

### **4.1.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo**

#### *4.1.3.1 Os primeiros encontros com a criança*

Paulo, na primeira experiência de adoção, como informado anteriormente, foi pego de surpresa, pois sua esposa levou um bebê com 10 dias para casa sem consultá-lo previamente.

Tivemos que tirar a roupa de boneca da minha filha para poder vesti-lo. E (o bebê) veio com muitos problemas de saúde, com icterícia, uma hérnia estrangulada e um edema muito grande na região genital (nos testículos). Chorava muito, dia e noite, 24 horas. (P1)

Já com relação à segunda filha adotiva, o participante relata que uma médica levou o bebê para a casa dele, pois desejavam adotar uma menina.

Quando chegou quinta-feira de tardinha, chegou a médica, ela era muito alegre, festeira, “sua neném tá aqui”, aí trouxe aquela menina na trouxinha, no cestinho com 10 dias de nascida. Trouxe o leite, tudo da menina, aí entregou a menina para ela (a esposa) e ela, toda nervosa, me entregou. E foi levar a médica na porta, já era de noite, já estava escuro, fui para a cozinha, acendi a luz que era bem clara para examinar, olhar. Na hora que acendi a luz para olhar ela, eu vi aquela carinha, assim (o pai imitou a expressão facial do bebê), toda franzidinha de quem está pedindo socorro [...]. Foi uma experiência única na minha vida, nunca senti isso, um raio que me atingiu (nesse momento o participante chorou). Desculpa, é que me emociono muito, eu fiquei com uma amorosidade, um transbordamento de amor tão absurdo que fiquei sem palavras. Na hora que ela (a esposa) voltou, ficou encostada e falou “essa é nossa filha, essa é nossa filha!” Aí pronto, nunca mais saiu. Foi uma coisa! Eu chorava com ela nos braços e dizia: “é nossa filha”. Eu digo que eu nunca senti um amor como esse, é como se eu fosse fulminado por um raio. É diferente esse amor

do filho biológico, porque o biológico a gente espera, a gente aguarda, vê crescendo, é um amor grande também pelas minhas filhas biológicas, mas foi uma coisa que foi sendo desenvolvida lentamente, pouco a pouco. Agora, no caso da filha adotiva, foi assim de súbito, não era uma coisa que estava sendo esperada, prevista, aguardada, não houve um preparo, foi assim como um de repente, foi um choque, foi uma coisa, eu chorava com ela nos braços e dizia: “é nossa filha”. (P1)

Paulo informa que ao ter o primeiro encontro com sua segunda filha adotiva, as dúvidas quanto a possibilidade de querer ficar com ela se extinguíram: “[...] não tive a menor dúvida, acabou naquele instante [...] qualquer dúvida que existia. Foi lindo mesmo! (o participante chora).” (P1)

#### *4.1.3.2 Quando a criança foi morar com a família*

Mesmo sentindo-se assustado com a vinda inesperada do primeiro filho adotivo, Paulo informa que,

[...] sendo médico, e pela minha religiosidade, eu me envolvi com ele e sempre participei muito das atividades das crianças. Sempre fui de fazer tudo que a mãe fazia, tudo igual à mãe. Eu dava banho, trocava de roupa, fraldas, dava mamadeira, sempre estive cuidando deles. Com T. (filho adotivo) eu também me envolvi, levantava de noite para acolhê-lo quando chorava, trocava fraldas, mamadeira, pegava ele sempre no colo, e aí vai criando um vínculo. O mais interessante de

tudo, casa de ferreiro, espeto de pau, nós não percebemos que T. tinha um problema neurológico, só quando ele tinha sete meses foi que nos demos conta de que ele não era uma criança normal. Ele não se virava na cama, ele não sentava e tinha uma dificuldade imensa de deglutir, a boca ficava cheia de comida e aí o levamos ao neurologista e descobrimos o quadro que se chama de paralisia cerebral, principalmente pela falta de nutrição materna, deficiência cardíaca da mãe, ele não foi bem nutrido e nasceu com problemas neurológicos. Nasceu uma outra etapa para nós, penosa, de levar para fazer fisioterapia, levar para fazer todo tipo de tratamento. Aí durante esses três, quatro anos, foi realmente muito difícil. (P1)

O participante separou-se de sua primeira esposa quando o filho adotivo estava para inteirar quatro anos de idade, o que dificultou a sua interação com ele.

Depois que me separei, houve uma certa dificuldade, porque é natural que depois de uma separação, fiquem mágoas, fiquem dores bilaterais e eu suponho que T. (filho adotivo) ficou como uma cartada, foi utilizado, de certa forma para conseguir (respira fundo) mais parte da divisão dos bens, pensão alimentícia, etc. Ela foi muito exigente na divisão dos bens, dois terços para ela e um terço para mim [...] ela ficou muito magoada e, na verdade, acho que ela utilizou ele para uma chantagem emocional muito grande. E aí, de certa forma, eu criei uma certa resistência em relação a ele.

Quando saí de casa ele tinha de três para quatro anos, ainda não falava, ainda não sentava, e era difícil a comunicação, ele não entendia, não participava de nada, não havia uma interação normal como pai e filho e aí foram crescendo as dificuldades. Os primeiros anos foram tempestuosos de conflitos e, na verdade, eu tinha uma certa rejeição. Posteriormente, as coisas foram se resolvendo e voltamos a nos falar, a conversar, voltou uma amizade, um respeito, algo que nunca houve e, na verdade, comecei a trabalhar isso em mim, e comecei a aceita-lo mais. Se bem que, no caso dele, as duas questões fortes eram a pouca convivência que tive o tempo todo, mas também a questão da deficiência mental, eram dois desafios muito grandes. (P1)

A segunda filha adotiva de Paulo também foi morar com a família desde o primeiro encontro, quando igualmente tinha 10 dias de vida. Em decorrência do grande intervalo de tempo (14 anos) entre o último filho (também adotivo) do primeiro casamento e a filha adotiva do segundo casamento, o participante afirma que

havia uma necessidade minha de reaprender a lidar com o jeito de colocar pra dormir, trocar fralda, dar banho, dar mamadeira, mas uma criança desde o começo muito saudável, gulosa, muito gulosa, sempre queria mais, a gente tinha que dobrar a mamadeira, eu amava dar papinha [...].

Não curti tanto cada instante da vida com as outras filhas como curto cada instante da vida de P. (filha adotiva). Era muito novo, muito

imaturo, quando tive minha primeira filha, já com a segunda, ela sempre foi mais chegada a mim, ela sempre foi muito ligada a mim, grudada mesmo comigo. E P. também é agarrada comigo.

Nos primeiros dias dela em casa, eu cuidava de tudo, queria participar de tudo, dar banho, dava mamadeira, trocava a fralda, colocava para arrotar, curti mesmo, fazia de tudo. Mesmo porque, minha esposa só teve um mês de licença, era plantonista no hospital e o grupo com quem ela trabalhava, havia uma convenção de só dar um mês, aí caso ela ficasse mais de um mês, ela ia perder o salário. Ela ficou um mês de folga e voltou a dar plantão, e eu dormia aqui sozinho com ela, ela pequeninha, eu dormia com ela, estava junto para o que desse e viesse.

Na hora que acordasse com sede, dor de barriga, eu levantava, olhava, cuidava, trocava fralda, dava mamadeira, fazia de tudo com ela, me sentia importante, porque estava cuidando, a responsabilidade de ter essa confiança, no caso da minha mulher, me deixar em casa com um bebezinho é confiar muito, apesar de que, eu já tinha experiência antes, sempre cuidei dos meus três filhos, fiz tudo, sempre. Nunca fui um pai omissivo. Fazia de tudo, sabia fazer as coisas para eles, além de ser médico que já ajuda muito, né.

Sempre coloquei o bercinho no quarto, fazia tudo por ela de dia e de noite.

Ela tinha uns brinquedos de plástico, um livro de borracha (que amava) eu brincava sempre com ela [...] Quando ela ficava meio doentinha eu ficava com ela nos braços. (P1)

Outra forma de envolvimento de Paulo com a filha adotiva, em seus primeiros anos de vida, foi escrevendo um livro sobre a vinda dela, pois a assistente social do juizado da Vara de Família sugeriu que o casal fizesse um registro escrito relatando como foi a vinda da criança para casa, a origem dela.

Tem uma coisa bem interessante: nós pintamos um mural diferente no quarto dela, [...] criamos um mural como se fosse de fadas, de duendes, como se fosse outro portal, como se a parede estivesse se abrindo para um novo portal das fadas, é linda a parede.

Um dia estava olhando o mural e veio a ideia de escrever um livro baseado no mural, e foi bem curioso que eu nunca escrevi nenhum livro, primeiro e único. Costumava dormir tarde, aí comecei a digitar, comecei a escrever a história, escrevi, escrevi, escrevi, umas páginas e não li e guardei. Passaram-se umas semanas e peguei novamente sem ler, escrevi, escrevi, guardei, passou mais um tempo sem ler e passaram outros longos dias e escrevi.

Quando acabei de escrever aí disse: “agora vou ler”. Nossa! Foi um assombro! Eu fiquei assombrado, a história estava ali, perfeita, sem precisar de correção, tudo certinho e quando comecei a ler comecei a chorar.

A história é muito emocionante, que conta a história da fada estrelinha e dos duendes Gu e Gui e que houve uma abertura do portal da dimensão das fadas para o mundo dos humanos. E os duendes e as fadas vieram para o mundo dos humanos para ajudar os humanos a descobrir o amor, por causa das guerras, da violência e Gu era um

duendezinho muito xereta (que sou eu né), a primeira coisa que Gu fez foi vir na frente, depois veio Gui (que é minha esposa), e tempo depois veio estrelinha. Eles eram superamigos antes de saírem do portal e, tempos depois, foi que a fada estrelinha veio para o mundo dos humanos.

É interessante, porque tem um túnel e quando se passa por ele, o corpo vai se transformando, como se fosse um rio caudaloso e estrelinha vai perdendo as asas, perdendo sua magia, de repente tem uma abertura que sai (é o canal do parto) e encontra um monte de gente e assim vai. Publiquei (o livro) e na época que ela fez dois anos, foi o brinde (lembrancinha) do aniversário dela. E fizemos doações para algumas ONGs.

É uma história muito bonitinha e que de alguma maneira metafórica, mostra a origem de todos nós, que viemos de uma outra dimensão (conforme nossas crenças), de estarmos aqui, atuando para construir um mundo melhor, um mundo mais amoroso. (P1)

#### 4.1.3.3 O envolvimento paterno atualmente

Com relação ao envolvimento paterno atual, Paulo informa que hoje em dia conseguiu superar as dificuldades que tinha de interação com o filho adotivo que tem 24 anos e que tem paralisia cerebral e deficiência mental.

[...] hoje saímos abraçados, ele não tem esses pudores de mãos dadas, ele parece um menino. É uma criança feliz. Hoje tenho intimidade com ele [...], sempre tenho contato com ele, de vez em quando ele vem para cá (residência atual do pai), pegamos ele para dar uma volta, ir ao cinema, ao *shopping*. Hoje me sinto pai dele. (P1)

Com a segunda filha adotiva que atualmente tem 10 anos, “[...] eu conto muitas histórias para ela, até hoje eu conto história, sempre que ela vai dormir, a gente fica com ela no quarto e pede para contar história” (P1) e também “[...] canto para ela músicas antigas, e ela gosta de me ouvir cantando, a hora que a vejo dormir saio do quarto. Sempre estou disponível completamente para minha filha, a hora que ela diz assim, ela tem algo interessante assim: “Pai eu quero você”. (P1)

Paulo destaca o envolvimento afetivo da filha com o casal:

Hoje nossa P. (filha adotiva) é agarrada com os dois, é uma amorosidade, nossa! Ela não passa perto da gente, sem dar um cheiro, um cafuné, um abraço. A hora que ela passa perto da gente é impossível ela não agarrar tanto eu quanto a mãe. E ela me chama de meu careca, meu “carecudo”, aí passa a mão na minha cabeça (risos). (P1)

O participante também menciona o fato de dividir com a esposa e com a avó da criança a responsabilidade quanto ao transporte da menina:

Uns dias na semana que pego na escola, mas nossos horários são meio incompatíveis, a mãe leva para a escola e nos revezamos para ir pegar P. (filha adotiva) na escola, os avós também vão pega-la na escola. (P1)

Paulo relata o fato de acompanhar a filha nas tarefas escolares:

Eu a ajudo nas tarefas de casa, ela sempre me chama “meu pai me ajude nas tarefas aqui”, mas sou muito cuidadoso, eu tenho que ensiná-la para que ela conclua, então dever de Matemática sou eu que ensino com exemplos ou desenhos para ela do que se trata, para ela depois resolver o problema. (P1)

Paulo elenca algumas preocupações com relação à filha:

Atualmente minha preocupação com ela é dar uma formação idônea, dela ser um ser humano equilibrado, completo, tanto nas atitudes que tiver que tomar na vida, nas emoções, ser verdadeira, de ser real [...] A escola que colocamos ela é considerada a melhor escola da Bahia. Minha preocupação com ela é enorme [...] digo para P.: “eu vou ficar de olho, eu vou ser um pai durão, seu namorado vai ter que comer na minha mão”. Morro de ciúmes dela, fico imaginando quando chegar a fase de namoro, mas estou investindo nela agora para que ela seja nossa amiga, parceira, para que sempre tenhamos uma amizade muito grande, uma verdade, para que haja aliança muito grande entre nós. (P1)

É referida, ainda, a preocupação com relação às famílias dos coleguinhas da menina:

A casa às vezes fica cheia de meninas e meninos, tenho a preocupação de conhecer os pais das coleguinhas dela e vice-versa, isso dá uma confiança muito grande, em saber quem são, sabemos os telefones uns dos outros, aí eu ligo quando ela está fora para saber se está tudo bem, sempre há essa troca. (P1)

Algumas orientações fornecidas pelo participante e sua esposa à menina são:

Converso muito com P. sobre as coisas da vida, sobre a escola, sobre a espiritualidade, o que é a vida. Eu e minha esposa sempre ensinamos a nossa filha sobre espiritualidade. Sempre tivemos um cuidado muito grande em despertar na nossa filha a consciência, o que é o ser humano e a necessidade de ser autêntica, de ser verdadeira, de ser amorosa, dos livros que nós lemos, os filmes que nós assistimos. Aqui em casa tudo é muito bem selecionado, não

assistimos noticiário, não lemos jornais e os filmes são todos muito bem selecionados, não tem filme de terror, nem de violência, nada. Vai chegar o momento dela ir estudar fora, vai chegar esse momento, hoje ela vai para o primeiro acampamento dela, mas o que mais importa é ela estar preparada, para se cuidar, para saber o que é o certo ou errado, para se proteger, saber cuidar de si própria, acho que estamos no caminho certo. (P1)

Sobre a comunicação com a filha e a comemoração do aniversário dela:

Converso sempre com minha filha por telefone, ela tem um e-mail agora, mas sempre recebo uma cópia e a mãe também, é a segurança, proteção dela e nossa.

Ela sempre me liga, pra dizer que está com saudades e eu também ligo para ela. Olha temos uma regra aqui em casa, com relação ao aniversário dela. No dia (do aniversário) o aniversariante é o rei ou a rainha e tem direito de fazer tudo, então ela escolhe o que ela quer fazer, ultimamente ela tem feito aniversário com as amigas, teve um ano que ela escolheu ir para o salão de beleza próprio para criança, elas cantam parabéns, tomam banho de ducha, se pintam, se moqueiam, passam a tarde toda lá, só as meninas, ela que diz, mas sempre perguntamos o que ela quer fazer. (P1)

#### **4.1.4 A revelação para o filho sobre a adoção**

P1 informa que revelou para a filha que era adotiva quando ela tinha por volta de dois anos.

Desde cedo, desde pequena, com uns dois anos, desde que ela começou a entender. Na verdade nós dizíamos para ela que ela nasceu do nosso coração, não da barriga da mamãe, mas do coração da mamãe. E quando nasce do coração a gente escolhe aquela criança e quando nasce da barriga a gente não escolhe. Aí começamos a mostrar para ela que é uma criança muito amada. Nós escolhemos ela do coração e que é muito, muito amada. Aí ela cresceu, sabendo que era uma criança adotiva, que era muito amada, aceitou muito bem e não teve diferença. (P1)

É importante destacar que, recentemente, a filha adotiva

[...] perguntou pela mãe (biológica), pelo pai (biológico) não, ela queria saber sobre a mãe, por que a mãe tinha dado ela? E como era o nome da mãe? Nós explicamos para ela na linguagem bem infantil, explicamos para ela que queríamos muito que nossa filha viesse, mas como Papai do Céu não podia botar nossa filha na barriga da mamãe, que ele colocou na barriga de outra mamãe, pediu a outra mamãe que

fizesse esse favor e depois nos entregasse. Então a mamãe dela nos fez um favor, colocou ela em sua barriga e depois nos entregou, mas ela é nossa filha. Uma vez ela perguntou pelo nome, ela não sabe o nome dela de origem. (P1)

Paulo ainda revela que, ao adotar a menina, não desejou ter maiores informações sobre a família biológica dela

A única coisa que não quisemos foi saber a origem da mãe biológica, não levaria a nada, apesar de que tenha sido uma doação da criança, espontaneamente, ela abriu mão da criança, pois não tinha condições de criar, tinha sido expulsa da família, era muito jovem, nem sequer amamentou, pariu e entregou a menina.

Mesmo assim nós ficamos com receios de mexer com os sentimentos, com o afeto, ficamos com medo de levarmos a menina para ela ver ou até mesmo, não sei, a gente nunca sabe ou conhece as pessoas, de sofrermos algum tipo de chantagem emocional, mas a pessoa, essa médica que faz parte dessa associação (instituição de acolhimento), nós nos colocamos a disposição para que se a mãe (biológica) precisar um dia de alguma coisa, se tiver alguma necessidade, entre em contato com a gente que queremos ajudar de alguma maneira, dar um suporte a ela, apesar de não querermos ser conhecidos. (P1)

Assim, a criança começa a manifestar interesse por conhecer sua mãe biológica, seu nome de origem, mas os pais adotivos não se sentem confortáveis com a possibilidade do contato de tal mulher com a família deles.

#### **4.1.5 A paternidade adotiva**

Paulo apresenta a concepção de pai como aquele que cuida e ama. Ele reconhece uma positividade e uma gratidão pela paternidade. Relata que em um determinado dia, ao colocar a filha adotiva para dormir, após ela ter adormecido, disse: “Meu Deus, como é bom ser pai” (P1) e fez um agradecimento.

Depois disso, relatou: “comecei a dormir e no sonho, assim meio dormindo e acordado, ouvi aquela voz: ‘Meu filho, eu te amo também’. Eu senti como se fosse Deus falando comigo sobre a paternidade” (P1).

Segundo ele, desde o momento em que pegou sua filha pela primeira vez no colo, instantaneamente já se sentiu pai dela. Já com relação ao primeiro filho adotivo, afirma que “[...] hoje me sinto pai (dele), mas houve outro momento (no período em

que se divorciou da primeira esposa) que não me sentia pai, não me via como pai. Com P. (filha adotiva) foi uma paternidade especial, foi o *up grade*, ser pai em uma segunda instância, foi algo assim mais profundo, mais intenso [...]” (P1)

Afirma não ter sofrido nenhum tipo de preconceito por ser pai adotivo. No entanto, menciona um certo estranhamento por parte de algumas crianças em decorrência de a filha ter cabelo crespo e ser parda e os pais adotivos serem brancos:

[...] algumas vezes nós saímos, fomos ao clube e aos lugares, e criança que não pensa duas vezes, em alguns lugares, criança olha assim pra ela e pergunta: “Por que ela é assim, por que ela não é igual a vocês?” se referindo ao cabelo e à pele. Por que ela é assim, ela puxou a quem? (P1)

Ao ser perguntado se tais fatos o incomodam, ele responde:

A mim não, mas fico preocupado com ela de se sentir discriminada, aí a gente brinca, puxou ao avô dela, pois ele também é mulato, aí falamos que ela puxou ao avô. Mas hoje em dia, às vezes ela fala: “sou mulata” com um tom assim... aí eu digo “minha filha, você é linda! Nós somos uma raça misturada, miscigenada, a grande vantagem da raça brasileira é ser misturada. [...] A seleção natural das raças tira o melhor de cada raça, você é especial, a grande vantagem é que misturamos e tiramos o melhor, e não tem nada de errado em ser mulata, isso é maravilhoso, isso é ótimo”. E ela se queixa muito do cabelo que é crespo, aí digo: “filha, eu adoro seu cabelo, adoro, deixa espalhado, adoro seu cabelo assim”. Assim explico para ela. (P1)

Conforme Paulo, a experiência da paternidade adotiva tem sido excelente, justificando que ser pai adotivo é igual à paternidade biológica. E acrescentou:

só para lhe dar um ideia do que é esse sentimento, em relação a P. (filha adotiva) eu seria capaz de dar minha vida por ela (nesse momento o pai chorou) não pensaria duas vezes, é um amor imenso que sinto por ela. A gente concluiu que o amor transcende toda questão de genética, não é o corpo, não é a matéria, o amor transcende tudo. O amor não importa se é um filho biológico, se é um filho adotivo, independente da etnia, o que mais importa é o amor. (P1)

Com relação à primeira adoção do casamento anterior, Paulo afirma que

Eu acredito que depois que adotei P., minha experiência com ela me ajudou muito a resgatar minha paternidade com T. (outro filho adotivo). Depois que comecei a lidar com ela foi que, de alguma maneira me reconciliei com ele. E passei a aceitá-lo melhor, resgatei essa paternidade. (P1)

Ao final da entrevista, o participante sintetizou a experiência da adoção assim:

eu acho que na nossa experiência humana, ainda mais pra quem escolhe viver uma família, ter uma família, eu acho que a experiência de adotar é algo maravilhoso que todos deveriam experimentar, toda família que se sintam unida e queira viver um amor intenso, precisaria adotar uma criança, haveria mais amor no mundo e menos sofrimento, existem muitas crianças abandonadas por aí, a experiência de adotar, da adoção é algo incomparável, não tem comparação. (P1)

#### **4.1.6 Rede de apoio**

Os participantes foram indagados se contaram com algum tipo de apoio e/ou acompanhamento antes, durante e depois da adoção.

Segundo Paulo, o casal teve um apoio total da família de ambos os lados.

[...] no início ela (a segunda esposa) tinha certo receio por aceitação por parte da família, porque a avó dela que faleceu há algum tempo, era a matriarca e era uma pessoa muito exigente, a mãe dela também era muito exigente e ela achava que não aceitariam uma criança adotiva. Enfim, que teria dificuldades, mas foi uma surpresa fantástica, porque todas as pessoas ficaram apaixonadas, a avó, a mãe dela... e todos moram aqui perto praticamente na mesma rua, todos vieram para cá, fizeram uma festa para nossa filha de recepção, foi uma festa! (P1)

Por fim, no que diz respeito ao papel do grupo de apoio à adoção (um dos grupos em que se teve acesso aos participantes do presente estudo), Paulo afirma que participou de palestra em tal grupo, mas que já sabia bastante sobre adoção por conta da experiência com o primeiro filho adotivo.

Não se pode deixar de lembrar do apoio das colegas de trabalho da esposa do participante que ajudaram a encontrar uma menina para o casal adotar.

#### **4.1.7 Síntese do caso de Paulo**

Em síntese, neste caso ficam evidentes os seguintes pontos:

- (a) A relevância de a adoção ocorrer a partir de uma decisão conjunta do casal;

- (b) O filho adotivo não solucionou as dificuldades conjugais, além disso, tais problemas prejudicaram o envolvimento do pai com a criança. Em contrapartida, o bom relacionamento conjugal (na segunda união) favoreceu o envolvimento do pai com a segunda filha adotiva. Inclusive foi importante a confiança que a esposa depositou no participante ao deixar a menina sob seus cuidados nos dias de plantão, no período noturno;
- (c) A realização da vasectomia durante o primeiro casamento e, depois, o segundo casamento com mulher mais jovem e sem filhos foi um dos motivos da adoção;
- (d) Houve tentativa de engravidar naturalmente e, diante da infertilidade por conta a vasectomia que não pôde ser revertida, foram buscadas alternativas mais complexas de tratamento para tal fim;
- (e) Os tratamentos visando a gravidez foram estressantes para o casal, por outro lado, a decisão pela adoção uniu-os;
- (f) A religiosidade do casal interferiu nas decisões de tratamento e na própria adoção;
- (g) Muitos foram os critérios para escolha da filha adotiva: bebê do sexo feminino; criança que não fosse muito escura e que se parecesse com os pais adotivos e, ainda, que fosse saudável. Cabe destacar que o pai acolheu o primeiro filho adotivo mesmo que tal adoção não tenha sido escolha dele e que a criança tivesse paralisia cerebral e deficiência mental. No entanto, tais fatores dificultaram o envolvimento do pai com o menino pelo menos em parte da vida dele;
- (h) Os trâmites legais foram considerados fáceis, mas cabe destacar a informalidade da entrega das crianças para a família adotiva;
- (i) O envolvimento do pai com a filha adotiva foi intenso desde o primeiro momento em que a viu, inclusive são lembrados detalhes de tal dia; no entanto, do primeiro filho em que não houve decisão conjunta do casal, foram identificados momentos com maior envolvimento e outros com certo distanciamento, como observado anteriormente;
- (j) Desde cedo o casal comunicou à filha que era adotiva, mas os pais adotivos são resistentes à possibilidade de a criança e deles próprios conhecerem a mãe biológica da menina. Algumas crianças que a família encontrou no decorrer do

tempo, questionaram o fato de a filha adotiva não ser parecida com seus pais adotivos, gerando incômodos na criança;

- (k) O pai é concebido como aquele que cuida e ama. Além disso, a experiência da paternidade adotiva é muito boa, excelente, segundo o participante;
- (l) O casal recebeu apoio da família de origem, das colegas de trabalho da esposa do participante e também assistiram palestra sobre adoção promovida pelo grupo de apoio à adoção no qual Paulo foi acessado.

## 4.2 CASO 2: JOSÉ (P2)

### 4.2.1 Família do participante

José é um filho adotivo. Com base em tal experiência, desejou desde antes de se casar, adotar uma criança no sentido de retribuir o que recebeu. A parte de adoção será mais bem explicitada em tópico posterior.

O participante casou-se e, com sua esposa, teve dois filhos biológicos. Uma do sexo feminino que atualmente tem 23 anos e outro do sexo masculino que faleceu aos 21 anos em decorrência de ser portador de anemia falciforme. Sua esposa não queria ter filhos adotivos e tinha uma visão negativa da adoção, pois, segundo ele “[...] ela dizia que não iria criar filhos dos outros” (P2). Este foi um dos principais motivos que levou o casal a se divorciar.

Depois disso, há 12 anos José estabeleceu união estável com uma advogada 15 anos mais nova que ele e, com ela, adotou dois filhos, um menino que atualmente tem seis anos e uma menina que tem oito meses.

José considera que fazem parte da sua família a esposa atual e os dois filhos do segundo casamento, que são as pessoas que residem com ele. O casal é espírita.

### 4.2.2 A experiência de adoção

#### 4.2.2.1 O processo de decisão para adoção

José tinha feito vasectomia porque não queria correr o risco de ter outro filho com anemia falciforme, já que teve um filho falecido em decorrência dessa patologia. Além disso, sua segunda esposa tinha problemas de saúde (entre eles, mioma) que dificultavam a possibilidade de gravidez.

Diante dessas circunstâncias, o casal fez uma consulta médica para verificar a possibilidade de gravidez. O parecer médico foi o de que haveria apenas uma chance muito remota. Além disso, caso ocorresse a gravidez, o feto poderia correr riscos. A partir de então o casal começou a pensar na possibilidade da adoção.

Assim como José, sua segunda esposa já tinha a ideia de adoção:

[...] ela queria adotar independente de ter ou não filhos biológicos. Aí uma das coisas que fez com que a gente se atraísse foi essa formação dessa família afetiva que a gente queria formar. Independente se tivesse filho biológico ou não a família afetiva ela seria feita. (P2)

#### 4.2.2.2 *Tratamentos em busca do filho biológico*

José fez a cirurgia de reversão da vasectomia, em Salvador, e na oportunidade o médico informou que existia a possibilidade, mas que não era certa a possibilidade de fecundação. O resultado de fato foi negativo, a cirurgia não conseguiu reverter a situação, assim, “[...] sabia que não poderia ter mais filhos, a não ser efetuar uma coleta de um sêmen que provavelmente já estava desgastado pelo decurso do tempo que eu tinha de vasectomizado (dez anos).” (P2)

Diante disso, uma das alternativas era a de sua esposa fazer

[...] inseminação com espermatozoides de outro pai, que talvez as características dessa criança fossem as mesmas de uma criança adotada, que poderia se assemelhar ou não. E nós nunca quisemos buscar isso, mas existe aquela ideia do filho parecer com o pai, hoje meus filhos adotivos parecem muito mais com a gente [...]. (P2)

Essa decisão de buscar a adoção ao invés de tratamentos como a inseminação artificial, segundo José,

[...] trouxe muito mais união, a gente tentou somar, a gente tinha que somar forças, tanto da minha parte que tinha que entrar numa sala de cirurgia novamente pra reverter uma condição que eu já tinha abdicado muito tempo atrás, dez anos atrás, em prol da família, em prol dela, em prol da nossa família, e ela por ter que se submeter talvez a uma inseminação na qual poderia gerar consequências pra ela,

porque ela sempre teve problemas de ovários, sempre teve problema de displasia mamária, teve sérios problemas na adolescência dela com regramento, menstruação, tomou muito anticoncepcional então ela tinha problemas sérios de dores, por causa da menstruação. Eu não queria que incidisse isso numa gravidez de risco, que seria tão bem vinda, uma gravidez tão pura, tão serena que a gente imagina que a mulher não sofre, só o pai sente felicidade, mas as dores quem sente realmente é a mulher, o pai só sofre no bolso ao pagar a conta do hospital. É o paradigma que dizem, nós não queríamos que isso fosse uma causa de discussão, a nossa discussão sempre foi construtiva do que fazer e como fazer para fortalecer sempre nossa família. (P2)

#### 4.2.2.3 Critérios de escolha do filho adotivo

Por ser ele próprio filho adotivo, José afirma ter receio da discriminação:

se fosse negro talvez houvesse essa discriminação, por ser adotado já é causa de discriminação, só que a gente vai fazer uma redoma inicial e essa redoma vai se desintegrando se esvaindo de forma que ele vai adquirindo forças e adquirindo conhecimentos (P2)

Além disso, por ser o primeiro filho da atual esposa, José disse que o casal não estava preparado para ter uma criança com problema de saúde.

Nossa preocupação foi desde o início com a saúde deles, tanto que fizemos o teste do pezinho logo que pegamos os dois, entre outros exames para saber se estavam bem, [...] não vamos abandoná-los se aparecer alguma doença, mas a gente sabe que pode acontecer, mas preventivamente a gente faz os exames, damos condições afetivas para que eles não sofram com nada.

[...] meu filho que tinha anemia falciforme que faleceu, 21 anos com ele sofrendo e identifiquei nisso como uma causa de impedimento para adotar, como eu queria ter uma família que pudesse gozar de algumas prerrogativas de você..., eu passei natais no hospital com meu filho, passei muitos aniversários dele no hospital, 30 dias, 60 dias e isso me machucou muito e senti muito e eu não queria que a minha companheira sofresse de início, não que ela não venha a sofrer futuramente, que a gente não sabe o dia de amanhã, eu estou preparado pra isso, mas eu não queria que ela de primeira mão tivesse como experiência uma criança assim, aí nós optamos por uma criança saudável, uma criança que não fosse negra. (P2)

No entanto, para outros filhos que posteriormente possam adotar, José mostrou-se mais aberto no sentido de acolher crianças, por exemplo, com problema de saúde e de outra etnia, como a negra ou mesmo um filho com traços orientais.

Afirma que “[...] na medida que tivermos mais condições, vamos ter outros quebrando essa barreira do preconceito da discriminação, que nós nunca tivemos, apenas quisemos nos resguardar pra ela poder se acostumar a como lidar com a sociedade” (P2).

Outros critérios foram a da idade e o sexo da criança, o casal queria um menino que tivesse até um ano de idade, justificando que era para que ele e a esposa vivenciassem a paternidade e a maternidade em todas as etapas do ciclo vital do filho, inclusive na fase de bebê.

Ao falar sobre a entrevista com a assistente social, José afirma que

[...] você coloca o perfil da criança que você quer, idade, saúde e a cutis, de cor clara, de cor branca, isso você informa, você dá o perfil da criança que você quer adotar, no primeiro momento não optamos por ser menino ou menina, o sexo não tinha importância né, veio menino, na segunda vez nós queríamos que fosse menina, mas mesmo assim nós abdicamos que poderia ser qualquer sexo e veio uma menina.

Para nossa surpresa completou, era um casal que a gente queria, porque minha esposa precisava ter esse contato, porque eu tive essa experiência do que é ter um menino e o que é ter uma menina. Porque são coisas diferenciadas, é roupa que você compra diferenciada, é o brinco que você coloca, é a maquiagem, a forma de você pentear os cabelos.

O menino não, o menino é mais largado, a menina sempre sai ajeitadinha, bonitinha, então esse diferencial pra ela era preponderante, pra que ela pudesse vivenciar isso aí, eu vivenciei com meus dois primeiros filhos e queria vivenciar isso também com ela e, graças a Deus, nós demos sorte do segundo vir a menina. (P2)

#### 4.2.2.4 A perspectiva paterna sobre os trâmites legais para a adoção

Com relação aos trâmites legais, José informou que:

Nós (ele e a atual esposa) fomos buscar conhecimentos, nós fazíamos já Direito. Nós fizemos contato com a Vara de Família e por ser uma cidade do interior do Rio Grande do Sul com 66 mil habitantes (onde residiam à época da inscrição no cadastro regional), tive contato com a assistente social que informou como entrar na lista de adoção, como fazer, quais os documentos que a gente teria que entregar, de que forma e como seria a ação de adoção, as audiências, como a gente iria lidar, se a gente teria contato com a mãe, com o pai, a destituição do *pátrio* poder se a gente participaria, se a gente poderia ver e aí nós começamos a buscar esses conhecimentos através da assistente social dessa Vara da Infância e Juventude e de busca de folhetos, *internet* e outros. (P2)

Mais tarde o casal se mudou para Salvador, mas manteve o cadastro feito em cidade do interior do Rio Grande do Sul.

[...] como nós estávamos lá na lista de adoção, e viemos embora pra cá (Salvador), nós continuamos na fila de adoção lá no Sul e nosso primeiro filho nasceu, nós tivemos que ir lá buscá-lo e aí tudo correu dentro da normalidade: rápido, bem feito como o juiz lá queria. E nós fizemos para que essa rapidez pudesse ser efetivada, porque não é só você pegar a criança e se mandar. Você tem que pegar a criança, levar no pediatra, o médico atestar que a criança pode viajar, a idade tem que estar compatível para você poder colocar a criança dentro do avião. Se for menos de oito dias você não embarca, só que isso a gente não sabia, nem da primeira vez nem da segunda vez. A gente não sabia quantos dias a criança tinha de vida, nós só ficamos sabendo quantos dias a criança tinha quando chegamos lá. (P2)

O participante destaca a eficiência da equipe interdisciplinar que atuou no processo de adoção:

A assistente social foi extremamente assídua, extremamente ética, temos um vínculo de amizade muito grande com ela e todos os dois juizes foram bem enfáticos naquilo que eles queriam que era preservar a criança, mesmo naquela idade, eles queriam tirar a criança daquele convívio (na casa de acolhimento) para que ela pudesse ter uma assistência de saúde, alimentar, melhor do que o Estado poderia dar pra ela naquele momento. (P2)

No entanto, José avalia os trâmites legais do processo de adoção injustos, pois

[...] a gente vê no dia-a-dia pessoas que são abastadas, pessoas com condição financeira melhor que a nossa, ultrapassando a fila de adoção. Não é a condição financeira que vai dar amor e carinho a uma criança. Ela pode suprir de bens materiais, mas amor e carinho não são todos que dão. Cito o caso da Madonna que veio ao Brasil e adotou uma criança, nós já estávamos na fila de adoção, a Madona não! Existe uma fila nacional que você pode adotar uma criança do Acre, Manaus, do Rio Grande do Sul [...] Nós entramos na fila de adoção, existia uma fila regional e estava se criando o cadastro nacional. No meu primeiro filho adotivo nós entramos na fila regional, nós conseguimos dentro do próprio estado, tanto é que nós tivemos que ir para o Sul para buscá-lo, a menina a mesma coisa, nós estávamos numa relação regional, o cadastro dela não se integrou ao cadastro nacional naquele momento, aí nós conseguimos fazer pelo estado, tanto é que tivemos que sair de Salvador novamente, para ir ao Rio Grande do Sul buscá-la. (P2)

Por fim, considera ruim o fato de as pessoas que querem adotar não terem acesso ao cadastro:

Os pais não têm acesso ao cadastro, você não vislumbra isso aí, a gente tem que confiar nos integrantes do processo de adoção. Temos que confiar na lisura, só que pra mim essa lisura ela é dúbia, tendo em vista as coisas que lhe falei, chega uma Madona da vida e chega aqui e passa à sua frente na fila de adoção. (P2)

Com relação aos empecilhos no processo de adoção, José destaca diversos:

a finalização do processo de adoção é complicada, principalmente quando você está fora do estado no qual corre esse processo. Você tem trâmites burocráticos muito extensos, pessoas que não dão prioridades ao tipo processual, porque quem adota quer o anonimato, necessita desse anonimato, ele quer rapidez no processo, tendo em vista que precisa dar algumas condições, por exemplo:

[...] Quando o processo chegou aqui em Salvador ele (o primeiro filho adotivo) já tinha dois meses e eu tinha que colocar ele na assistência médica, quando fui colocar ele como meu dependente, a tramitação burocrática começou a atravancar, porque ele não era ainda meu dependente, era um dependente ficto, a minha esposa não teve a licença maternidade, só depois da apresentação da certidão de nascimento, ela trabalhava, a tramitação burocrática, ela entrava a adoção, porque se você tem os direitos, você tem os deveres e você precisa dar condição de prestar assistência, principalmente assistência à saúde, fica meio complicado.

[...] O final do processo que eu lhe disse é que quando você está na tramitação final, a certidão de nascimento não sai a contento como manda a lei, como está escrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, na lei de Registros Públicos, na Constituição Federal e no Código Civil, não sai porque os cartórios têm uma visão errônea, eles não cumprem aquilo que está na lei, eles cometem o erro pra depois o juiz resolver.

[...] A certidão original da criança foi feita no sul, depois você vem com essa e você faz uma nova com ordem judicial, essa nova por ordem judicial é que vou ter que alterar para que se coloque os dados correspondentes de quem declarou, que foi eu o pai. Foi com o cartório de Salvador que teve esse entrave.

Estou com minha filha há oito meses e ainda não tenho a certidão de nascimento dela, temos a certidão de nascimento dela original do Sul, só que o processo do Rio Grande do Sul ainda não chegou em Salvador e se chegou aqui, ainda não fomos visitados pela assistente social, oito meses que a

menina está com a gente, eu preciso colocar ela no plano de saúde. Se eu coloca-la com nome original (biológico) é o que vai prevalecer no cadastro, depois para fazer uma retificação, não vou ter como fazer, então eu estou com uma declaração provisória para ela ser assistida pelo pediatra e não consigo colocar o meu nome e o da minha esposa ainda na minha filha, oito meses! Por entrave burocrático. Esse entrave é daqui do judiciário baiano, é público e notório que o judiciário baiano é um dos piores do Brasil, todo mundo sabe disso. (P2)

A demora em ter a certidão de nascimento da criança, além dos empecilhos destacados anteriormente (licença maternidade/paternidade, inclusão da criança no plano de saúde dos pais adotivos), também dificulta seu atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), viagens, entre outros, ou seja, fica difícil a comprovação de que aquela criança é filha adotiva, o que acaba expondo os envolvidos:

Porque hoje é apenas um cadastro no sistema de saúde, que talvez se eu não tivesse uma declaração, não pudesse leva-la ao médico, assim eu teria que levar minha filha ao Sistema Único de Saúde que vou operar com outro entrave: fila, demanda, a certidão de nascimento que eu não tenho, ela não tem o meu nome ainda, isso causando até uma dúvida se eu for apresentar a certidão original, vou ter que apresentar o termo de guarda junto com a certidão de nascimento para dizer que eu sou o pai. [...] Quer dizer que eu vou ter que me expor pra qualquer um, até se eu for parado na rua com ela pela polícia eu tenho que estar com esses documentos, pois se tiver com a certidão de nascimento eu vou ter que dizer é minha filha, eu não roubei essa criança, é minha filha. Como provo que é minha filha se eu tiver que viajar? Vou ter que estar com a certidão de nascimento dela e o termo de adoção, vou ter que ficar expondo a todo mundo: “olha, eu sou pai adotivo!”. Eu não preciso, não posso, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente vedam isso, a Constituição Federal me garante que eu não preciso me expor a esse ponto. Em contra partida, você tem que a todo instante dizer que é o pai adotivo! A todo o momento você tem que levantar a mão e dizer que é o pai adotivo. Não! Eu sou o PAI! Independente de qualquer condição eu sou o PAI. [...] Vou ao cartório aí me perguntam: “o que o senhor é?” Aí eu digo, “minha senhora, eu vim aqui ver o processo de adoção, o que eu sou? Isso é parte no processo, não aqui o minha identidade, a senhora por favor veja o processo, é só pegar os autos, e ver quem são os autores, tá lá, fulano e fulana pai e mãe”, ali você no balcão com mais 20 pessoas, eles falam sobre processo de adoção como se tivesse falando de futebol.

A mim me constrange um pouco, porque eu já superei essa fase, mas essas pessoas que estão do lado de dentro do balcão é que não sabem, não têm a formação necessária, e elas têm a formação recalcitrante em verificar que quem está ali do lado não é apenas um pai adotivo, apenas um mantenedor, é uma criatura que tem um sentimento, que gera sentimento de amor, de carinho né, da mesma forma que fosse uma pessoa no leito precisando de uma cirurgia. (P2)

Além disso, José destaca a necessidade não apenas de modificar as leis no sentido de agilizar o processo de adoção, mas também ressalva a necessidade de investir na formação dos profissionais que atuam no processo como um todo.

Não adianta a gente modificar somente as leis, a gente tem que dar condição a essas pessoas e isso é chefe de cartórios, magistrado e outras pessoas, condições de agilizarem os processos. Bato palmas pro CNJ que colocou metas no judiciário. Agora quem manuseia o processo em si é que tem que ter mais agilidade nas publicações, hoje o processo eletrônico deu um avanço muito grande, minimizou os trabalhos dos cartórios, mas, mesmo assim, continuamos. (P2)

Por fim, o participante menciona inclusive que terá dificuldades futuras em matricular a filha na escola caso ainda não tenha a certidão de nascimento com os dados da família adotiva. Além disso, mais uma vez destaca o quanto o despreparo de funcionários de cartório de registro podem levar à exposição tanto os filhos quanto os pais adotivos.

Daqui há dois anos eu vou matricular minha filha e como matricular ela com o nome original, originário da mãe e do pai biológicos? E se eu não tiver essa certidão refeita né, quando ela tiver dois anos eu vou matricular e vou ter que apresentar uma certidão de nascimento lá, será que vou ter que apresentar a original, será que as pessoas vão entender, será que vão olhar com outros olhos, talvez olhem.

O meu menino já está na escola com meu registro e o nome da mãe, ela que não. A certidão dele falta complementar, pois não está: foi declarante o pai, hoje esse foi declarante encontra-se como disse anteriormente, conforme decisão judiciária. Eu queria entrar com processo contra ela (funcionária do cartório), mas meu professor disse, cara isso não vai dar em nada, essa mulher no máximo vai ser chamada e no final vai ficar por isso mesmo.

O estado não vai dar nenhum tipo de coerção disciplinarmente e vai ficar por isso mesmo, só que eu fico, me sinto impotente, porque eu sei que ela pode fazer isso com outras pessoas, talvez esse mal para aqueles que não tenham entendimento jurídico como nós, vai passar em branco, e esse passar em branco talvez cause um mal pra essa criança, para uma família, por um pequeno detalhe que colocaram em uma certidão de nascimento. Isso que me causa indignação, ela ainda me disse que não poderia colocar nada do que já havia na certidão, porque eu não era o pai, e eu falei que eu era o pai sim, eu sou o pai dos meus dois filhos. (P2)

[...] Então é uma gestação, sofrida pelos fatores processuais, mas você tem alguns constrangimentos, alguns sofrimentos, aqui na Bahia, nós buscamos a Vara da Infância para entrar na lista e quando chegamos lá a mulher me pediu até bons antecedentes, eu militar há mais de 20 anos, eu me indignei, precisava pegar uma certidão de bons antecedentes criminais, um entrave burocrático. (Assim), nós saímos da fila, ou melhor, nós nem chegamos a entrar na fila de adoção aqui em Salvador (permanecendo apenas na fila do Rio Grande do Sul). (P2)

Assim, são diversas as implicações na família adotiva em decorrência da demora e de outras dificuldades dos trâmites legais.

#### 4.2.2.5 O tempo de espera

Para José, o tempo de espera dos filhos adotivos foi de o de “[...] viver literalmente uma gestação, vivenciar uma expectativa linda [...] você vive a expectativa de uma festa, literalmente a expectativa de um nascimento” (P2).

José destaca o momento de entrada na fila de espera da adoção como muito relevante nesse tempo de espera em decorrência de ser um passo concreto na decisão de adotar:

No momento que você entra na fila você já se sente pai, já se sente na expectativa do nascimento, porque é a inseminação, o teu nome naquela relação é a junção do espermatozoide e do óvulo, é o momento em que todas as dúvidas que você tinha, já foram tiradas, tudo aquilo que você teria que apresentar, documentação, dúvidas, se você queria um filho branco, negro, amarelo, menino, menina, com um ano, três anos, tudo isso já foi superado, essa pré adoção já foi superada, e no momento que você diz assim: Estou na lista eu sou o trigésimo oitavo, você já vive a expectativa da paternidade. Porque você sabe

que de 37 que estão na sua frente, se esses quiserem meninas, você é o primeiro por esperar ambos.

De 37, vinte querem negros, brancos, você também pode passar na frente desses, pode sair de uma hora para outra. A demanda de crianças entrando em um abrigo não tem como mensurar, hoje podem entrar cinco, dez, quinze, sair cinco, então você vive a expectativa da espera, mesmo que essa expectativa perdure dois anos, a gente olha pra traz e pensa: ficamos na fila dois anos e, da menina, quatro anos e de uma hora pra outra a criança nasce. (P2)

O participante revela, ainda, que

pra gente foi um nascimento, tanto é que nós viemos embora para Salvador e um ano depois saiu a adoção de H. (primeiro filho adotivo), pense na correria. Foi uma gestação, dois anos de gestação e quando você faz o contato com a assistente social, ela faz mais ou menos uma prévia de onde você está na lista, ela nunca indica fielmente que você é o próximo, ela te diz mais ou menos ali, olha porque tem três, vocês são o quarto.

A espera de H. fiquei mais ansioso, ele era o primeiro, não tinha jeito, não tinha como não ficar ansioso. O dela (segunda filha adotiva) foi um susto, assim de uma hora pra outra. O dele também foi um susto, mas tivemos mais tempo, não foi de uma hora pra outra, o dela foram três dias de correria, pega empréstimo, compra tudo correndo, compra passagem para ir buscar nossa filha, pois se não fôssemos naquele

momento, eles chamariam outra pessoa. E se a pessoa estiver perto pra eles é mais fácil entregar para uma família, que possa abrigar logo essa criança em um lar. (P2)

Também são apontadas expectativas com relação às características da criança e o acolhimento dela como de fato é:

a gente vive a expectativa, enquanto você não visualiza o olhinho, a boquinha, a cabeça, a cor do cabelo, a cor, você vive como se fosse o abrir da cortina em uma peça de teatro, a expectativa, e no momento que você vê, pode ter a carinha de joelho que for, é lindo, é lindo, naquele momento que eu vi a carinha dele eu disse: É lindo! Aí olhei assim, peguei ele no colo e foram passando os anos, passando os anos e fui ver aquela criança brincando, independentemente de cor de cabelo, de nariz pontudo, achatado, você consegue superar qualquer coisa, quando coloca o amor acima de tudo. (P2)

## 4.2.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo

### 4.2.3.1 *Os primeiros encontros com a criança*

José comenta que quando viu o filho adotivo pela primeira vez, sentiu uma grande emoção e já o reconheceu como filho.

[...] quando eu o vi, eu me segurei para não chorar, só chorei quando saí do abrigo. Pois quando saímos do abrigo, fomos para a audiência para ter o contato com o processo de destituição do poder familiar, mas eu sabia que tinha deixado meu filho pra traz, a gente só pegou ele no outro dia, no final da tarde, 3:30 h./4:00 horas fomos busca-lo, mas nesse tempo você tem que ter mamadeira, fraldas, moisés, roupinhas.

E um fato engraçado é que viajamos de Salvador para o Rio Grande do Sul com o moisés vazio, aí teve uma pessoa quando nós fomos alugar um carro em Porto Alegre para irmos de carro até a cidade, a pessoa disse assim: “cadê o bebê? Está na barriga?” Aí minha esposa disse: “nós estamos indo buscar”, aí a pessoa ficou sem entender e ainda perguntou: “tá no hospital?” [...] É uma expectativa, é uma gestação. Quando bati o olho nele eu sabia que era meu filho. [...] a gente sempre tem aquele primeiro impacto, é como um parto normal. Você espera ver aquela criança sair de dentro do útero da mãe, é a mesma coisa, não muda nada, é apenas uma pessoa que vai te entregar seu filho, ou é o médico ou é assistente social que vai lhe entregar ou a pessoa que está no abrigo.

José destaca que a experiência do primeiro encontro com a filha adotiva foi diferente do encontro com o filho adotivo, pois também tiveram que prepará-lo para a chegada da irmã:

[...] Agora, com ela (segunda filha adotiva), eu já vivi outra coisa que eu tinha medo, pois ele (o primeiro filho adotivo) já era grande e eu tinha medo das observações que ele poderia fazer.

Nós fizemos toda uma estrutura para que ele, vivenciasse a expectativa da chegada da irmã. Primeiro que ele não queria uma irmã, e a gente tinha que colocar na cabeça dele que poderia vir uma irmã, aí ele disse irmão tudo bem, irmã não.

Aí nós começamos a trabalhar a cabeça dele nesse período de gestação, pois se viesse uma irmã, seria legal, porque ele teria que tomar conta dela, levar ela pra escola, aí ele disse: “eu quero uma irmã e se for irmão, melhor ainda”.

E quando nós fomos ao abrigo pra poder ter esse primeiro contato com ela, meu coração foi a mil, por causa dele, eu já não vivi a expectativa dela, eu vivi a expectativa dele em vê-la e quando ele viu a irmã, queria abraçar, pegar, queria trazer logo pra casa.

Ele foi com a gente pro Sul para pegar a irmã, eu fiz de tudo para que ele fosse com a gente, pois eu queria que ele vivenciasse tudo que estávamos vivenciando, a expectativa do primeiro encontro com ela. Saímos de lá do abrigo e fomos direto fazer os exames com o pediatra, depois fomos para o hotel com ela, ele dormiu ao lado da irmã, então foi todo um trabalho que fizemos gradativo, para que ele não tivesse um impacto de ter uma criança que caiu de onde? Tanto é que quando a gente fala assim pra ele: “tu lembra de quando fomos pegar a sua irmã?”, ele diz: “ela estava no hospital, ela estava nascendo”.

A minha expectativa era em relação a ele, o que ele iria vivenciar com a chegada da irmã, pois essas lembranças vão estar latentes na vida deles, nós temos fotos de tudo, pra que eles possam ter um histórico, uma memória da vida deles, tanto, dele, quanto dela do abrigo. (P2)

#### *4.2.3.2 Quando a criança foi morar com a família*

José destaca seu envolvimento com os filhos adotivos desde o primeiro encontro e quando os levou para casa. Menciona, ainda, o suporte que deu para sua atual esposa, pois ele já tinha a experiência dos cuidados com os filhos do primeiro casamento, mas ela era inexperiente nesse sentido:

Dei o primeiro banho em H. (primeiro filho adotivo) e foi bem normal pra mim, pois já havia dado banho nos meus dois primeiros filhos biológicos, pra mim normal, eu sempre fui um cara atuante, sempre gostei de dar mamadeira aos filhos, limpar cocô, trocar fraldas, eu nunca quis ficar à mercê de não saber. Eu posso dizer que ela podia

não querer que eu ajudasse, mas não pode dizer que não sei trocar uma fralda, dar um banho, dar comida, levar pra passear, sei cuidar de menina, tem formas de saber limpar, tem todo um cuidado que eu já tinha como legado dos meus filhos anteriores e minha esposa não, pra ela todos os dias foram descobrimentos, todos os dias foram uma coisa nova pra ela. Quando ela emperrava em algum ponto dos cuidados com os meninos, eu entrava dando seguimento.

[...] para minha esposa tudo era novo, ela precisava de apoio, de ajuda e eu estava com ela apoiando. A gente se somou na prática da coisa, ela, marinheira de primeira viagem, e eu dando o suporte. [...] Então a gente se somou, foi somando na parte prática da coisa, de vivenciar o filho, eu dei muito mais pra ela do que ela me dando, pois era mãe de primeira viagem,

primeiro filho, então pra ela foi muito mais uma experiência, tanto é que da segunda (filha) ela dominou.

Sempre levantei de madrugada para ajudá-la a dar de mamar, ela trabalhava todos os dias, até mesmo no sábado e H. acordava de madrugada, então começamos a nos revezar, eu ficava um dia a noite e ela outro e assim fomos levando, hoje só quem fica com a menina é mais ela.

Ela hoje assumiu tudo com a nossa filha, primeiro porque não conseguimos nos afinar, eu ia dar mamadeira, ela não queria, a mãe chegava, ela tomava, eu ia dar uma água ela não queria, a mãe pegava ela e tomava a água, então no primeiro contato a mãe teve que assumir tudo com nossa filha. (P2)

#### 4.2.3.3 O envolvimento paterno atualmente

O envolvimento com o primeiro filho adotivo atualmente é bem intenso:

Com H é outra coisa, por ele estar em outra condição, mais próximo da gente, interage até muito mais, principalmente quando tem que fazer arte, tomar banho de piscina, jogar bola, arrumar o quarto, estamos sempre juntos. [...]

Levo ele à piscina, dou banho, escolhemos as roupas juntos que ele vai usar. A gente tem uma piscina em casa, torcemos pelo mesmo time, o flamengo é claro, levo ele pra ver o Bahia às vezes, faço as tarefas escolares com ele direto, quando a mãe não pode fazer, geralmente ele prefere a mãe, a gente respeita muito as preferências dele, quando ele quer, ele é um garoto muito resolvido, tem dias que ele quer almoçar com a mãe, tem dias que ele quer almoçar com pai, tem dias que ele quer que o pai faça o macarrão, tem dias que a comida do pai é melhor do que a da mãe.

Minha preocupação com os meninos é que eles não sofram, principalmente o H., porque eu sinto que ele é mais sensível, ela é mais rústica, mesmo pequenininha ela tem uns traços assim de rusticidade, e ele eu penso em preparar para viver, o que ele vivencia na escola e que traz uma mácula, ele traz pra mim, ele às vezes fica

até com medo de trazer, mas ele faz, pois ele sabe que só o pai pode resolver, que o pai é que tem o poder.

Vou sempre à escola dele, participo da reza de Maria, [...] participo das festinhas dos dias dos pais, brincamos de espada, pipa, bola, dos bonecos Ben 10, faço cosquinha nele, brincamos de soprar o pescoço, brincamos de coçar as costas um do outro. (no momento da entrevista, exatamente nessa pergunta, o H. apareceu e manifestou alegria ao ver o pai). (P2)

Com relação à filha adotiva mais nova, atualmente afirma que:

Eu troco fraldas, pego ela, faço ela parar de chorar, deito no tapete com ela, vemos T.V. juntos, a mãe às vezes precisa sair, ir fazer unha, fica comigo, trago ela pra ver os cachorros, brinco com ela, então esse contato, está a cada dia mais majorando, mas na hora de dormir e na hora de mamar à noite ela quer a mãe. Agora, com meu filho, eu participava mais, com a pequena ela, em determinados momentos prefere a mãe, ainda é muito pequena. (P2)

O participante manifestou alguns desejos para o futuro dos filhos:

Eu quero que eles sejam pessoas de bem, sem preconceitos, que tenham um conhecimento vasto de coisas que eles possam assimilar, que tenham oportunidades que eu não tive, de se formar cedo, de ser um bom profissional, iniciar a vida deles em bons colégios, mas principalmente que eles sejam pessoas dignas, pessoas de bem. O valor moral antes de qualquer coisa é preponderante e isso a gente prima aqui dentro de casa.

#### **4.2.4 A revelação para o filho sobre a adoção**

Ao abordar a experiência da própria adoção, José informa que tal assunto nunca foi totalmente esclarecido. Foi adotado com dois meses de idade, porém seus pais adotivos nunca lhe disseram explicitamente que era filho adotivo.

Quando tinha em torno de 16 anos, sua mãe adotiva, por estar aborrecida com ele, disse-lhe que

[...] um dia eu iria saber de uma coisa, que ela iria me dizer alguma coisa. Aí foi quando eu disse pra ela que ela não precisava me dizer, porque eu já sabia o que era. Só que ficou aquele momento, ficou no ar pra mim e pra ela, foi quando meu pai viu e começou a chorar, aí eu disse pros dois que, independente de qualquer coisa que eles me dissessem, quem seriam meus pais seriam eles [...] Desse dia em diante, a nossa vida mudou radicalmente entre eu e minha mãe, a

afetividade aflorou, assim, de uma hora para outra, de uma forma tão boa, tão gostosa que praticamente ela morreu nos meus braços. (P2)

Além disso, ele próprio nunca teve muita disposição para aprofundar o conhecimento sobre a sua adoção e sobre quem eram seus pais biológicos, justificando que:

Primeiro eu tinha medo de sofrer e tinha medo de fazer pessoas sofrerem, porque se eu soubesse que meu pai e minha mãe eram abastados e me deixaram ao léu, eu ia ficar com raiva deles porque eles tinham condições de me criar, então foi mais uma questão social. Se meus pais fossem pessoas pobres e que não tivessem condições ou que me abandonaram por outro motivo qualquer, eu também ficaria com raiva deles. Porque uma mágoa pode existir no coração de uma criança adotada se você não transformar essa criança, se você não demonstrar pra ela carinho, afetividade, se você não der aquilo que mais ela necessita.

José informa que o casal ainda não contou para o filho de seis anos que ele é adotado, alegando que ele

[...] não tem a maturidade necessária, mas ele fala que é diferente da mãe, ele fala algumas coisas, mas eu já estou pronto para dizer pra eles, vocês não são diferentes de ninguém, vocês são iguais a mim na concepção de adoção. A vida deles é idêntica à minha, então pra mim vai mudar o que? Nada. Dela não quis nem ter contato na audiência (com a família biológica da filha).

Em decorrência de qualquer coisa, um dos nossos pontos chave que temos é a minha experiência, porque quando eles disserem: “pai eu sou adotado”, temos as fotos, as memórias. (P2)

O participante parece misturar sua experiência de adoção com a dos seus próprios filhos. Assim, revelar aos filhos sobre a condição de adotados pode estar sendo difícil para o José, pois tal fato implicará em retomar ou encarar a própria adoção que se encontra pouco resolvida em decorrência dos segredos familiares.

#### **4.2.5 A paternidade adotiva**

José considera a paternidade adotiva como sacerdócio “[...] ser pai adotivo é um sacerdócio, é ser responsável por um filho escolhido por Deus,

pai é você ser o professor, o amigo, o super-herói do seu filho.” (P2). E acrescenta:

Ser pai é você ser o piloto do avião, você tem dentro desse avião várias pessoas que dependem de você, de uma palavra sua, e se você não souber conduzir, você pode levar esse avião a uma catástrofe e levar uma gama de pessoas junto com você.

[...] Por isso que ser pai é uma responsabilidade muito grande que nos é conferida por aquele que está lá em cima, porque são vidas com as quais você lida, são vidas de extremas divergências, diferenças e que você tem que aceitar isso de uma forma sensitiva, bem sensata, para que você não cause máculas a essas pessoas.

Essas crianças que a gente tem nas mãos, a nossa paternidade, a nossa maternidade é o direcionamento de como conduzir, de como dar um norte na vida dessas crianças, dar um formação para eles, não só educacional, mas também uma formação cognitiva, como ela tem que ser moral, afetiva. Então são vários verbos que a gente tem que agregar e tem que saber lidar com esses verbos, para que a gente possa construir um ser humano, digno, descente é isso que eu quero para eles, eu quero formar essas pessoas dignas e ter o orgulho de dizer que são meus filhos.

José aprofunda ainda mais a sua concepção sobre o que é ser pai informando que

[...] ser pai é lidar com os problemas, você não lida somente com os problemas internos que são muitos, você lida também com os externos seus e do seu filho. Além de você ter que ter a noção de conhecer esse filho que Deus colocou em sua mão, saber os medos dele quando acorda gritando porque o monstro, o dinossauro, o jacaré apareceram nos sonhos, você tem que saber lidar com esses medos, para que ele se sinta seguro e ao mesmo tempo defender do mundo externo dos preconceitos dos amiguinhos, da família, enfim você tem sempre que intermediar, conciliar, pois essas pessoas que estão de fora também têm suas deficiências, seus preconceitos e o preconceito a meu ver é uma deficiência, é um não entendimento das diferenças, é você não ter o entendimento.

O participante alega não fazer distinção entre os filhos biológicos e os adotivos:

Eu não faço nenhum tipo de segregação (entre os filhos biológicos e os adotivos), as mesmas brincadeiras que eu tinha com meu filho (que faleceu) tenho com H., tudo igual com os meus filhos biológicos, eu sempre quis ser paizão, sempre fui paizão e é o legado que meu pai deixou foi esse. (P2)

O participante alega que até em algumas “manias” o filho adotivo é parecido com ele, destacando o cuidado que se deve ter para não causar prejuízos à criança:

Eu sou extremamente carente de afeto, por não ter tido tanto carinho da minha mãe e toda vez que eu fico mal com minha esposa, por algum desentendimento, eu fico comendo os cantos da unha, dedos (risos) e H. faz a mesma coisa quando se sente acuado, nervoso, triste. Pai e filho iguais nas manias.

Por isso que ser pai é uma responsabilidade muito grande que nos é conferida por aquele que está lá em cima, porque são vidas com as quais você lida, são vidas de extremas divergências, diferenças e que você tem que aceitar isso de uma forma sensitiva, bem sensata, para que você não cause máculas a essas pessoas. (P2)

José ressalta, ainda, o fato de os pais adotivos sofrerem preconceitos e justifica que aceitou participar da presente pesquisa para disseminar a experiência positiva de adoção:

Os pais adotivos também sofrem preconceitos, por isso a gente não abre tanto, às vezes vivemos no nosso mundo, na nossa redoma, pois muitos pais adotivos não querem que as coisas externas influenciem seus filhos ou sintam cedo o preconceito. [...] Quando você me fez o convite (para participar da pesquisa), eu fiquei preocupado em me expor, mas ao mesmo tempo, se eu não quisesse me expor eu não teria entrado na lista de adoção. São aqueles preconceitos que intrincadamente nós temos, mas depois eu pensei na possibilidade de tentar, ajudar outras pessoas com a minha experiência, com minha vivência, pois na pior das hipóteses, de ser um disseminador, você e outras pessoas. Então, a gente tem que fazer esse trabalho de exposição para que as pessoas vislumbrem essa condição de adoção como uma coisa normal, que é para os pais adotivos, talvez para outros não e para a gente também, muitas vezes o preconceito está arraigado dentro da gente também. (P2)

Assim, consegue identificar que o preconceito não se encontra apenas nas outras pessoas, mas também em si próprio.

#### **4.2.6 Rede de apoio**

Com relação ao apoio da família, inicialmente a sogra do José era desfavorável à adoção, mas se vinculou à criança desde o primeiro encontro:

[...] minha sogra também não gostava de crianças adotadas e tentei modificar isso na cabeça dela, ela achava que poderia vir um marginalzinho por ser adotado. Mas, uma vez eu disse que sou a prova viva do adotado que deu certo. Minha sogra era bem pontual: “não é

um não querer, um não gostar, mas se tiver opção de ter um biológico, tenha um biológico, deixa o adotivo para outra hora”. (Mas), quando ela viu meu filho, tudo mudou, pra ela hoje é Deus no céu e ele na terra. No momento em que ele apareceu dentro da nossa casa, a luz que guia a vida dela hoje é ele, ela diz que os meus filhos são a luz que brilha na vida dela, são os dois (filhos adotivos). (P2)

Com relação ao grupo de apoio à adoção por meio do qual o participante foi acessado, informa que

Não foi algo muito importante no processo de adoção, pois já tínhamos passado pelo processo do primeiro, ouvimos uma palestra do organizador, mas por conta da distância entre bairros perdemos contato. Eles tinham uma boa proposta para ouvir os pais, tirarem dúvidas, mas é só isso. (P2).

José conclui que “[...] faltam, em Salvador, grupos de apoio para os pais adotivos” (P2).

#### **4.2.7 Síntese do caso de José**

Em síntese, neste caso ficam evidentes os seguintes pontos:

- (a) O participante é filho adotivo e este fato o estimulou a adotar crianças no sentido de retribuir o que recebeu (questão da dádiva);
- (b) O desacordo sobre a adoção (José querer adotar e sua esposa não concordar) foi um dos principais motivos da separação conjugal no primeiro casamento;
- (c) A realização da vasectomia durante o primeiro casamento e, depois, o segundo casamento com mulher mais jovem e sem filhos foi outro motivo para a adoção, além da dificuldade que a segunda esposa do participante tinha para engravidar devido a problemas de saúde (mioma, etc.);
- (d) Ao invés da inseminação artificial, o casal resolveu adotar filhos, o que também foi influenciado pela questão religiosa;
- (e) A decisão pela adoção uniu o casal;
- (f) Diversos foram os critérios para escolha dos filhos adotivos: ser de etnia branca (não ser negro), para que a criança não fosse discriminada por ser diferente dos pais, ou seja, ser “parecida” com os pais adotivos; ser saudável, sendo que tal exigência foi intensificada pelo fato de o participante ter tido a experiência

do falecimento de um filho do primeiro casamento em decorrência de ter anemia falciforme; ser um filho do sexo masculino e o outro do sexo feminino visando ter um casal; idade, foi estabelecido que o bebê deveria ter até um ano de idade para o casal vivenciar a parentalidade em todas as etapas do ciclo vital dos filhos;

- (g) José considerou a equipe interdisciplinar (juízes e assistentes sociais) eficiente, mas avalia os trâmites legais como injustos, pois pessoas famosas ou influentes economicamente têm privilégios na fila de adoção. Além disso, a demora na obtenção da certidão de nascimento com os dados dos pais adotivos e o novo nome/sobrenome da criança prejudicam questões relacionadas ao atendimento à saúde, educação e deslocamentos em viagens da criança adotiva, além de gerar constrangimentos para todos os envolvidos;
- (h) O tempo de espera inicia quando o casal entra na fila dos pretendentes à adoção;
- (i) O primeiro encontro com o filho adotivo requereu sacrifício de viagem (buscar a criança em outro estado brasileiro) e gastos elevados, mas ao vê-lo, sentiu uma grande emoção e o reconheceu imediatamente como filho. O encontro foi tão marcante que o participante se lembra de

detalhes como a hora em que foi buscar o menino no abrigo para leva-lo para casa;

- (j) O participante compara o primeiro encontro com o parto, só que, ao invés de a criança ser entregue à família pelo médico, é conduzida por um assistente social ou por um funcionário do abrigo;
- (k) A “atração” imediata pela criança adotiva não ocorreu só por parte dos pais adotivos, mas também pelo irmão e a avó, mesmo que esta tenha sido desfavorável à adoção num primeiro momento;
- (l) Há um grande envolvimento do pai com os dois filhos adotivos, mas, em decorrência de o mais velho estar com seis anos e ser do sexo masculino, o pai realiza mais atividades conjuntas com ele do que com a filha que tem oito meses, sendo que ela à noite prefere os cuidados da mãe;

- (m) Revelar a adoção aos filhos tem sido uma dificuldade do participante, pois implica em retomar e encarar a própria adoção que se encontra pouco resolvida em decorrência dos segredos familiares sobre o assunto (nunca sua família de origem falou abertamente sobre o assunto com José);
- (n) A concepção de paternidade é ampla e variada, mas há destaque à noção de que o pai é responsável por um filho escolhido por Deus. Além disso, José não faz distinção entre os filhos biológicos e os adotivos;
- (o) Falar sobre a paternidade adotiva com outras pessoas é pouco frequente, justificando haver preconceito por parte da sociedade e dele próprio;
- (p) Há o reconhecimento da necessidade de grupos de apoio, em Salvador, que atuem de forma mais efetiva junto aos pais adotivos.

### 4.3 CASO 3: PEDRO (P3)

#### 4.3.1 Família do participante

Pedro está casado há 17 anos com uma bancária. Com ela tem três filhos biológicos (um adolescente com 13 anos e duas meninas – uma com 10 e a outra com nove anos). O casal também adotou um menino que tem nove anos. A família é espírita.

Ele considera que fazem parte da família dele a esposa e os quatro filhos, sendo que estas também são as pessoas com quem reside.

#### 4.3.2 A experiência de adoção

##### 4.3.2.1 O processo de decisão para adoção

Os três filhos biológicos do casal foram planejadas por eles, que utilizavam o método natural conhecido como “tabelinha”. Mesmo tendo filhos biológicos e não

apresentarem nenhuma dificuldade para engravidar, Pedro informa que sua esposa teve a iniciativa de buscar a adoção e ele concordou com tal ideia:

[...] sempre foi ideia dela, independente da quantidade de filhos, ela dizia: “olha amor, eu vou querer adotar um dia” e eu dizia “está jóia”, como se fosse uma questão de vida, de honra pra ela [...]. Eu achava bonita a adoção, um gesto de amor bonito. Achava que para quem não tinha condições de ter filho biológico era uma possibilidade e, independe de ser biológico ou adotivo, se tem amor é o que vale. Então ela tinha como um objetivo de vida, eu achava bonito, legal, nunca tinha cogitado em adotar.

Eu até acredito que se não tivéssemos os filhos biológicos, isso seria para mim uma solução para ter os filhos e seria sem problemas. Mas para ela (a esposa) era um objetivo de vida, por mim foi “vamos lá, estou contigo”, era o objetivo da vida dela e meu também, somos muito companheiros e eu decidi apoiar esse desejo da minha esposa.

Era o objetivo de vida dela e eu fui, disse a ela “estou contigo, vamos embora”. Como já disse, eu apoiei e apoio ela em tudo. (P3)

Assim, logo após o nascimento dos dois primeiros filhos biológicos (um casal de filhos), deram entrada no pedido de adoção:

aí [...] após o nascimento de um casal de filhos, entramos com o processo de adoção. Só que lá (em Caxias do Sul, cidade do Estado do Rio Grande do Sul, onde estavam provisoriamente em decorrência das mudanças próprias da carreira militar) a fila era maior, muita concorrência, pela própria condição, muitos imigrantes, as crianças são de olhos azuis, loirinhas, branquinhas e infelizmente isso é o grande público alvo das famílias que querem adotar. (P3)

Pedro menciona que, devido à referida grande procura por adoção em Caxias do Sul, um ano depois de o casal dar início ao processo de adoção, nasceu a terceira filha biológica do casal, mas o chamado para adotar ainda não tinha chegado. A família se mudou para o Rio de Janeiro por conta do trabalho de Pedro e, logo depois, o juizado de Caxias do Sul telefonou para o participante:

[...] nos ligaram dizendo que tinham umas crianças para serem adotadas, só que eram três irmãos, aí falei: “amor, não vamos separar, ou vem todos ou não vem nenhum”. Nós já tínhamos três, mais três, aí poxa, acho que um passinho de cada vez, aí nós decidimos não adotar esses três irmãos. (P3)

A adoção só ocorreu após o casal entrar em outra fila de adoção no estado de São Paulo, após a mudança da família para tal local, como será mais bem explicitado mais adiante.

#### 4.3.2.2 *Tratamentos em busca do filho biológico*

O casal não fez tratamento em busca do filho biológico, pois era fértil e já tinha filhos nessa condição. Mesmo assim, desejavam adotar uma criança.

#### 4.3.2.3 *Critérios de escolha do filho adotivo*

Como critérios, o casal estabeleceu que desejava um menino com até três anos de idade. Pedro justifica tais solicitações assim:

A ideia de ser um menino é porque já tínhamos duas meninas, aí falei: “vamos equilibrar a balança” (ficando com dois meninos e duas meninas) e ela (a esposa) concordou. Não nos preocupamos com outros detalhes. Teve uma criança que

fomos visitar no abrigo, era soro positivo e, assim, não foi por ele ser soro positivo que ele não veio conosco é questão de empatia, não dá pra você também chegar ao abrigo e dizer eu quero esse, não são mercadorias.

[...] Porque você é que sabe se quer branco, com olhos azuis, loira com pezinho lindo, entendeu? Acho que quem está procurando adoção não é por aí. Mas aí é cada um com seu cada um, nós fomos adotar com o objetivo de ser até três anos para não ficar muito distante dos que já tínhamos e que fosse menino.

#### 4.3.2.4 *A perspectiva paterna sobre os trâmites legais para a adoção*

Em decorrência das diversas mudanças por conta da vida militar, conforme mencionado anteriormente, a família se mudou novamente, foi para São Paulo. Assim, além da habilitação em Caxias do Sul, o casal se habilitou em São Paulo para a adoção:

[...] quando chegamos a São Paulo, fomos ao Fórum para fazer a habilitação, aí a mesma coisa, fichas, questionários, não tinha o cadastro único ainda nem em Caxias do Sul ou em São Paulo. [...] Nós fomos ao Fórum e nos explicaram todo o processo, preenchemos uma ficha, depois preenche outro questionário, que só falta você escolher o tamanho da unha da criança, aí isso eu acho ruim, aí é cada pessoa sabe do seu. Eu acho a adoção um gesto bonito, mas não é caridade, é amor.

Nós fizemos a inscrição em 2006, foi lá a mesma coisa (que em Caxias do Sul), visita da assistente social, psicóloga em casa, fomos ao fórum também várias vezes, em dupla, individualmente, com a família, até ter a conversa final com o juiz. Uma preocupação deles era porque já tínhamos os três (filhos biológicos), mas um poderia ter algum problema. Não era pela questão financeira porque sabiam que meu trabalho é fixo, um emprego relativamente bom. Mas assim, de ter importe psicológico, para fazer essa transição com as outras crianças.

No momento que a gente passa do trâmite burocrático, você passa a estar habilitado para adoção. Aí você está em casa e eles ficam sabendo de uma criança que foi destituído o *pátrio* poder e que passa a estar habilitada para adoção, aí eles ligam para a família e dizem que tem uma criança no abrigo tal, perguntam se gostaríamos de ver, aí falam para passar no juizado, para conversar com a assistente social, pois tem que receber umas orientações antes da visita ao abrigo.

Isso é para não criar expectativa e nem passar expectativa para a criança. Aí fomos lá, a assistente social conversou com a gente, passou as orientações, nesse sentido: “Chega lá no abrigo como se fosse brincar com todo mundo, observar quem

é a criança, mas não diga vim aqui para te ver, para não criar expectativa para ela.” Ligamos para o abrigo, e disseram que podíamos ir qualquer horário ou eles fixam um horário isso vai depender do abrigo, aí inicialmente fomos só nós dois (o casal), conhecemos o W. (filho adotivo), aí as crianças do abrigo quando veem alguém de fora vem todo mundo para querer brincar, chamar a atenção, pois de repente elas acham que são a da vez, as crianças ficam esperando também por isso.

Nós (o casal) fomos duas vezes sozinhos na visita e, depois, mais três vezes com as crianças no abrigo, depois nós o levamos para casa, ele ficou duas tardes com a gente no prédio com as crianças e depois levamos ele de volta para o abrigo, aí teve um dia que ele dormiu, nessas idas e vindas dele com a gente, deu aproximadamente um mês e pouco nessa adaptação.

Passamos por dois processos de tramitação legal, o de São Paulo achei muito mais ágil. Até porque pela demanda, o traquejo de lidar com o processo e achei bom o serviço da assistente social e da psicóloga em São Paulo, até porque lá tem um grande número de crianças habilitadas e eles sabem desse grande número e também para a criança não ficar três, sete anos no abrigo e correr o risco de não ter um lar. E lá há famílias que têm condições de serem habilitadas, que cumprem o trâmite, eles procuram agilizar, [...] eles fazem um bom trabalho. (P3)

Mesmo descrevendo detalhadamente as diversas etapas percorridas, Pedro afirma que não encontrou empecilhos no processo de adoção, somente o fato de ter que se habilitar em dois estados brasileiros, em decorrência das mudanças de moradia por conta de seu trabalho. No entanto, considera que foi grande o prazo de destituição do poder familiar para a criança ficar disponível para a adoção, o que

aumenta o tempo de sua permanência no abrigo. Isto ocorreu, segundo o participante, no caso de seu filho adotivo e também no de diversas outras crianças:

W. (filho adotivo) foi tirado dos pais aos quatro meses, por maus tratos, e ficou indo pro tio, pro avô, para tia, até finalizar com a família. Ele já estava com dois anos e tentaram reestruturar de novo com os pais, mãe usuária de drogas, pai também morador de rua. O pessoal do abrigo falava que a mãe teve ele e logo sumiu, o pai quando ia visitá-lo era um encontro traumático, tentaram com todos os parentes dele e isso foi muito demorado. Aí uma criança dessa vai para o abrigo aos

quatro meses e entra para a habilitação com dois anos e sai do abrigo com dois anos e nove meses. É muito tempo!

E isso você vê crianças com quatro anos, seis anos, dez anos que ainda estavam no processo de destituição... pelo amor de Deus! [...] E a gente ia para visitar e a outra criança de 10 anos ficava dizendo, “tio, sou eu, me leva, você que vai ser meu pai, minha mãe”. Eles sabem porque os adultos vão lá, uns para prestar trabalhos voluntários, mas eles sabem também. E o detalhe: o abrigo era muito limpo, tinha um cuidado com a higiene, com o local, com as normas, as pessoas nos atenderam bem a qualquer hora, então isso eu já acho positivo, porque ninguém fica se preparando, se maquiando. (P3)

#### 4.3.2.5 O tempo de espera

Mesmo o casal tendo feito inscrição para adoção em dois estados brasileiros, o participante considera que o tempo de espera não foi longo. O casal já tinha filhos biológicos em comum, tal fato pode ter amenizado a ansiedade pela espera da criança adotiva:

Fizemos a inscrição no Rio Grande do Sul não havia ainda o Cadastro Nacional e fomos chamados no Sul não ficamos com a criança, em São Paulo fizemos outra inscrição no juizado e aí fomos chamados e entramos com o processo de adoção.

Foi normal, não achei muito demorado, nós já tínhamos filhos, sei o que é esperar. (P3)

### 4.3.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo

#### 4.3.3.1 Os primeiros encontros com a criança

Pedro destaca que o casal sentiu empatia pelo filho adotivo desde o primeiro encontro com ele:

Eu achei o W. (filho adotivo) um molequinho tão pequenininho, um neguinho tão lindo e nós sentimos um *tcham*, digamos assim, nós gostamos. Diferente do que tinha acontecido com a outra criança (que tinham visitado para avaliar a possibilidade de adoção), ele tinha sido a segunda criança que tínhamos ido conhecer, no primeiro infelizmente, não bateu a empatia, dava o horário do final da visita, um olhava para o outro e dizíamos: “já deu pra você?”, assim a gente ia embora. Aí com ele já foi diferente, ela (a esposa) já queria ficar e eu também mais tempo na visita com ele. [...]

Se você me perguntar se bateu amor ou paixão, comigo não ocorreu. Gostava, era gracinha, um bebezinho, gosto de criança, bati o olho e gostei, apesar dele ser meio avesso à figura masculina. Então às vezes eu ia brincar com ele e não queria brincadeira, queria só a mãe (adotiva), então eu pensava: “tudo bem, cada um vai ter seu tempo”.

A pessoa fica também querendo escolher a criança, tem que ter um mínimo de empatia com a criança, não é porque você foi chamado que vai ficar com essa criança, tem que ter um mínimo de empatia.

Você escuta das pessoas que o importante é amar, entendo que amar uma pessoa que você nunca viu na sua vida, você tem que ter no mínimo uma empatia, eu não vou chegar e dizer que eu amo de paixão, você vai construindo o amor com uma pessoa que você nunca viu na sua vida. (P3)

Os filhos biológicos do casal também concordaram com a adoção do menino e o acolheram na família:

[...] as crianças aprovavam [...], tanto que na primeira vez que ele veio com a gente pra casa e voltou para o abrigo, os meninos perguntavam: “por que ele não pode ficar?”, aí nós dizíamos que era porque tínhamos que arrumar o quartinho dele, que para ele chegar com tudo pronto, aí os meninos diziam que davam a cama para ele: “ele dorme comigo!”. Aí nós vimos que as crianças estavam receptivas, aí então estava joia. [...] Então quando a gente já ia devolver ele para o abrigo, ficávamos pensando que ele já podia ficar, não tínhamos dúvidas de querer ou não querer. Era ele, pela questão da empatia. (P3)

#### 4.3.3.2 Quando a criança foi morar com a família

Nos primeiros tempos de quando o filho adotivo foi morar com a família, segundo Pedro, ele mostrava aversão à figura masculina, no entanto, o participante tentava se aproximar dele por meio de brincadeiras em conjunto com os filhos biológicos:

[...] ele era meio arredio à figura masculina, aí eu chamava os três irmãos para brincar. Chamava ele, vamos brincar, tentava colocar ele junto, chamava ele assim: “W, vai lá com seu irmão!”. Sempre já chamando ele de filho, de irmão, para ele se sentir realmente em casa. [...]

Comigo foi um pouco difícil, mais dele comigo do que eu com ele. Eu tentava estar junto, mas às vezes ele não queria, eu forçava um pouquinho a barra, pra ele brincar comigo, mas aí ele ficava quieto. Eu pensava: “ele vai ter o tempinho dele, temos uma vida inteira pra ele se acostumar”, aí eu passava para mãe. Mas aí, isso foi só no início, depois ele foi deixando eu me aproximar. (P3)

Cabe ressaltar que foi o participante que percebeu que o filho adotivo tinha dificuldades para enxergar e, junto com a esposa, levou-o a consulta médica. Quando a criança começou a usar óculos, passou a interagir mais, como pode ser observado a seguir:

No início, por sorte, eu observei que ele tinha problema visual, então a gente viu que ele tinha certa dificuldade, eu colocava ele pra assistir TV com os irmãos e ele não parava para assistir filmes, chamava ele para ler um livrinho, eu falava: “vem ler com o papai”, mas ele colocava o livro bem perto do rostinho, aí levei ele ao oculista e descobrimos que tinha nove graus de miopia, aí quando ele recebeu o primeiro “oclinho” dele, o mundo apareceu para ele, sorria, ele com três anos usando o “oclinho” dele.

Isso aconteceu logo que chegou em casa, aí ele passou a correr mais, a brincar mais, tudo começou a ficar diferente para ele, tudo era novidade, o que foi um alívio. (P3)

#### 4.3.3.3 O envolvimento paterno atualmente

Com relação ao envolvimento paterno atual, Pedro informa:

[...] eu sou carinhoso [...] e há momentos que sou linha dura. Temos nossos princípios, não admito que queira se dar bem, ser o

espertalhão, mentir, cada um tem que ter sua responsabilidade e é desde cedo que vai se colocando isso nos filhos, organização, cuidado com o outro, cuidado com o próximo, preocupações minhas, da minha esposa

Acontece às vezes, assim, coisa com o material dele, ele perde muito material, então eu interpreto, que não tem a responsabilidade para cuidar do material dele, aí todo dia eu falo: “W., meu filho, arrumou seu material, cadê suas canetas, lápis, borracha?”. Mas tem dia que estou mais cansado, chego

do trabalho cansado fico meia hora em casa e ainda vou para outro serviço à noite, aí cansa, a paciência tá um pouco mais baixa, aí ao invés de ficar falando “Meu filho, olha seu material”, aí já mudo o tom de voz, chamo atenção dele [...].

Além do grau elevado de miopia, Pedro informa que o filho adotivo tem déficit de atenção e o compara aos outros filhos biológicos afirmando que estes são mais atentos. Também preocupa-se com a herança genética do menino e com os reflexos dos maus tratos que ele recebeu dos pais biológicos. Tudo isso é fonte de preocupações, uma forma de envolvimento paterno.

Ele tem uns problemas cognitivos, faz terapia, tem psicopedagoga, tem a psicóloga, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, ele é meio desatento, aí percebo que têm coisas que, caso se dedique ele faz bem, e têm outras que ele não faz, rema para traz, se desliga ou não chama a atenção dele ou não quer fazer. O W. (filho adotivo) e o B. (filho biológico) têm psicólogas.

Ele tem um problema para aceitação de ordem que é complicado. Mas é em casa, trabalhando, dando exemplo, procurando profissionais para poder ajudá-lo.

Ele é diferente dos outros filhos, é uma diferença, os outros são mais atentos. Assim, tem horas que ele tá facilitado, ou tá como facilitador, nossa é o que mais ajuda, é o que mais corre atrás, que mais tá junto, mas ele oscila muito.

Os outros são assim: tem horas que estão com preguiça, mas vão. Mas se ele tiver de preguiça ele não vai, ele não faz. Ele oscila em suas atitudes, hoje é um pouco mais difícil, vão crescendo e as preocupações vão aumentando, a gente é muito atento [...].

Eu fico muito atento, até mesmo em virtude da questão genética, a gente fica muito atento pela questão das drogas que os pais dele usavam. A gente imagina como foi a gestação dele com a mãe drogada, o que pode ter passado com ele dentro da barriga, a gente já viu que não deve ter sido coisa muito boa que ele passou, pois teve os maus tratos e não foram só físicos, teve os psicológicos e aí fico pensando como é que foi, o que ele sofreu na gestação, a gente sabe que vai tudo para criança na questão genética.

A minha preocupação nunca foi de “vamos ou não vamos adotar”, mesmo sabendo do histórico de W. (filho adotivo), a gente vê isso como preocupação para tentar reverter ou amenizar algum efeito desse passado traumático, mas não tivemos preocupação em “vamos

adotá-lo ou não por causa disso”, ou porque foi de pai drogado, por não saber o que aconteceu, isso nunca fez parte da decisão.

O participante revela que buscou ajuda para a educação do filho adotivo na religião. Além disso, envolve-se com a rotina cotidiana que implica em leva-lo e busca-lo na escola e no reforço escolar e apressar o filho nas refeições e no ato de se aprontar para ir a tais atividades.

Procurei ajuda para a educação dele, estava muito difícil seguir sozinho. Por isso procuramos ajuda na religião, está muito difícil, todo dia ficar reclamando com ele: “filho, vai tomar banho!”, ele sabe o corre, corre que é pela manhã, todo dia ele sabe disso e todo dia eu tenho que acordá-lo: “filho, está na hora de ir para a escola, vamos, levanta!”

São seis para acordar de manhã cedo e arrumar, aí eu passo o uniforme deles, nisso minha esposa está fazendo o café, aí os dois se arrumam, aí eu acordo o W. (filho adotivo). Ele e a irmã menor estudam em um colégio católico, ele sabe que tem hora, aí todo dia ele vai para o chuveiro, aí fica olhando pro teto e eu falando: “filho, vamos lá, vamos embora!” enquanto às vezes tem um desgaste e eu tenho que falar mais ríspido, aí não sai.

E isso aí não é nada, na hora da refeição, às vezes saio de casa sem almoçar, faço o pratinho dele de almoço, vou para a escola, dou a comidinha dele, da escola o levo para o reforço, e acaba eu não almoçando.

Um dia tá beleza, dois dias tudo bem, mas isso acontece porque ele fica enrolando para comer e tenho que ter paciência, mesmo às vezes não tendo.

Poxa, estou fazendo tudo por ele, estou deixando de almoçar, estou deixando de me nutrir também que preciso, deixando todos os outros afazeres que tenho para fazer e ele não colabora. Aí meu lado espiritual estava fraquejando, aí você tem que se apegar a alguma coisa, aí pensei: “vou ver o que está acontecendo, pois se tiver isso para resolver, se a terapia que dá um *feedback* para a gente e as orientações não estão dando certo, então tenho que rever isso”, aí nós temos ido pra buscar ajuda espiritual, porque eu acredito em Deus e se não acreditasse não faria sentido eu ir buscar essa ajuda. Eu acredito em coisas passadas, em coisas que ficaram pendentes.

Sei que o problema meu com ele não é porque tem uma dificuldade cognitiva, não é isso, fizemos tudo que é exame com ele, sistema, a parte fisiológica, funcional, está tendo um amparo de tudo que é terapia, o problema maior é meu com ele e as soluções espirituais de repente estão faltando entre nós.

Meu filho tem uma grande necessidade de chamar a atenção, aqui em casa, na escola, ele tem dificuldade, eu não sei se de autoestima, de tentar achar o lugar dele dentro, aí acho que é dele.

A gente tenta dar um suporte, mas nem tudo que nós fazemos vai ser o suficiente, ele que vai ter que se achar, nós procuramos mostrar para ele o que é o certo. [...] Cada um tem

seu jeitinho, mas vira e mexe ele tem essa recaída porque ele tem uma grande necessidade de chamar a atenção, então a gente tenta dar o carinho, procura fazer tudo junto. Tem o momento da repreenda tem, procuro fazer tudo junto com eles, tudo junto pra todos, procuro mostrar pra ele, se ele faz o certo ele vai ser reconhecido, se o irmão dele faz errado, vai ser chamado a atenção, vai ser reprimido e a mesma coisa que eu falo com ele: “o que é pra um, é pra todos de maneira diferente”, cada um tem seu jeitinho, individualizado ali, a gente tenta conduzir, a essência é a mesma.

Nós nos beijamos muito, beijo todos eles. Preocupo-me com ele o tempo todo, ainda mais que às vezes ele fica desatento às coisas de escola, perde o material e tenho que estar sempre lembrando das coisas dele, colocando regras e limites para eles. [...]

Da educação dele, acadêmica eu me preocupo muito, vejo os trabalhos de escola, levo para o reforço, pergunto “ei filho, alguma coisa, tem algum trabalho, alguma pesquisa para fazer?”. Agora, da parte da educação social, civil, eu falo: “filho, seja gentil, converse com as pessoas, não responda aos mais velhos”. Tem que cuidar da sua higiene e o que mais ele demanda de atenção da higiene, eu pergunto: “filho, vai escovar os dentes!” Sempre esquece de escovar os dentes e olha que estamos sempre perguntando, aí quando sai do café ou do almoço eu que levo na escola, falo: “filho, vai escovar os dentes depois do almoço”, eu levo o almoço e levo a escova de dente dele.

Com cuidado do material, do cuidar, da organização das coisas que são deles, é uma preocupação grande que tenho com ele, ainda mais que ele andava mentindo e isso a gente não tolera, mas é porque isso no presente e no futuro não é para ser aceitável.

Isso porque nossos princípios, a nossa sociedade não contempla isso, vai estar com os amigos e vai estar mentindo. Ele andou mentindo um tempo desses, aí tive que falar com ele diariamente, uma lavagem cerebral: “e aí filho tudo bem? Não é para mentir, é isso mesmo, você sabe que pode falar tudo para o papai, se fez algo errado, pode contar tudo que sou seu amigo, nós vamos tentar acertar, vou te mostrar o lado certo, se fez certo então ótimo, parabéns!” Aí ele fica assim quieto, e às vezes sou chamado na escola, ele fica quieto e aí a professora me chama na escola, comunica o fato e quando eu vou busca-lo eu pergunto se ele tem alguma coisa para me contar, aí [...] conta a verdade com receio da briga, mas conta a verdade. (P3)

(Nesse momento o menino chega perto de onde estava sendo realizada a entrevista e pede para ir brincar com a irmã e a vizinha na praça. Nisso, o pai faz recomendações e pergunta se pegou dinheiro, diz para ele não dar trabalho, não ir para a rua, obedecer aos mais velhos e o menino o abraça e beija).

O participante considera que o menino não tem convicção quanto ao espaço que ocupa na família:

Preocupo-me porque eu acho que ele acredita que não conquistou o espaço dele em casa, não é ciúmes dele com os irmãos, mas acho que seja questão do espaço familiar, acho que ele tem dúvida disso.

Nós falamos para ele tudo aqui é nosso, seus irmãos te amam, nós te amamos. Ele precisa perceber que realmente ele tem o espaço dele e não ter dúvidas que somos a família dele. (P3)

O pai também ressalta e estimula a habilidade musical do filho:

O que o W. tem de ruim em português, ele é bom na música, a gente dá um instrumento na mão dele, tem uma habilidade muito grande com música, estou sempre atento às habilidades dele com os instrumentos, a gente dá um instrumento pra ele, do nada ele toca, tem uma habilidade muito grande. E a gente atento a isso vai tentar conduzir ele, quem sabe [...] vai ser da banda (do colégio), seria um sonho. Quem sabe vai tocar em uma orquestra, a gente percebe nele uma questão musical, logo vou colocar ele para aprender violão.

Sonho com o futuro dos meus filhos, fico observando cada um deles, a I. tem habilidades com artes, a outra gosta de cuidar de doentes, quem sabe tenho uma médica, o B. gosta de atletismo, enfim procuro incentivar a habilidade de cada um deles. (P3)

Em síntese, Pedro afirma:

Eu pego os meninos na escola, dou comida a eles, pego o W. e levo para o reforço, pego do reforço, fico um pouco em casa, dou o lanche e o levo para terapia. Volto para casa e vou para o outro trabalho à noite, enfim ajudo o máximo em tudo. (P3)

Mesmo sendo exigente com a criança, também existem momentos de descontração, sendo que inclusive o participante dá apelidos divertidos aos filhos:

Numa família numerosa como a minha precisamos estar sempre atentos aos sinais que eles possam me dar, cada filho eu dei um apelido. O dele, por ser mais magrinho, o chamo de filé de borboleta (risos), ele adora. [...]

E tem mais: vou para cozinha às vezes e os meninos adoram ajudar, o W. me ajuda muito, ele gosta muito de estar na cozinha ajudando, o B. (filho biológico) também, acho que os meninos gostam mais que as meninas.

Cada um em casa tem sua função, um dia um lava a louça, outro passa a vassoura na casa, sempre ajudando uns aos outros, cada um com sua missão, sua responsabilidade. Acredito que seja o exemplo para eles, que eu acabo fazendo, eles vendo eu ajudar em casa, ajudar a mãe deles, trabalhando, estudando, tudo é um círculo familiar. (P3)

#### **4.3.4 A revelação para o filho sobre a adoção**

Pedro informa que W. (filho adotivo) sabe que é adotivo e reconhece que é diferente da família. No entanto, segundo Pedro, até seus irmãos o ajudaram a ser

introduzido nos ambientes, principalmente na escola, diziam: “esse é meu novo irmãozinho, meus pais o adotaram. Não veio da barriga da mamãe, mas é nosso irmão” (P3)

O menino já perguntou sobre a mãe biológica:

[...] uma vez perguntou para a mãe (adotiva) se tinha uma mãe que veio da barriga, aí a minha esposa explicou que ela não pôde ficar com ele, “aí você foi para aquela casinha onde as tias cuidaram de você até mamãe te achar. Mamãe e papai estavam sempre atrás de você, aí chegou o dia que o juiz mostrou você para a gente”. (P3)

Pedro afirma preocupar-se quando a criança pergunta por sua mãe biológica, pois ela já faleceu:

Olha o que me preocupa é quando ele pergunta pelos pais biológicos, ele não sabe, mas a mãe já faleceu, o pai como bebia muito, também não sabemos.

Um tempo atrás andei fazendo umas pesquisas e eu descobri o desaparecimento de uma irmã dele e fui atrás, aí que descobri que a mãe já tinha morrido e só tinha um avô, pai da mãe, não consegui localizar nada deles, mas no momento que ele puder entender e perguntar, eu vou dizer que já pesquisei e contar a verdade, que a mãe já morreu.

Conforme Pedro relata,

Ele (o filho adotivo) tem seus momentos de oscilação e quando brigamos ele diz “mas você não é minha mãe, não é meu pai”. E ela (a esposa do participante) diz: “sou sua mãe sim, sou eu que te dou amor, educação, não é porque você não saiu da minha barriga que você não é meu filho”. É o momento dele de rebeldia, mas só fala para a mãe, já pegou o ponto fraco dela, para mim nunca disse, há um respeito diferente. Com a mãe

ele gosta de abusar, mas comigo ele é mais na dele, ele tem um respeito igual aos outros (filhos). (P3)

#### 4.3.5 A paternidade adotiva

Pedro considera que pai, além de viver pelos filhos, atende todas as necessidades deles. Além disso, como a sua esposa trabalha, ele compartilha com ela as atividades domésticas também.

é um ser virador. [...] minha vida é deles ou eles são minha vida. Eu não tenho o mínimo problema de abrir mão das minhas coisas por ele (o filho adotivo), por eles (todos os filhos). Então, ser pai é ser um “virador” que dá atenção, dá o carinho aos filhos, cuida da casa, da

comida. [...] Eu acordo cedo, passo a roupa deles da escola, coloco o café, aí a mãe já ajuda com outra coisa [...] (P3)

O participante considera que, desde que os filhos nasceram ou que adotou o quarto filho, já tinha noção das grandes e diversas responsabilidades que tinha para com todos eles igualmente:

[...] nasceu e já sabia que ia dar amor, carinho, vamos dar a parte estrutural, parte que precisa de recursos financeiros, parte que precisa estar juntos, é vivenciando, é vivendo, trocando, é sempre uma troca com eles, eu aprendo também, assumi todos eles. É estar junto em todos os cuidados como pai. Com o W. (filho adotivo) foi a mesma coisa. A adoção não mudou em nada o que sempre senti como pai, ele é meu filho. Ser pai é sempre estar vivenciando, é trocar aprendizado com eles. (P3)

Em seguida, revela que é pai adotivo por amor à sua criança adotiva e a equipara aos demais filhos biológicos:

Não adotei por: “coitadinha dessa criança, vamos dar uma oportunidade para essa criança”, não foi isso. Decidimos adotar pois temos amor para dar, temos amor por ele desde que o vimos, não por coitadinho, por querer aparecer ou para alguém dizer que lindo que você fez, não foi por isso é por amor.

Ele é meu filho como os outros, é por amor, eu o amo muito. Só não adotamos mais filhos pela questão financeira, se tivéssemos uma renda melhor, se ganhasse na mega sena, vamos embora adotar, hoje o aperto maior para não ter mais filhos é o financeiro, senão já teríamos adotado outro filho [...].

A nossa adoção não foi por pena, não foi para fazer uma boa ação para o mundo se fosse isso eu pagaria cesta básica e estaria resolvido, né. Era o ideal da minha esposa adotar e estamos juntos, decidimos juntos e todos juntos estamos nessa roda de família, somos uma família, estamos juntos nas orações, no amor e aprendermos a ser pessoas melhores tudo em família. (P3)

Em alguns momentos considera-se um pai exigente demais para o filho adotivo, pois alega que, no intervalo de tempo antes de ser adotado, ele não teve a mesma base que os outros filhos biológicos tiveram. Assim, deseja que alcance o mesmo nível de desenvolvimento que os demais filhos atingiram.

[...] às vezes tenho sentimento de culpa pelo W (filho adotivo), assim, fico preocupado com ele, pois como não teve alguns valores, alguns ensinamentos antes de estar conosco, às vezes eu tenho esse sentimento de que eu forço a barra com ele, no intuito não de achar que ele está errado, ou de estar fazendo algo errado, mas no intuito

de resgatar a dificuldade dele [...] eu tenho esse sentimento, para ele colar com os irmãos, porque aí, assim você andando junto com o grupo, no mesmo grupo, no mesmo ritmo, do que você vir rateando. Porque às vezes você não aprendeu, porque está tendo uma dificuldade, então como tem a irmã da mesma idade, eu digo: “filho vamos lá, vamos chegar junto”, não faço comparações verbais, porque sei que cada um é cada um, mas eu tento empurrar pra chegar junto. Mas, às vezes vira e mexe nós estamos no fogo, filho vamos fazer tal coisa, uma atividade, um lazer, uma atividade que nunca fizeram, levo eles para outra cidade tomar banho de cachoeira, vamos nadar, então vira e mexe procuro fazer coisas diferentes com eles [...]. (P3)

Enfim, Pedro se considera um ótimo pai e brinca: “eu sou o cara (risos)” (P3).

#### 4.3.6 Rede de apoio

Com relação à família extensa, o participante informa que sua própria mãe inicialmente foi resistente à ideia de adoção pelo fato de Pedro ter três filhos biológicos, por representar mais uma despesa para a família e em decorrência de a criança ser negra. No entanto, com o tempo, ela foi se afeiçoando ao menino:

[...] meu pai já estava muito doente, não entendia muito. Minha mãe questionava que já tínhamos três filhos: “mais um? E o dinheiro?” dizia que eu iria ter que trabalhar mais ainda. Minha mãe não teve muito estudo, aí ficava: “[...] poxa, mas ele é ‘neguinho’ os outros todos clarinhos, será que não vai sofrer algum preconceito?”. [...] Depois ela foi se apaixonando por ele também. (P3)

Também o sogro foi resistente à adoção do menino pelo fato de ser negro, mas com o tempo aceitou a situação:

Eu senti pelo meu sogro a mesma questão: “um negro, porque não escolheu um branco?”, aí dissemos que não estamos lá para fazer compra no abrigo, a gente quer uma criança, estamos dispostos a amar, preto, branco, índio. O preconceito existiu, agora tá tudo bem. Existiu primeiro um preconceito, [...] agora tá tudo em paz. (P3)

O participante também percebe o estranhamento por parte da sociedade:

Às vezes [...] estamos na rua eu e minha esposa, e ele vem “oh pai” eu fico pensando que a pessoa vai olhar, vai pensar: “esse aí é filho do padeiro, olha o corno”, mas estou nem aí. E tem uns que perguntam se é meu filho e digo que todos eles são, a pessoa fica meio sem graça, aí repito, os quatro são meus filhos, agora um de cada vez. (P3)

Pedro soube do grupo de apoio à adoção por meio de um colega de trabalho e, ao frequentá-lo, foi ajudado a enfrentar problemas enfrentados na relação com o filho adotivo:

[...] já tínhamos adotado e o apoio que tivemos deles foi nesse percurso com os problemas do W. (filho adotivo). Foi ótimo para que eu pudesse tentar entender o que estava acontecendo comigo, com a família. A adoção não é fantasia de que tudo é lindo, sempre maravilhoso. As pessoas nos ajudam a enfrentar os problemas que surgem com mais força. (P3)

Por fim, Pedro informa que foi buscar ajuda na religião: “hoje frequentamos um centro espírita em Salvador, estou buscando ajuda espiritual, nós estamos” (P3).

#### **4.3.7 Síntese do caso de Pedro**

Os seguintes pontos podem ser destacados no presente caso:

- (a) Mesmo tendo três filhos biológicos em comum, o casal decidiu adotar uma criança. Inicialmente o desejo partiu da esposa do participante, sendo a adoção um dos objetivos da vida dela, e Pedro prontamente concordou com a vontade da mulher;
- (b) Foram dois os critérios para a escolha do filho adotivo: ser um menino, pois tinham duas filhas e um filho biológicos e, com a vinda de outro menino equilibraria a distribuição entre os dois sexos, ficando duas meninas e dois meninos; ter até três anos, justificando que, assim, a criança teria idade mais próxima à dos outros filhos biológicos;
- (c) O ato de adotar uniu não apenas o casal, mas a família nuclear como um todo, pois houve empenho de todos para uma boa adaptação da criança;
- (d) Como não havia o cadastro nacional, o casal teve que se habilitar em mais de um estado brasileiro em decorrência das mudanças de cidade ocorridas por conta da carreira militar do participante. Portanto, o cadastro nacional que existe atualmente facilita os trâmites legais;

- (e) Mesmo tendo sido necessário fazer inscrição para adoção em dois estados brasileiros, o participante não considerou o tempo de espera longo. Levanta-se a hipótese de que o fato de o casal ter filhos biológicos em comum tenha diminuído a ansiedade da espera pela criança adotiva;
- (f) O participante considera longo o período que leva para ser efetivada a destituição do poder familiar com relação à família biológica, o que também torna longo o tempo de permanência das crianças no abrigo e dificulta a adoção, pois as crianças são crescendo e há uma preferência pelas mais novas;
- (g) Ao visitar a criança indicada pela justiça para adoção, as demais crianças do abrigo ficam na expectativa de serem adotadas pelo casal. Assim, o casal busca um(a) filho(a), mas as crianças também aspiram por uma família;
- (h) O primeiro encontro como momento de reconhecimento de que aquela criança em específico é a filha do casal, o que não ocorreu com outro menino visitado pelo casal anteriormente. O casal sentiu empatia pelo filho adotivo desde o primeiro encontro e, aos poucos, foi construído o vínculo afetivo, o amor pela criança;
- (i) A aversão à figura masculina (ao pai adotivo) ocorrida inicialmente, pode ser decorrente dos maus tratos sofridos pelo menino na família de origem;
- (j) Mesmo o menino sendo inicialmente arremido a ele, o pai tentou se aproximar dele envolvendo-o em brincadeiras juntamente com os outros filhos biológicos;
- (k) O participante apresentou preocupações com o aspecto genético e com os reflexos dos maus tratos recebidos dos pais biológicos, pois estes eram usuários de drogas;
- (l) O pai adotivo é muito envolvido com o filho nos cuidados cotidianos relativos à alimentação, higiene, questões escolares, etc. Manifesta-se muito preocupado com a criança e o apressa para conseguir realizar as diversas atividades, pois tem déficit de atenção;
- (m) A criança sabe que é adotiva e eventualmente pergunta pela mãe biológica, mas ela já faleceu. Por que será que a curiosidade maior consiste em conhecer a mãe e não ambos os pais?

- (n) O participante considera-se um ótimo pai e ama o filho adotivo tanto quanto os biológicos;
- (o) Para o participante, o pai vive pelos filhos, atende todas as necessidades deles e tem grandes e diversas responsabilidades para com eles. Como a esposa trabalha, compartilha com ela tanto os cuidados e educação dos filhos quanto as atividades domésticas;
- (p) A família extensa inicialmente foi resistente à adoção da criança, especialmente pelos fatos de ela ser negra e o casal já ter filhos biológicos, mas com o tempo, foi se afeiçoando ao menino;
- (q) Enfrentar o olhar da sociedade ao perceber a diferença de etnia entre a criança adotiva e o resto da família não é muito fácil, mas o participante aprendeu a lidar com isso por meio do humor;
- (r) O maior apoio recebido tem sido dado pelo grupo de apoio à adoção e também pelo seu grupo religioso. O participante reconhece que precisa de ajuda para enfrentar as dificuldades encontradas no relacionamento com o filho, especialmente decorrentes do seu déficit de atenção e de não se sentir totalmente pertencente à família. Parece haver certo vazio na criança com relação à sua origem.
- (s) É necessário que o casal adotivo não viva a experiência de adoção, com toda a sua complexidade, de forma isolada. É necessário compartilhar tal experiência com outras pessoas.

#### 4.4 CASO 4: TIAGO (P4)

##### 4.4.1 Família do participante

Tiago é casado há quinze anos com uma dentista e ele afirma que sempre teve vontade de ter uma filha. “Nós perdemos a primeira gestação e logo depois engravidamos e tivemos A. (filha biológica) [...] que quando nasceu nós viemos a descobrir que ela tinha uma doença neurodegenerativa”. Assim, eles adotaram a segunda filha que atualmente tem dois anos, sendo que a primeira filha biológica tem 10 anos. A família é católica.

O participante afirma que fazem parte da família dele a esposa e as duas filhas, sendo que residem na casa estas mesmas pessoas e as babás.

#### **4.4.2 A experiência de adoção**

##### *4.4.2.1 O processo de decisão para adoção*

Tiago informa que o casal mantinha o desejo de adotar uma criança mesmo antes de se casar. Além disso, tanto ele como a esposa têm uma mutação genética que ocasionou uma doença neurodegenerativa na filha biológica, sendo estes os dois critérios utilizados para a decisão pela adoção como pode ser mais bem explicitado a seguir:

[...] esse já era nosso desejo mesmo antes de nos casarmos. Tanto eu, quanto minha esposa sempre pensamos muito em adoção. Antes da gente se casar, a gente já comungava dessa ideia de adotar.

E A. (filha biológica) quando nasceu nós descobrimos que ela tinha uma doença neurodegenerativa que é uma doença genética e a probabilidade de um outro filho ter a mesma doença é de 25%, uma probabilidade muito alta para a gente arriscar. Mas mesmo assim a gente já pensava em adoção, foi tudo providencial. A gente não ia arriscar uma nova gestação, queríamos ter outro filho, foi quando J. (filha adotiva) apareceu em nossas vidas.

Essa doença rara, é um determinado gene que eu tenho que é muito raro e a minha esposa também tem o mesmo gene e a raridade da raridade foi a gente se encontrar, e a gente se encontrou. Engraçado que eu sendo negro e minha esposa sendo branca, até teve um episódio que aconteceu, que o geneticista perguntou: “você não são parentes? Aí eu falei: Oxente! E o médico disse que é o primeiro caso que ele tinha visto de não parentes que têm a mesma mutação genética. Por isso que eu falo que não acredito em coincidência. (P4)

##### *4.4.2.2 Tratamentos em busca do filho biológico*

O casal optou por não fazer nenhum tipo de tratamento, embora tivesse a opção de se submeter a uma seleção embrionária. Porém, tal casal não concordou com tal opção: “a gente já pensava em ter outro filho, tem família que fez seleção embrionária. Nem eu e nem minha esposa concordamos com isso, para nós é como se fosse negar a situação de A. (filha adotiva), eu vejo como uma não aceitação do fato da doença dela” (P4).

#### 4.4.2.3 Critérios de escolha do filho adotivo

O único critério utilizado pelo casal foi com relação ao sexo, queriam uma menina:

Não houve critérios, queria somente uma menina. Tanto que quando esse amigo ligou (relatando que tinha uma criança no interior para ser adotada) e disse: “velho, espera um pouco, ela ainda não fez exames, não sabemos das condições de saúde do bebê”, eu disse na hora que tinha certeza que era minha filha. Estava tudo providenciado, divinamente providenciado. (P4)

#### 4.4.2.4 A perspectiva paterna sobre os trâmites legais para a adoção

O participante trabalha na justiça estadual, assim, já tinha uma noção sobre os trâmites legais a serem percorridos e buscou maiores informações e contratou os serviços de um advogado para ajudá-lo na adoção.

Tiago informa que o casal não fez “[...] inscrição no Cadastro Nacional por não haver na época que adotamos” (P4). Considera que os trâmites da adoção por meio do Cadastro Nacional são:

[...] muito lentos, para alguns corre muito rápido, para outros não. É delicado falar uma coisa dessa assim, se torna dispendioso para a pessoa que se inscreveu no cadastro único e é chamado para buscar seu filho em outro Estado e não tem condições de ir buscá-lo. [...] uma precatória para você ficar monitorando em outro Estado, acho que a preferência podia ser por região mesmo. Com o processo digital melhorou muita coisa, mas ainda tem que vir uma parte física.

O participante critica também outros aspectos do judiciário baiano no que diz respeito ao processo de adoção:

Ainda friso a questão do magistrado midiático a ficar pousando para sair bonito na foto. [...] Passamos pelo Juiz, o mais delicado foi com o promotor de justiça, como em vários lugares tem sempre uma falha e estava acontecendo alguma coisa lá que estava fugindo a lei (o nome da cidade não será divulgado em respeito ao anonimato do autor da entrevista) para não usar outro termo, praticamente entrou em investigação, o que

acontece na prática, como aconteceu em Itapetinga, aconteceu em Serrinha e várias outras comarcas de irregularidades na questão da adoção, de mandar crianças para o exterior e não ter notícias.

Se aqui eles não estão observando as crianças, com vão observar nossas crianças no exterior? Mas o promotor eu senti na hora, conversando com ele, uma pessoa extremamente correta. [...]. (P4)

Todo o Judiciário baiano é lento, todo judiciário baiano! Faltam magistrados, faltam servidores, faltam estruturas. A sociedade não está preparada para a adoção.

Eu acho inadmissível um servidor judiciário, uma escritã, usar ainda o termo “a menina que você está criando”, eu respondi: “a gente cria é bicho, normalmente é para o abate” e falei na frente de todo mundo lá. (P4)

Tiago critica, ainda, o foco midiático da adoção:

E o pior de tudo, esses magistrados midiáticos que chega alguém de fora, chega alguém famoso quer mostrar o lado mediamente correto, pega três crianças, paga-se colégio, mas não senta ao lado para tomar café, não vai nas reuniões da escola, não tem tempo. (P4)

Mais especificamente sobre o percurso de adoção que Tiago e a esposa fizeram, o participante informa que soube por intermédio de um amigo, cuja esposa é funcionária do Conselho Tutelar, que havia uma criança que nasceu de uma gestação não querida em um hospital público no interior da Bahia. Assim, o participante telefonou para a esposa que concordou imediatamente com o fato de ele ir buscar a criança. Houve também o apoio da chefe do participante e da família extensa. Diante disso, Tiago, sua esposa e o sogro saíram de Salvador e viajaram para o interior da Bahia para buscar a criança.

[...] Enquanto ela (filha adotiva) estava no abrigo, contratamos um advogado para dar entrada no processo de adoção, foi uma ação de destituição do poder familiar com o termo de guarda com fins de adoção, o que foi conseguido lá, digamos, liminarmente. Ao todo esperamos quatro dias, dois dias segunda e terça e depois na outra segunda e terça, na quarta, no dia 12 de outubro já voltamos para Salvador com a J. (filha adotiva). A questão toda foi que o juiz estava acumulando funções, ele estava em duas comarcas e tive que contar com ele naquele dia.

Conversei com o juiz e com o promotor e senti que a preocupação deles era com todo o processo judicial, não foi bem em relação à criança, eu não sei se foi pelo fato da gente trabalhando lá dentro, reconheceu a presença da família. (P4)

O participante considera que deve haver um maior acompanhamento por parte do judiciário com relação à criança após a adoção:

Deve haver um maior monitoramento, da questão da vigilância, mesmo depois da adoção concluída deve haver uma visita à criança na casa dos pais adotivos, uma supervisão, a gente só conhece as pessoas quando se convive com elas. (P4)

Thiago comenta que o processo de adoção de J. ainda está em tramitação:

[...] como foi feito em outra cidade, falta juiz, falta servidor, mesmo eu trabalhando lá, pedindo favores e tudo demora um pouco. Estamos aguardando até agora fazer um estudo social, a precatória chegou agora recentemente, para poder marcar a visitação da assistente social. Dois anos estamos com nossa filha e não tivemos visita. (P4)

Diante disso, por não ter a documentação da criança constando os dados da família adotiva, o casal enfrenta algumas dificuldades como a matrícula da criança na instituição de educação infantil, sua inserção no plano de saúde da família, além de diversos constrangimentos:

Na escola já conversei sobre a documentação dela e sobre o nome dela que é o nosso e não o da mãe biológica que ainda consta na certidão de nascimento. Expliquei que, por ser uma ação que corre em segredo de justiça, ninguém tem acesso à documentação. Tanto que um dia a gente estava no médico, aí chamou o nome da mãe biológica dela e nós ficamos parados assim, sem saber. [...]

Estamos aguardando até agora fazer um estudo social, a precatória chegou agora recentemente, para poder marcar a visitação da assistente social. Dois anos estamos com nossa filha e não tivemos visita.

O fato de não ter o meu nome no registro de nascimento dela me magoa, a gente sente ainda, a gente espera para poder trocar o nome no plano de saúde. O Judiciário demora muito tempo nesse processo, ou melhor, para algumas pessoas isso é rápido, para outras não. E o meu processo eu só consegui adiantar digamos assim, por trabalhar lá dentro, por ficar ligando toda hora, pedindo favor. (P4)

Enfim, o empecilho encontrado pelo participante no processo de adoção foram a burocracia e o aspecto midiático da adoção:

[...] a burocracia [...] que existe no Judiciário. É uma questão ainda das pessoas, de achar que só mais um processo que está ali. Minha chefe sempre usa uma expressão “processo é vida” se você não cuida desse processo, não o faz com atenção, quando chega lá no destino certo, a pessoa que esperou tanto tempo ou que não esperou. No dia nacional da adoção você vai ver um monte de midiático saindo bem na foto, foi feita não sei quantas mil adoções, foi feito não sei o que... mas as crianças não são números. (P4)

#### 4.4.2.5 O tempo de espera

Tiago teve duas experiências de espera pelo filho adotivo. Na primeira vez que foi buscar um recém-nascido no interior, quando chegou na cidade, a família biológica desistiu de entregar a criança para adoção. Diante disso, já tinha o quarto preparado há certo tempo:

Todo mundo em casa ficou sentindo (por não ter dado certo a primeira tentativa de adoção), eu fechei a porta do quarto que tínhamos preparado para o bebê e ficou fechado por um tempão. Já estava tudo pronto, o bercinho, os brinquedos, o quarto já estava todo enfeitado. E A. (filha biológica) sentiu muito, apesar de não verbalizar, ela passa muito do que está sentindo, ela ficou sentida. Isso foi em fevereiro, quando foi em agosto de 2011, no dia do aniversário de A., a gente chegou e falou: “papai, você quer uma irmãzinha de presente?” Ela: “ah, ah”, aí dissemos “vamos pedir com bastante vontade a papai do céu uma irmãzinha como presente que ele atende, feche os olhinhos” e ela fechou. Fiz a oração, pronto. Aí vinte dias depois do aniversário dela (da filha biológica), J (filha adotiva) nasceu.

[...] Nós tínhamos um quartinho todo pronto e que estava fechado, não abríamos a porta. Foi aquela farrá toda, minha chefe falou para eu ir logo pegar minha filha. Quando eu cheguei o pessoal tinha preparado uma pulseira de ouro com o nome dela.

No início já tínhamos preparado tudo para receber nossa filha, o quarto e as coisas dela estiveram sempre prontos. Depois foi só ganhando os presentes que não pararam de chegar. A família toda reunida, como se tivesse chegado da maternidade. Essa espera é uma gestação. (P4)

### 4.4.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo

#### 4.4.3.1 Os primeiros encontros com a criança

Quando Tiago viu a criança adotiva pela primeira vez, ela tinha acabado de chegar ao abrigo. Disse que ficou “babando” ao vê-la e imediatamente a reconheceu como filha:

[...] certeza que era minha filha, eu cheguei no abrigo já sabia que ela seria minha filha. No segundo dia que fui visitá-la no abrigo, as crianças diziam “chegou o pai de J. e o tio de A. (outra criança do abrigo)” (nesse momento o participante chora). Tinha uma menina lá

cadeirante, enquanto eu ficava resolvendo as coisas do Fórum a minha esposa ficava no abrigo com J. (a filha adotiva) e as outras crianças.

E minha esposa brincou muito com essa menina cadeirante e em pouco tempo que minha esposa ficou com essa criança ela aprendeu a identificar o nariz e a boca em uma boneca. Essa turma é uma turma de herói, se eu pudesse adotava mais crianças, estou querendo me aposentar para isso, quem sabe um menino para tomar conta da turma. A gente vive de amor!

[...] Quando a segurei no colo, tive a sensação de ser pai novamente. Ela nasceu em agosto e só saiu do abrigo em outubro quando ligaram para a gente. J (filha adotiva) é muito inteligente, não é bobagem de pai não, desde a primeira vez eu vi o quanto minha filha é inteligente. (P4)

#### *4.4.3.2 Quando a criança foi morar com a família*

Tiago informa que a filha adotiva chegou à casa dele com 45 dias de nascida e que este momento foi festivo para a família. O pai, emocionado, relata como se envolveu com a criança nesta fase inicial de convivência:

[...] nossa, qualquer chorinho dela eu levantava para ver, até por conta da irmã que sempre levantei para dar uma olhada, até hoje levanto no meio da noite para olhar minhas filhas. [...]

Trocava fraldas, dei banho, eu sou pai!

Eu posso lhe mostrar as fotos (ele sai para buscar o álbum da filha adotiva) foi uma coisa maravilhosa, foi viver novamente o parto. (P4)

O participante mostrou as fotos da família com a filha adotiva recém-nascida e destacou o quanto ela se parece com ele e com a irmã adotiva. Inclusive ele se emocionou diversas vezes.

#### *4.4.3.3 O envolvimento paterno atualmente*

Tiago afirma que é muito envolvido com ambas as filhas:

Sou muito envolvido com elas, J. (filha adotiva) às vezes chega e diz: “papai, quero fazer cocô”, e ela ainda grita: “venha, papai, venha ver o cocô, e isso papai, dá tchau pro cocô” (risos). E quando ela quer o gagau (mingau) de papai e outro dia da mamãe, eu faço o gagau, apanho na escola, brinco, coloco para dormir, dou comida, sou pai!

Estou sempre disponível para minhas filhas, apesar de todo corre-corre com a situação de A. (filha biológica), mas sempre tenho tempo, tenho todo tempo do mundo.

Eu tenho um amigo lá do interior (da bahia), que ele diz: “rapaz, nós temos que aproveitar J. (filha adotiva) agora, pois ela é da Bahia para

o mundo”. Ela tem um potencial enorme, desde cedo ela fala muito, ela é muito inteligente. Outro dia dentro do carro cantando em inglês, eu sinto que ela tem muito da área de artes. Quando eu pego o violão ela começa a cantar: “papai laialaia” eu canto para elas. Fotografo todos os momentos da minha família, você viu como J. tem fotos desde recém-nascida!

Na escola ela tá no grupo 2, de dois anos, a professora chegou e falou: “gente, pegue somente um brinquedo para cada um, primeiro tem que pensar no coleguinha para ele não ficar sem brinquedo”. Aí eu acho que uma semana depois, a meninada lá pegando vários brinquedos e ela (a filha adotiva): “ei pessoal, gente! Pró disse que só pode pegar um brinquedo, é um pra cada um. Têm que pensar no coleguinha”. A professora veio me falar da memória boa dela. Eu brinco com ela de cama elástica, ela fala tanto, às vezes eu estou dirigindo e vamos conversando. Levo ela na natação, brincamos de cantar, leio para ela. (P4)

Existe, ainda, uma manifestação de afeto entre a filha e o casal:

[...] todo dia de manhã quando acorda, chama a mim ou chama a mãe e nos dá um beijo. Ela entra no quarto, fala: “bom dia!”, é fofinha, linda! Ela gosta de ficar com a gente na cama e pede para lermos para ela.

#### 4.4.4 A revelação para o filho sobre a adoção

Tiago informa que ainda não contou para a criança sobre a sua condição de filha adotiva. Contenta-se muito pelo fato de ela ser parecida com ele e não sabe exatamente como vai falar sobre o assunto com a criança. Apresenta, assim, dificuldades em enfrentar tal realidade perante a filha e acha desnecessário divulgar para a sociedade a situação da adoção:

[...] tanto que até hoje, eu acho desnecessário ficar falando, é o tipo da coisa “oi, eu sou fulano, sou hipertenso; oi, tudo bom? Eu sou Maria, eu sou diabética”, é desnecessário ficar falando. As pessoas sempre falam quando nos veem: “essa aí é a cara do pai, a outra é uma misturinha, mas essa aí, puxou toda você. A A. (filha biológica) imita a mãe, mas essa aí...” Eu não preciso ficar dizendo ao mundo que é adotiva.

Eu preciso trabalhar isso em mim, porque eu não vejo diferença nenhuma. Que ela vai saber, claro que vai saber, mas o que é necessário falar para ela? Minha esposa quer falar agora com três anos, que tem neném que sai da barriguinha, que sai do coração. Eu pedi à minha esposa para não falar isso agora, por causa da escolinha e até finalizar o processo.

Ela é muito precoce como falei, dói muito, mas não é a questão de dizer a verdade, é a questão de não haver diferença mesmo. (P4)

O participante considera que a sociedade discrimina a adoção:

A sociedade ainda discrimina essa questão de filho biológico e filho não biológico. Minha esposa por ser branca, quando ela sai sozinha com J. o pessoal olha, quando está comigo já não olham com olhar diferenciado, porque vê que é uma mistura.

Então isso é uma coisa que tem que ser trabalhado na própria sociedade que não aceita ainda a adoção como algo natural. Só esse termo absurdo que se usa “fulano está criando, fulano pegou para criar”, o preconceito é demais. (P4)

#### 4.4.5 A paternidade adotiva

A concepção de pai apresentada pelo participante é a seguinte:

[...] plenitude de ser feliz, a realização do sonho. É pegar na mão de Deus e de Maria, é ser feliz! Não gosto dessa denominação de ser pai adotivo, não vejo diferença nenhuma em ser ou não um pai biológico, não há diferença nenhuma. (ele chorou). Eu sou pai das minhas filhas. (P4)

Tiago sente-se muito realizado com a paternidade:

Eu sempre fui chorão, digo o tempo todo para ela “papai te ama” sou realizado com tudo, Deus me deu tudo do bom e do melhor. Minha família, minhas filhas, meus amigos, meu emprego, sou realizado com tudo. Umas filhas lindas. (P4)

#### 4.4.6 Rede de apoio

A família extensa do casal: “está muito envolvida com as meninas” (P4).

Ele (o avô paterno) ama essa ideia, ele vive essa paternidade como eu vivo com J. (filha adotiva). Tanto que ela antes de dormir pede para falar com o vovô. Todos os dias tem que falar com ele. (P4)

Tiago também recebe apoio no trabalho: “só minha chefe e a maioria dos colegas do trabalho que sabem da adoção, esses sempre me deram apoio, até hoje.” (P4)

No entanto, informa que considera o apoio do judiciário insuficiente:

[...] o serviço social, as psicólogas e o próprio judiciário não dão o apoio esperado. E esse apoio é necessário para alguns pais sim, deveria ficar havendo a visitação periódica, até realmente ter certeza de que a criança está sendo bem cuidada, adaptada à família. [...]

Tenho certeza que deveria ter grupo de apoio para ajudar a derrubar essa barreira da discriminação “biológico, pegar para criar”, os sentimentos são os mesmos, eu tenho duas filhas biológicas. (P4)

Tiago destaca que a sua esposa participa do grupo de apoio à adoção, mas ele não: “eu não participo do grupo, minha esposa que participava. [...] Acredito que o apoio de pessoas do grupo ajudaram minha esposa no desejo que ela já tinha da adoção”. (P4)

#### 4.4.7 Síntese do caso de Tiago

São relevantes, no presente caso, os seguintes tópicos:

- (a) O casal é católico e tem uma filha biológica (com doença neurodegenerativa) e uma filha adotiva;
- (b) Mesmo antes de se casar, o casal mantinha o desejo de adotar uma criança. Tal desejo foi intensificado pelo fato de terem uma filha com doença neurodegenerativa, assim, o casal corria o risco de o segundo filho ser portador da mesma patologia;
- (c) O casal decidiu por não realizar nenhum tipo de tratamento para engravidar com menor risco da ocorrência da patologia no segundo filho, embora houvesse a opção de haver uma seleção embrionária;
- (d) O critério de escolha foi apenas um: ser uma criança do sexo feminino;
- (e) O participante faz várias críticas aos trâmites legais para a adoção: são lentos, por exemplo, a emissão da certidão de nascimento com os dados da família adotiva demora e prejudica a inserção da criança no plano de saúde da família, na escola e também é motivo de constrangimento; há foco midiático na adoção (pessoas famosas têm mais “facilidade” no processo); também critica o cadastro nacional, pois requer da família um maior investimento financeiro por conta das viagens necessárias para ter acesso à criança;
- (f) Houve o reconhecimento da criança como filha desde o primeiro encontro que o pai teve com ela;
- (g) O pai revela ser bastante envolvido com a filha adotiva;
- (h) O participante apresenta dificuldade de revelar para a filha e para a sociedade sobre a condição de adoção. De certo modo nega a adoção perante a

sociedade por causa do preconceito, o que é facilitado pela semelhança entre ele e a filha adotiva;

- (i) Para o participante, a paternidade representa a plenitude da felicidade e a realização de um sonho. Ele não diferencia a paternidade biológica da adotiva. Sente-se muito realizado como pai;
- (j) O casal recebeu e continua tendo o apoio para a adoção por parte: da família extensa, dos colegas e chefe do trabalho e do grupo de apoio para a adoção. No entanto, o participante considera o apoio do judiciário insuficiente.

#### 4.5 CASO 5: MARCOS (P5)

##### 4.5.1 Família do participante

Marcos é casado há 22 anos com uma enfermeira. Eles têm dois filhos adotivos, uma adolescente com 14 anos e um menino com 10 anos. A família toda integra grupo religioso católico.

Apresenta concepção de família extensa (esposa, filhos, seus próprios pais e irmã, sobrinhos, cunhado e os pais da esposa). Mora com a esposa e com os filhos.

##### 4.5.2 A experiência de adoção

###### 4.5.2.1 O processo de decisão para adoção

Nos primeiros cinco anos de casamento, em decorrência de o participante e sua esposa residirem na casa dos pais de Marcos, o casal adiou a gravidez. Com o passar do tempo, quando desejaram a gravidez, perceberam que apresentavam dificuldades para tal.

A fala seguinte expressa os momentos angustiantes de busca pela gravidez:

No que eu me lembro, a A. (esposa) ficava mais ansiosa, angustiada, preocupada com isso, com essa perspectiva da maternidade, de engravidar [...]. Eu, pelo meu temperamento, também sempre na expectativa de que uma hora iria acontecer. Quando a gente começou a tentar de fato e a coisa não acontecia, aí a gente começou a se questionar. Ela principalmente começou a fazer exames e eu também,

e a gente começou a investigar qual seria o motivo dessa não gravidez, dessa infertilidade, e aí não chegamos a uma conclusão, porque eu tinha alguns problemas que poderiam, não era uma esterilidade, digamos assim, uma infertilidade menor. (P5)

Ela por sua vez fez um monte de exames e não tinha nada que dissesse, você é infértil, mas sempre com aquela dúvida. Então chegou a um ponto que a gente entendeu que não valia a pena insistir nisso, porque às vezes criava mais ansiedade, mais angústia do que resolvia o problema. (P5)

Diante de tal circunstância, Marcos e sua esposa observaram a experiência de amigos do grupo religioso a que pertencem e que tinham adotado filhos. Assim, começaram a pensar em tal possibilidade:

Paralelo a isso a gente, já tinha amigos do próprio movimento (católico que participavam), que era um casal de italianos que morava aqui em Salvador, eles tinham seis filhos dos quais dois eram adotados. Então essa ideia da adoção, de ter filhos adotivos, já era uma ideia próxima a nós como experiência, como possibilidade de experiência.

E aí com o tempo que entendemos que de fato tinha alguma coisa que dificultava essa gravidez, coincidiu dessa pessoa (a amiga italiana), que já tinha se mudado para a Itália e veio aqui para Salvador e ficou um bom tempo com a gente e, nessa ocasião, tivemos tempo de conversar com ela e foi uma ajuda para que chegássemos de fato a decidir sobre a adoção. (P5)

O casal também buscou orientações de dois padres sobre o que poderiam fazer diante da dificuldade para engravidar:

Ele (um dos padres) disse que: “a paternidade e a maternidade podem ser adquiridas e vividas não só através da geração biológica, é uma condição que Deus pode estar chamando vocês para viver através de um outro caminho, através de outro meio”. [...] conversávamos muito e ajudava a gente a entender e a aceitar nossa condição sem que fosse uma penalização, mas sem uma perspectiva de realização de uma forma [...] mais comum digamos assim. (P5)

Segundo Marcos, a partir da reflexão que sua esposa e ele fizeram junto a amigos e padres, eles tomaram a decisão pela adoção, fato que fez com que diminuísse a ansiedade vivida pelo casal em busca da gravidez:

Sem dúvida foi menos dolorido, acho que decidir pela adoção foi de uma certa maneira desvencilhar daquela ansiedade, de querer alguma coisa que criava uma expectativa que depois com o tempo criava uma frustração, porque não tinha acontecido a gravidez. Muitos casais depois que adotam filhos terminam por depois engravidar, porque de uma certa maneira, relaxam, tiram aquela tensão, a expectativa daquela gravidez e tal. Não foi o que aconteceu com a gente, mas era

uma possibilidade também. Eu não sei se falei, nós ficamos oito anos casados sem ter filhos, porque casamos em 1992 e adotamos A. L. (a primeira filha), em 2000. (P5)

#### 4.5.2.2 Tratamentos em busca do filho biológico

Em decorrência de ser católico, o casal descartou a possibilidade da tentativa da inseminação artificial, colocando-se como alternativos: engravidar naturalmente ou partir para a adoção:

Uma coisa que a gente (o casal) nunca pensou foi uma coisa como inseminação artificial, esse método nunca cogitamos. Até pela vivência mesmo na igreja, pra gente foi algo bem tranquilo entender que: ou era naturalmente ou tinha a possibilidade da adoção. Não chegamos a viver nenhum drama e também soubemos logo, ela enfermeira, eu biólogo então nós sabíamos não só a técnica em si, mas uma série de relatos de pessoas que às vezes viviam um drama muito maior nessas tentativas do que se procurassem outro caminho como a adoção. (P5)

O casal realizou tratamentos e exames dentro de um limite, como explicitado a seguir:

Eu me lembro que fiz tratamento com urologista, fiz uma cirurgia de varicoceles porque era uma possibilidade, me parece que teve algum tratamento com hormônios para aumentar o nível de testosterona. Lembro que A. se submeteu a uma série de exames, mas chegou um ponto que os exames já seriam muito invasivos, praticamente uma cirurgia e a gente achou que não valia e já estávamos praticamente decidindo pela adoção. (P5)

#### 4.5.2.3 Critérios de escolha do filho adotivo

Com relação à primeira adoção, Marcos menciona que o casal buscou uma criança com características semelhantes às que teria um(a) filho(a) biológico(a):

[...] o casal deve ser respeitado na imagem que ele cria dessa criança, então em nosso caso a imagem que vinha qual era, de uma criança novinha e de preferência similar, semelhante à gente. Porque eu acho que na primeira adoção é como se o casal quisesse, digamos assim, reproduzir de alguma forma a expectativa que se tem com o filho natural. [...] A gente queria parecido com a gente, o que de certa

maneira estávamos direcionando uma etnia, não por essa razão, mas por uma similaridade. (P5)

Conforme o participante, na segunda adoção houve uma abertura maior quanto às características do(a) filho(a) a ser adotado(a):

Já com a segunda adoção estávamos muito mais, digamos assim, em um nível de experiência da paternidade e maternidade maior. A experiência da adoção deixou a gente muito mais livre com relação aos critérios de sexo, etnia, etc.

A preocupação é claro que no sentido da saúde era de conhecer para tomar providências. Caso fosse necessário, estávamos dispostos a assumir digamos assim, para qualquer eventualidade de saúde que aquela criança já tivesse ou viesse a desenvolver. (P5)

Por fim, o participante também mencionou ter aspirado um casal de filhos, como foi também o caso dos seus próprios pais.

#### *4.5.2.4 A perspectiva paterna sobre os trâmites legais para a adoção*

Ao expressar suas considerações quanto aos trâmites legais para a adoção, inicialmente Marcos critica a sistemática de estabelecer a fila de interessados na adoção e a fila de crianças a serem adotadas, o que foi assim justificado:

Um das coisas que eu acho um absurdo é que tem uma fila de casais, tem uma fila de crianças, então se é aquela criança que está na minha vez, eu não tenho escolha. Eu não concordo com isso, eu acho que a adoção não é uma questão automática de coincidência em uma fila.

Eu acho que, pela experiência que a gente viveu, principalmente na primeira adoção, em que o casal deve ficar muito à vontade na hora de decidir a criança que a gente quer, imagine você ser constrangido praticamente ou colocar na decisão de adotar ou não. Um casal, por exemplo, cinco anos na fila de espera, chega uma criança, eles não se identificam e aí vem à mente: “será que se a gente disser não, vai pro fim da fila e vai esperar mais cinco anos?”. A pessoa pode até adotar mais por uma pressão do processo do que uma liberdade de identificação da criança. (P5)

Pelo fato de ter convivido com outras pessoas que adotaram crianças, o participante já tinha conhecimento de que precisava procurar o juizado para realizar o processo legal da adoção:

Então, através desse casal que tinha adotado e nessa convivência do movimento (católico), a gente já tinha vivenciado a experiência de

outros casais italianos que vieram para adotar crianças brasileiras, a adoção internacional. Nós já tínhamos acompanhado um pouco isso, então vendo as experiências deles, nós entendemos que deveríamos procurar de fato o juizado para fazer todo um processo [...] dentro daquilo que rege a lei. Para que nós não ficássemos reféns de ninguém, nem de advogados, nem dos pais biológicos que futuramente, quisessem criar algum tipo de problema. (P5)

Em síntese, o percurso seguido pelo casal para efetivar a adoção foi:

Então fomos ao juizado, conversamos com a assistente social, a psicóloga, os juízes eram bem diferentes do que são hoje e a gente fez todo o processo legal.

Nós conversamos na época com uma assistente social que foi uma pessoa extremamente solícita. Tinha assim uma visão bem interessante sobre adoção, visando o bem das crianças. Aí ela que era a assistente social chefe, digamos assim, levou a gente para o serviço social, aí nós fizemos entrevistas, preenchemos umas papeladas que dizia quais os critérios, o que vocês esperam, entre outras coisas.

Mas elas mesmas orientavam: “vocês vão ver que é uma coisa que acontece, se vão se identificar com as crianças e muitas vezes esses todos critérios não são os que são respeitados”. Elas apresentavam pra gente toda a situação: “a maioria das crianças é negra, em geral todo mundo quer uma menina, então tem mais meninos para serem adotados do que meninas.

É mais raro vocês encontrarem uma criança recém-nascida como vocês estão querendo, porque essas crianças vão ficando nas instituições ou são abandonadas com uma certa idade nas instituições”. Então, de uma certa forma, elas estavam tentando, acredito, preparar a gente para a realidade, que a gente viesse a encontrar nas instituições, quando a gente pudesse ir visitar as crianças. (P5)

A etapa seguinte foi a de realização de visitas para as crianças disponíveis para adoção:

E aí foi que retomamos o processo, conhecemos algumas crianças que estavam disponíveis para adoção e começamos a visitar as crianças nas instituições. Não fizemos muitas visitas, não ficamos em fila de espera, naquela época não tinha fila nacional, a gente deu entrada no juizado de Salvador, então eram as crianças que esse juizado digamos assim tinha uma jurisdição sobre elas e nós não saímos para ver uma criança no interior.

Hoje como a fila é nacional, se um casal do Rio Grande do Sul, quiser adotar de outro estado e estiver na minha frente e a criança aqui do meu lado, é esse casal que vai ser chamado primeiro. (P5)

Marcos acrescenta que, apenas na segunda adoção, na sequência houve curso e o casal passou por uma avaliação de uma profissional da área de Psicologia que tem por objetivo verificar se o casal apresenta condições de adotar uma criança:

Na primeira adoção não teve curso, na segunda adoção, passamos por uma psicóloga. Tanto que ela disse para a gente que estava cumprindo uma formalidade: “tanto que eu estou para fazer uma análise de vocês se são ou estão em condições de adotar uma criança se vocês, já são pais adotivos há três anos”. (P5)

O participante destaca que a primeira filha adotiva participou do processo de adoção do irmão:

Tivemos duas ou três entrevistas, levávamos sempre a A. L. (primeira filha adotiva) para entrevistas, por duas razões, porque ela queria um irmão e a gente sempre entendeu que era importante que ela tomasse a consciência da origem dela, como foi o processo pra ela, foi algo que nunca escondemos. Então, desde o primeiro dia que disseram que a criança poderia vir para nossa casa naquele momento ela já foi com a gente também, então pra ela era o irmão dela e ela dizia, que queria cuidar dele. Diante de todo esse contexto positivo, naquele momento a psicóloga disse: “vocês já são pais adotivos, não é essa entrevista que vai aprovar ou reprovar vocês nesse sentido”. E ela observou muito assim o comportamento de A. L. e, a partir disso, ela entendeu que a nossa situação era normal de um contexto familiar, não tinha nada que impedia a adoção. (P5)

Marcos acrescenta que os adotantes também recebem algumas informações sobre a história da criança até o momento da adoção e dados sobre a sua família biológica:

A gente tem algumas informações, mas só o que eles passaram pra gente. [...] Por curiosidade tive que ter alguma informação que possa ser útil no futuro, porque quando a gente adota uma criança como qualquer recém-nascido, vai para o pediatra e é uma bateria de exames, ainda mais quando a gente não sabe a origem, então algumas informações, são interessantes, porque de uma certa maneira ajudavam também o pediatra nessa bateria de exames. Eles diziam, essa situação pode ter sido de uma mãe que é moradora de rua então vamos investigar uma série de coisas aqui, que podem estar relacionados a um período de permanência na rua, entendeu. Mas a gente não tem informações se é de tal cidade. (P5)

Em síntese, mesmo passando por essas diversas etapas, Marcos relata que o trâmite legal para a adoção foi tranquilo, sendo que o casal realizou tais adoções por

meio do juizado visando evitar surpresas desagradáveis que pudessem ocorrer caso não percorresse o processo legal.

No entanto, cabe destacar, ainda, que a segunda adoção foi um pouco mais conturbada inicialmente por conta de problemas de saúde da criança, o que dificultou a liberação mais rápida dela para ir para a família adotiva:

[...] já tinha entrado de novo com o processo de adoção, e aí a assistente social que já era outra, ligou pra gente informando que tinha chegado “[...] uma criança com dois dias de nascida e a mãe deixou aqui e não tenho para onde mandar essa criança, se vocês quiserem ver a criança”.

Eu saí do trabalho, vim pra casa, A. (a esposa) pegou a A. L. (primeira filha adotiva) e fomos para o juizado. Chegando lá, nem pudemos ver a criança e ela disse que o juiz não estava lá e ela não poderia liberar a criança sem a presença do juiz.

E terminou que a criança foi institucionalizada e nós ficamos nessa expectativa e em contato com eles, que nós tínhamos interesse em adotar aquela criança.

Eu lembro que houve da parte dela, do serviço social, uma insistência muito grande com relação à saúde da criança e se falava muito em HIV, perguntavam pra gente: “e se tiver Aids ou outras doenças?” e nós dizíamos que a queríamos assim mesmo.

E a insistência foi tanta, que começamos a achar que eles sabiam que a criança tinha algum problema, criou-se na gente essa suspeita, e nós terminamos indo buscar a criança, se não me engano, vinte dias depois, quando eles fizeram a campanha em torno do dia das crianças. Tinha na época não sei se eles fazem isso ainda, eles fazem uma campanha onde casais visitavam crianças em instituições e por volta do dia da criança eles entregavam essas crianças para os casais que desejavam adotar.

Então nós entendemos que talvez eles tivessem protelado um pouco a adoção pra que nós fôssemos mais uma adoção na campanha. Então isso desgastou um pouco a gente, de uma suspeita: “será que essa criança vem com saúde, vem com HIV positivo?”, a gente ficava pensando um monte de coisa, na bateria de exames que teríamos que fazer, todo cuidado que a gente iria ter que ter, etc.

Mas, graças a Deus, ele não teve nada, só que veio com uma infecção respiratória e depois de três dias em casa, ele foi hospitalizado, ficou internado, tanto que ele foi batizado no hospital, justamente porque a gente viu que a situação estava complicada, mas graças a Deus ele se recuperou disso e de lá pra cá, não teve mais nenhum problema.

(P5)

Marcos acrescenta que houve visita domiciliar, antes e depois da adoção, por uma assistente social, mas aponta a dificuldade de tal profissional se transportar para realizar as visitas:

O serviço social em si, depois da gente ter feito a inscrição pra adoção, houve uma visita, ela veio conhecer a casa, conversar com a gente, no contexto que a gente estava, depois da adoção eu acho que foi feita uma visita. Assim um acompanhamento mais sistemático, não houve. Aí eu não sei se é assim mesmo ou [...] sendo profissionais, devem ter percebido um contexto que não notaram nenhum problema que exigissem uma atenção ou um acompanhamento maior, creio eu, não sei. A gente até ficava perguntando: “será que esse pessoal, vem ou não vem?”

Então, eu me lembro até que para agilizar, na primeira adoção, a assistente social dizia: “eu vou fazer a visita, mas tem que ver quando tem disponibilidade do carro”. Aí eu disse: “eu lhe levo agora no meu carro”, então a gente também tentou agilizar o processo o máximo que pôde.

Eu sou funcionário público eu sei como a coisa anda, se você espera ela andar, porque um assina o papel, o outro carimba, até chegar no setor e o setor libere, esse caminho todo, aí no dia que tem o carro e não tem o motorista, ou tem o motorista e não tem o carro, ou o combustível, aí ou a gente dá uma mãozinha ou a gente pode ficar sem o atendimento (P5)

O participante considera que os casais que desejam adotar deveriam receber uma preparação maior:

Agora uma das coisas que eu acho que talvez mais faça falta é uma preparação desses casais a partir de pessoas que tenham experiência positiva em adoção, não é um psicólogo que vai preparar esse povo como futuros pais. [...] nós tivemos a oportunidade de propor ao juizado logo depois das adoções, algumas coisas em termos assim de acompanhar as crianças, de poder visitar, mas houve uma resistência enorme da parte deles. Ou as ações partem deles, dentro de uma imagem de adoção que eles têm ou não servia.

Nós sentimos uma resistência muito grande, nós íamos ao juizado, conversavam com a gente, mas, um silêncio total. (P5)

Outra proposta levantada pelo participante foi o apadrinhamento:

Uma das propostas que fizemos, pois na Itália existe uma experiência, como se fosse um apadrinhamento, talvez seja o termo mais adequado, ou seja, a criança está na instituição e há um casal interessado, assim dar a oportunidade a esse casal de visitar a criança, de vez ou outra tirar essa criança da instituição para passar o final de semana com ela ou dela passar um final de semana com eles no contexto de família, fazer como se fosse uma transição entre a vida familiar propriamente dita.

Uma das coisas que eu acho, não tenho muita experiência com isso, já tem programas já feitos na TV, digamos o que é a vida de uma criança que viveu institucionalizada e que estudou praticamente dentro dessa instituição, viveu até os dezoito anos nessa instituição, aí quando chega aos 18 anos, essa criança não conhece ninguém, não sabe para onde ir, não tem família, se pelo menos nessa permanência

na instituição ela conhecesse uma, duas três famílias que conheceram eles, que criaram um laço de amizade e de simpatia ao sair de lá, ela pelo menos teria um, dois, três telefones onde ela pudesse ligar e dizer “olha eu saí daqui” quem sabe essa família a acolheria e pelo menos daria minimamente um apoio a essa pessoa para que ela pudesse começar uma vida fora da instituição.

A impressão que eu tenho é que tem uma carga ideológica, um imaginário em torno da adoção, que dificulta a percepção deles de outras experiências, de outras dificuldades. A coisa passa muito por essa questão ideológica. (P5)

Com o incentivo de uma psicóloga, o participante juntamente com outros voluntários montou e ministrou cursos sobre adoção para pessoas que queriam adotar e também para estudantes de Psicologia e de Serviço Social:

Uma psicóloga [...] incentivou a gente a fazer o curso de adoção, ela mandava não só casais que queriam adotar, mas também estudantes de Psicologia, de Serviço Social para conversar com a gente, participarem desses cursos, foi um apoio muito grande. (P5)

#### *4.5.2.5 O tempo de espera*

Depois das entrevistas, das orientações recebidas por parte da equipe interdisciplinar do juizado e do preenchimento de questionários, o casal passou a esperar o chamado do juizado para conhecer determinada criança e, assim, decidir sobre a adoção ou não:

E a gente depois dessa entrevista e do preenchimento das papeladas, nós ficamos aguardando que aparecesse crianças disponíveis para a adoção que a gente pudesse ir nas instituições, visitar, conhecer as crianças e chegar a manifestar o interesse em adotar um dessas crianças no caso.

A gente de uma certa maneira, confiou no trabalho deles e voltamos para casa e ficamos esperando um contato deles, tanto que eu acho que, uns três meses depois, eles ligaram perguntando se não tínhamos mais interesse em adotar, aí falamos que eles que ficaram de ligar pra gente, interesse a gente tem, estávamos esperando o contato do juizado. (P5)

### 4.5.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo

#### 4.5.3.1 Os primeiros encontros com a criança

Marcos relata que desde a primeira vez que viu a menina e o menino que adotou, os reconheceu como filhos imediatamente, fato que não ocorreu com outras crianças visitadas. Assim, houve uma identificação com eles desde o primeiro encontro, inclusive lembra-se de detalhes de tal momento.

#### 4.5.3.2 Quando a criança foi morar com a família

Marcos relata que se envolveu do seguinte modo com os filhos adotivos ao serem levados para a casa dele:

Nunca fui um pai de trocar fraldas, A. (a esposa) insistia muito nisso, eu fazia isso uma vez ou outra, eu olhava, brincava, cuidava, mas essa parte de trocar fraldas não é muito a minha não. Não vou dizer que nunca fiz, mas não é muito a minha não. Não era uma coisa que eu fizesse e gostasse. Na minha formação isso é coisa da mãe, a mãe que tem que fazer, eu ficava mais na retaguarda: “qualquer problema me chame, mas vou dormir.(risos).”

Minha preocupação era ir nas consultas médicas, foi todo um processo do mais imediato digamos assim, não uma coisa do futuro. (P5)

Com o passar do tempo, as preocupações e o tipo de envolvimento mudou, inclusive sendo afetado pelo sexo da criança:

À medida que foram crescendo, aí começou a preocupação: “vai botar em qual escola?” Eles estão matriculados aqui, minha mãe trabalhou no XX (colégio católico), é pertinho de casa, tinha toda uma comodidade pra ficarem estudando aqui mesmo, tudo isso a gente pensou: “os filhos continuam aqui no bairro? Vão pra outro lugar?” Então isso tudo entra nas discussões, nas decisões.

Eu brincava com J. P. (filho adotivo) mais do que brincava com A. L. (filha adotiva), não que não brincasse com ela, mas com ele o tipo de brincadeira é outra e a identificação é maior. (P5)

Com a chegada dos filhos biológicos, o próprio relacionamento conjugal mudou em decorrência da necessidade de reorganizar a rotina incluindo o cuidado deles:

[...] ter adotado fez uma reviravolta no relacionamento (conjugal), na minha perspectiva, porque a gente casado, sem filhos, era uma

convivência, claro que dentro de uma independência. Eu ia pro trabalho, ela ia pro trabalho, eu tinha meus horários, ela tinha os horários dela e a gente conseguia, digamos, com menos combinações ajeitar a vida. Com uma criança as necessidades de combinar as coisas juntos se torna muito maior. (P5)

#### 4.5.3.3 O envolvimento paterno atualmente

O envolvimento de Marcos com os filhos atualmente é caracterizado como afetivo e de partilha das atividades do cotidiano, no entanto, afirma que compartilha mais atividades com o filho do que com a menina:

Então se eu vou pra algum lugar, eu chamo: “J. (filho adotivo), quer ir comigo? Quer ir comprar um acarajé?” Às vezes ele diz: “hoje eu quero beiju”, ou seja, é partilhar as coisas que a gente faz. [...] Quando chega tem que dar um beijo, abraçar. Agora uma coisa interessante: ele até hoje sempre que vai dormir, ele me chama pra conversar, com A. (a esposa) ele já reza, entendeu, têm também esse momento da demonstração de carinho, atenção, A. (a esposa) que gosta mais de beijar.

Uma das coisas que a gente tem reclamado um pouco é que minhas férias não coincidem com as de A., mas é uma coisa que a gente sente falta, uma tentativa da gente, pensar as coisas juntos, então, mesmo não podendo fazer férias juntos, os finais de semana eles estão sempre com a gente. Nessa idade, enquanto a gente pode vai levando e uma preocupação minha e de A. é de fazer uma programação que seja interessante pra eles também, tudo tem sua fase. Já levei J. no meu trabalho, e toda vez ele quer ir também, ele fica no computador direto, aí desce pra lanchar eu fico trabalhando e ele fica meio solto lá. Ele é mais agitado, A. L. (filha adotiva) é mais parada, ele não, quanto mais novidade pra ele melhor. J. (o filho) é mais parecido comigo com certeza, A. L. (filha) é mais parecida com A. (esposa), J. é resmungão, tanto que a gente discute muito, porque ele reage da mesma forma que eu, daí o conflito acontece. Mas eu repreendo nele os meus defeitos que os vejo nele. (P5)

Alguns exemplos de atividades que compartilha com o filho são:

Às vezes vou assistir o futebol de salão dele, aí quando termina ele vem e me diz: “vá, diga aí o que foi que eu fiz de errado hoje” (risos), aí eu digo hoje foi bom e tal. Porque às vezes quando ele sai do jogo, eu estou olhando como quase um técnico aí eu digo “mas rapaz, aquela bola você devia ter dado o passe” aí ele quer que eu elogie “que bom!” Aí ele diz: “o gol que eu fiz você não viu!” (O pai sorriu em todos esses comentários). Mas isso é de uma atenção que ao mesmo tempo eu acho que a normalidade de pai e filho é de um relacionamento amigável. Nós não teríamos um diálogo desses se não houvesse um relacionamento de afeição mesmo, eu não teria a liberdade pra isso, nem dele me dizer isso e nem eu a ele. Com J.

(filho) é o que falei anteriormente, essa coisa de ser menino, de brincamos juntos, de compartilharmos, eu acho que é através disso. Domingo levei ele ao estádio de futebol, tem uma série de coisas que a gente faz juntos, que é uma distração pra ele e que é uma distração pra mim, coisa que gosto de fazer. (P5)

Com a filha o envolvimento é diferente, realizam atividades complementares:

Com A. L. (filha) tem menos esse compartilhamento de atividades em comum, mas eu vejo assim, ela, por exemplo, gosta de cozinhar e eu gosto de comer, sempre tem essa coisa, ela faz pra ver se eu gosto e tal. Ela procura fazer as coisas pra me agradar, de ter quem prove a comida dela. Sou eu que vou ao mercado comprar as coisas, ela faz a lista do que ela vai precisar e lá vou eu e tem que achar o que ela pediu.

O pai também se interessa pelo rendimento escolar da filha e ajuda o filho nas tarefas escolares, além disso, manifesta outras preocupações com eles:

Depois o acompanhamento na escola, A. (a esposa) por estar mais em casa, acompanha mais a tarefa, eu não deixo de estar sempre vendo, como estão as notas, procurando de alguma maneira acompanhar isso. O J. (filho) às vezes eu faço as tarefas com ele. Então com A. L. (filha) tem mais de acompanhar, agora mesmo no aniversário dela aí vamos jantar em algum lugar, vamos combinar, entendeu. Não me preocupo até o momento com namoro dela, sei que é algo que vai acontecer breve, provavelmente, mas não me preocupo com isso agora.

Acho que me preocupo mais com essa coisa da virtualidade, do que pode acontecer através dessas redes sociais como a gente alertá-los para os riscos que tem nisso. É o tempo todo é tablet, não podemos proibir simplesmente. A gente tem que educar, na tentativa de evitar qualquer problema maior. [...] (P5)

Marcos também destaca a questão do humor no relacionamento com os filhos:

A. L. (filha) é fechada por natureza e ela me chama de “papança” (risos) isso porque eu boto apelido em todo mundo, aí meu sobrinho colocou esse apelido em mim e eu acho legal, porque eles entendem essa coisa de apelido, [...] eu acho que é mais do temperamento do que atitude que cria uma resistência ou um bloqueio. Eu tenho ficado menos brincalhão, acho que é a idade (risos), mas brinco com eles de vez em quando. (P5)

O pai tem a expectativa de que os filhos aceitem sua ajuda quando necessitarem:

A expectativa que tenho primeiro é em relação a mim, primeiro que eles aceitem que eu possa ajudá-los na decisão que eles tomarem

acerca do que eles querem e não querer direcionar ou conduzi-los demais pelos caminhos que seja a imagem do que eu faço que seria o melhor para eles.

Na prática eu não sei como isso vai acontecer, agora o que eu espero deles, que eles se realizem e se sintam felizes tomando a decisão deles. De casar ou não casar que procurem a melhor opção, eu tento ajudar a perceberem a importância das suas decisões. Principalmente A. L. (filha), J. (filho) agora é ainda um pouco menor, não tem ainda digamos assim essa perspectiva, mas A. L. (filha) já está na 8ª série, daqui a pouco

é a perspectiva de vestibular, então de tentar acompanhar e decidir da melhor forma pra eles. (P5)

#### 4.5.4 A revelação para o filho sobre a adoção

Pela experiência de convivência com amigos que tinham adotado filhos, o casal sabia da importância de se contar para a criança, desde cedo, sobre a sua condição de filho(a) adotiva(a), e foi o que fizeram:

Desde o início, pela experiência que a gente teve de convivência com os outros amigos que tinham adotado, que entendemos que era uma coisa que não podia ser escondida deles. Então, já cedo, minha esposa com A. L. (primeira filha adotiva) começou a contar a história de uma princesinha que a mãe não pôde criar e que entregou a alguém pra cuidar, até que um dia ela mesma (a filha) disse: “mãe, eu sei que essa princesinha sou eu”. E aí tem a questão da mãe da barriga, da mãe do coração. Uma coisa que a gente não fez também foi criar qualquer traço de negatividade em relação à atitude da mãe biológica dela.

Dele (filho), então, a gente sempre procurou mostrar a ele, que se ela (mãe adotiva) não pôde criar, a melhor coisa que ela fez foi ter dado oportunidade de que outro casal que não podia ter filhos, que tivesse os filhos, que pudesse conviver com eles, sempre colocar em uma perspectiva de que: “nós aqui estamos fazendo alguma coisa por vocês, mas vocês também estão fazendo muita coisa por nós”.

Os dois sabem da adoção, tanto que A. L. (a filha) acompanhou todo processo de adoção (do irmão), e antes dele (o filho) chegar a perguntar, já era uma realidade falada.

Então, o interessante disso, eu me lembro que para A.L., que chega um ponto que a adoção é algo tão natural que a gente não se preocupa, tanto com isso.

Aconteceu uma vez que em uma consulta médica, que o médico perguntou se tem alguém na família que tem (determinada doença), dissemos: “ela é adotada, a gente não conhece ninguém da família”.

É uma coisa tão natural pra gente e não precisamos estar propagando para todo mundo que as crianças são adotadas. Com naturalidade se alguém perguntar e dependendo das circunstâncias a gente age com naturalidade. Eles convivem bem com isso. (P5)

Os filhos manifestaram o desejo de conhecer a mãe biológica, mas não ocorreu o mesmo com o pai biológico:

J.P. (filho adotivo) teve até um período recentemente que ele estava questionando muito isso que queria conhecer a mãe, mas a impressão que tenho é como se fosse uma necessidade de voltar à origem, entendeu? “De onde é que eu vim?” Eu disse: “filho, se você quer realmente conhecer sua mãe, eu não posso garantir que a gente vá encontrar ela, eu não conheço, não sei se o juizado sabe onde ela está, mas se você quiser a gente vai começar a procurar”. Eu disse a ele que a primeira coisa que a gente vai fazer, e isso conversei com a A. (a esposa) também, que a gente vai na instituição onde ele ficou, que a origem dele digamos assim, as remotas que a gente tem são aquelas da instituição. Daí um dia ele voltou essa conversa em casa de noite, aí me deu aquele estalo e aí peguei o álbum de fotografia e comecei a mostrar a ele, de como foi que ele chegou: “essa foto é do dia que a gente foi te pegar no juizado”, e daí por diante, ele não falou mais nisso. Como se fosse uma curiosidade um desejo que foi satisfeito, ele conheceu dentro do possível essa origem dele.

Os dois quiseram saber da mãe mais do que do pai, eu não me lembro deles falando do pai biológico. Teve uma vez que eu estava com A. L. (filha) no quarto que ela uma vez, essas coisas de criança, ela disse “pai, você sabe que eu tenho outro pai?” Aí tomei aquele choque, aí eu disse “é filha, de fato você foi adotada, tem outro pai”. Aí ela fez “eu sei quem ele é” e eu falei “você sabe? Quem ele é?”, “É Deus”, mas ali nesse momento tem todo um contexto de teste nessa relação, mas eu entendi que ela estava digamos dizendo: “eu reconheço a sua paternidade, mesmo sabendo que tenho uma outra, porque essa outra também é a paternidade de Deus”. Ela era pequena, mas foi uma coisa que me surpreendeu, aos cinco, seis anos dela.

#### 4.5.5 A paternidade adotiva

Para Marcos, pai é aquele que ajuda o filho a crescer e tem uma afeição por ele:

Ser pai eu acho que é se realizar ajudando alguém a crescer, então ser pai pra mim é uma forma de [...] se perceber ajudando outra pessoa.

Eu acho quando existe uma expectativa, é a imagem que eu trago do que foi minha relação com o meu pai com minha mãe, mas eu acho que quando a gente se vê na situação, tem uma dimensão, que está muito além da expectativa mesmo que a gente faz, é porque agora eu posso olhar esse relacionamento da perspectiva que meu pai olhava. E que eu nunca tive essa expectativa, porque a gente vê da expectativa do filho. Mas por de traz de todos aqueles contextos desfavoráveis digamos, essa afeição desfaz aquilo tudo, acho que é uma dimensão que a gente só sabe experimentando. E o relacionamento que tenho com meu pai

não é assim aquela afeição, eu posso passar três, quatro dias sem ver meu pai, porque saio cedo, passo o dia fora, mas tenho consciência da afeição que ele tem por mim e por mais que a gente discorde que vai chegando uma hora a gente vai assumindo uma certa paternidade em relação aos pais também, meu pai já está velho para os moldes de hoje, já passou dos 70 anos [...]. (P5)

Com relação a que momento começou a se sentir pai dos filhos adotivos, Marcos informa:

Eu não sei se estou exagerando, mas mesmo antes da adoção no momento da decisão da adoção de alguma forma essa consciência, digamos assim, começa a ser despertada, a pensar de uma outra forma, a decidir, a ponderar, sei lá de uma outra maneira, tem um elemento a mais aí. (P5)

Marcos também menciona circunstâncias constrangedoras na interação com a sociedade em decorrência das diferenças dos pais adotivos com o filho em termos de etnia:

Então eu acho que tem circunstância um pouco constrangedora, graças a Deus eu nunca vivi nada grave em relação a isso não, mas é porque você vê as pessoas com mais um preconceito pela questão racial. Aconteceu uma vez que [...] J. (filho) estava brincando na mesa de um restaurante e o garçom achou que ele era um menino de rua e foi já para tirar ele dali. Pra gente foi chocante, porque já a pessoa é olhada da cor que ela tem, do aspecto que ela tem, infelizmente é uma realidade que está aí até hoje.

E uma questão é que ainda existem essas divisões na cabeça da gente, da cultura da gente, o negro de um lado e o menos negro de outro. Branco, branco realmente não temos. Essa é uma associação do negro com a falta de cultura, com as situações socioeconômicas precárias e essa história toda de escravidão e isso é uma coisa que a gente tem batalhado muito com J. P. (filho), ele tem que enfrentar pra que ele também, não cresça em uma postura ideológica em relação a isso, onde tudo é racismo, tudo é preconceito, quer dizer que tem coisas que é o normal do dia-a-dia e que não é uma expressão do racismo, mas uma diferença da vida e aqui tem toda a questão da negritude, claro que tem seu valor, tem sua razão de ser, mas eu acho que nada que é ideológico no sentido instrumentalizado, ajuda a pessoa a crescer como ser humano.

Pra mim é a coisa mais natural do mundo. (P5)

O participante reflete sobre o ideal de um casal de filhos e a respeito da paternidade tardia:

A. (a esposa) já até falou em adotar outro filho, eu resisti um pouco assim porque eu acho que é o momento, porque eu sou muito influenciado pela estrutura de família que eu tive, da mesma forma que

ela, essa coisa de um casal de filhos é exatamente aquilo que eu vivi com minha família é como se isso já me bastasse, mas não é uma coisa que está completamente descartada não, mas uma adoção agora não seria uma criança de 20 dias, a gente já teria que pensar em uma própria convivência com eles, deveria ser uma criança nessa faixa de idade de J. P., até 10 anos, não só para fazer companhia a ele, mas pra que a gente possa acompanhar melhor, a gente tem que pensar também nesse sentido.

A paternidade às vezes tão tardia eu acho que, no futuro, pode trazer até mais problemas, não sei até que ponto eu tenho energia ultimamente, para acompanhar o ritmo dele. Hoje eu com 47 anos como vou jogar bola de fato com um menino como se eu tivesse 27, 30 anos é diferente.

Minha sorte que a maioria dos jogos hoje são virtuais, no vídeo game eu posso jogar com ele, apesar de perder muito (risos). Mas pelo menos eu tento acompanhar ele. (P5)

Marcos também reflete sobre a adoção como sendo algo que beneficia os pais que querem os filhos e os filhos que querem os pais, desejam uma família. Nesse sentido, a adoção não é um gesto de caridade:

Eu não vejo a adoção como um serviço social, que é um bem para a criança, porque antes, quem precisa resolver um problema sou eu. No nosso caso, a impossibilidade de ter um filho é solucionado pela presença dessa criança, através da adoção. Eu não vejo tanto o bem que faço a ele, claro que existe isso, mas é também o bem que ele faz a cada um de nós, claro que se eu não tivesse adotado eles, eu que não seria pai. Então na verdade é ele que preenche digamos assim, um lado meu que diz: “eu tenho que fazer o bem a alguém” não, é um lado meu que diz assim de ser pai e eles realizam isso, [...] eu acho isso importante. Quando a adoção ou qualquer outro gesto de acolhida, dentro da gratuidade é muito fácil chegar a uma cobrança mesmo que velada, quando espera do outro algum tipo de retribuição, nem que seja através só de gratidão. Mesmo entre pais e filhos biológicos pode acontecer: pai achar que é ele que faz pelo filho e ele acha que o filho deve a ele uma gratidão ou algum tipo de retribuição, quando a liberdade está aí. (P5)

Segundo o participante, esse relacionamento sem cobranças no contexto da adoção foi aprendido na experiência religiosa do casal:

A religião ajudou e ajuda e muito principalmente dentro desse contexto de C.L. (do movimento católico que participa), G., P. (padres) e esses outros amigos, de C.L. que têm uma forma de olhar o ser humano que ajuda a gente a superar uma série de bobagens e distrações que a gente pode cometer se não olhar o ser humano como ele é. (P5)

Sintetizando a experiência de paternidade adotiva, Marcos diz: “eu entendo hoje, assim, é como se não sentisse muita falta dos filhos biológicos, depois de tê-los adotado. Hoje, eu não consigo me conceber sem eles [...]” (P5).

Espero que por essa conversa toda, tenha ficado claro que eu não me arrependo em nada da atitude que tomamos e tem sido uma coisa extremamente positiva, no sentido de que eu percebo que me realizo muito mais dentro dessa experiência. Porque se não tivesse essa experiência de paternidade eu viveria a minha humanidade como se fosse mais retraído. (P5)

#### 4.5.6 Rede de apoio

Com relação à família de origem e a entrada da criança adotiva:

Sem dúvidas a gente entendia que nós íamos adotar, mas eles iriam entrar na nossa família no sentido mais amplo de família. Os avós a gente comunicou, para minha mãe foi como uma surpresa, a questão da adoção, mas eu entendi como uma preocupação normal, não como uma resistência à adoção. Depois com a chegada da criança, aí qualquer receio ou resistência se desfaz, não tem como se sustentar diante da realidade em si. Acho que se cria muito mais um receio por algo que possa acontecer, mas, diante da realidade isso tudo cai por terra, não se sustenta.

No que diz respeito ao grupo de apoio à adoção:

Na verdade F. A. (grupo de apoio), nós conhecemos essa experiência depois do processo de adoção, aí chamou a atenção da gente. Encontrei na Itália o presidente da associação e ouvindo nossa experiência ele disse: “mas vocês já fazem a acolhida”. Assim, F. A. tem sido nada mais que um grupo de amigos que compartilha essa experiência de adoção e a gente vai se ajudando, enfrentando as situações que aparecem e até ter uma visão um pouco mais ampla, as facetas da adoção, tanto é que S. e outra colega adotaram crianças com mais idade, na época com nove ou 10 anos, já é uma experiência que eu não tenho.

Tanto eles buscaram apoio com a gente, quanto nós aprendemos com as experiências deles. Somos amigos antes dessa questão de adoção, então F. A. favorece também um contato mais amigável, a gente praticamente se encontra todo domingo na missa, eu acho hoje que F. A. tem mais caráter informal de convivência e amizade do que a formalidade de uma organização, etc.

É mais um acompanhamento da normalidade da vida, do que um esquema de curso de palestra ou de uma preparação, entendeu.

Eu acho que a gente vive assim fases, então por exemplo, eu estava conversando com A. (a esposa) que tem algum tempo que não vemos fulano, cicrano e que precisamos retomar esse relacionamento, então mesmo não havendo uma sistematicidade digamos de uma

organização de um protocolo que fixa reuniões e a gente pode relaxar um pouco com relação a isso, mas como na vida é normal, é aquela pessoa que passamos algum tempo sem ver, mas uma hora lembramos e aí reata o contato.

Então eu acho que isso é uma desvantagem que a gente pode ter uma continuidade desses encontros digamos assim, por uma razão ou por outra, mas por outro lado, temos muitos pontos positivos, uma vez que a vida é assim não é esquematizada, em algumas circunstâncias a gente está mais próximo de uns e em certos momentos ou seja, você está mais próximo de outras pessoas, isso não quer dizer que você não tenha mais contato com os amigos anteriores, então algumas pessoas que não são do movimento (católico) e que acompanhamos, de vez em quando ligamos.

F. A. também avançou na questão da adoção do ponto de origem, de agregação dessas famílias, foram praticamente eu, A. (esposa), A. e S. (casal de amigos) e daí outras pessoas foram adotando, fazendo essas experiências, mesmo não sendo pessoas assíduas do movimento, mas de uma certa maneira despertavam, esse interesse na gente, um referencial ao outro. E com o tempo essa experiência de acolhida foi se ampliando, então por exemplo a A. (outra amiga) com a filha com um problema teve uma acolhida também, não era uma adoção, mas uma acolhida intensa (da filha com doença crônica) que ajudava a gente também a viver nossa experiência de acolhida (P5).

Por fim, Marcos destaca que recebeu “acompanhamento e apoio principalmente dos amigos” (P5).

#### **4.5.7 Síntese do caso de Marcos**

Destacam-se os seguintes pontos no caso:

- (a) O casal adotou duas crianças pelo fato de estarem casados há oito anos e não terem conseguido engravidar (infertilidade);
- (b) Houve ansiedade pela busca da gravidez, mas a decisão pela adoção diminuiu tal ansiedade e uniu o casal;
- (c) A decisão pela adoção foi facilitada pela observação de casais amigos que adotam crianças e pelas orientações recebidas por dois padres;
- (d) Diante da infertilidade, a religiosidade influenciou a busca pela adoção e a rejeição pela alternativa da inseminação artificial;
- (e) Os critérios de escolha do filho adotivo estiveram presentes apenas na primeira adoção: criança novinha e fisicamente semelhante aos pais; também houve o desejo de ter um casal de filhos. Na segunda adoção houve uma abertura maior

- quanto às características da criança. O participante considera que, na primeira adoção, o casal deseja, de alguma forma, encontrar um filho adotivo com características semelhantes às que teria um suposto filho biológico;
- (f) Nos trâmites legais para adoção, o casal desejou fazer todo o percurso legal para não ter futuros problemas com advogados ou com os pais biológicos em decorrência, por exemplo, de chantagens. Assim, o percurso foi: a ida ao juizado; entrevista com equipe interdisciplinar: assistente social, psicólogo e juízes (para avaliação das condições do casal para acolher a criança, verificar critérios de escolha do filho adotivo e equipe interdisciplinar fornecer orientações); preenchimento de questionários; depois o casal passou a esperar o chamado do juizado para conhecer determinada criança e, assim, poder decidir sobre a adoção ou não; a fase seguinte foi a de visitas para crianças disponíveis; houve, ainda, um curso; os adotantes também recebem algumas informações sobre a história da criança até o momento da adoção e sobre a sua família biológica; também ocorreu visita domiciliar feita por profissional do serviço social antes e depois da adoção para verificar inicialmente se havia condições para a adoção e, depois, para acompanhar como a criança estava se adaptando à família adotiva;
  - (g) A primeira filha adotiva participou do processo de adoção do irmão;
  - (h) Logo após a adoção, a criança é submetida à consulta pediátrica e é realizada uma bateria de exames; por não ter grande conhecimento sobre a origem da criança, esta parece ser uma etapa que os pais adotivos dão grande importância e apresentam preocupações quanto aos resultados;
  - (i) O participante considera que os adotantes deveriam receber uma preparação maior por meio de pessoas que tiveram uma experiência positiva de adoção. Além disso, acha que as crianças, após a adoção, deveriam receber um acompanhamento.
  - (j) Houve, ainda, a sugestão de apadrinhamento, no qual famílias interessadas pela criança, mas não no sentido de adotá-la, poderiam visitá-la e passar finais de semana com ela. Assim, quando atingissem a maior idade, ao terem que sair dos abrigos, tais pessoas teriam as referidas famílias como referência, não ficando tão isoladas no mundo;

- (k) O participante e outros voluntários montaram e ministraram cursos sobre adoção direcionados para pessoas que queriam adotar ou já tinham adotado crianças e também para estudantes de Psicologia e Serviço Social;
- (l) Houve reconhecimento do menino e da menina como filhos desde o primeiro encontro;
- (m) Com a chegada dos filhos adotivos, também o relacionamento conjugal mudou, tiveram que se unir mais em decorrência da necessidade de reorganizar a rotina de forma a incluir o cuidado deles;
- (n) O pai mostra-se envolvido com ambos os filhos, no entanto, compartilha mais atividades com o filho e também se identifica mais com ele. Com a filha realiza atividades complementares (por exemplo, compra ingredientes para ela cozinhar, já que ela gosta desta atividade) e a considera mais parecida com a mãe em termos de temperamento;
- (o) Os pais adotivos revelaram para os filhos que eram adotivos desde bem pequenos, utilizando, por exemplo, o recurso de contar histórias e utilizar a metáfora de nascer do coração;
- (p) Os filhos manifestaram o desejo de conhecer a mãe biológica, mas o mesmo não ocorreu com o pai biológico; houve o desejo de conhecer a origem em decorrência do vazio pela origem;
- (q) Na concepção do participante, o pai ajuda o filho a crescer e tem uma afeição por ele. Com relação às gerações, em decorrência de o pai do participante estar ficando mais velho, Marcos sente-se um pouco pai dele também, havendo uma lealdade geracional;
- (r) O participante informa que atualmente não se ressentir por não ter tido filhos biológicos, pois não se concebe sem a presença dos filhos biológicos;
- (s) O momento de decisão pela adoção, além de ter unido o casal, fez com que ele se sentisse pai a partir de então, alegando que algo mudou em sua consciência, em sua postura frente a realidade;
- (t) Houve momentos de constrangimento na relação com a sociedade em decorrência de o filho mais novo ser negro e os pais biológicos serem mais claros;

- (u) A adoção não é um gesto de caridade por parte dos pais adotivos, e sim uma necessidade de ambos os lados, pois os pais desejam os filhos e os filhos querem ter pais, formando, assim, uma família;
- (v) Inicialmente houve resistência por parte da família extensa com relação à adoção. No entanto, tal resistência foi desfeita com a chegada da criança e o envolvimento com ela;
- (w) O participante montou com outros casais um grupo de apoio. Em tal grupo as pessoas compartilham uma amizade e as dificuldades que vão sendo encontradas no relacionamento com os filhos adotivos ou nas circunstâncias que envolvem a adoção;
- (x) Nesse sentido, é relevante que o casal não viva sozinho e sim que compartilhe com outras famílias as suas experiências relativas à adoção, podendo fortalecê-las de modo a favorecerem o desenvolvimento das crianças adotadas.

#### 4.6 DISCUSSÃO GERAL DOS CASOS À LUZ DA LITERATURA

##### 4.6.1 Motivos que levaram a família a decidir sobre a adoção

Diversos foram os motivos apresentados pelos participantes que fundamentam a decisão para a adoção de uma ou mais crianças. Além disso, foi comum que os pais adotivos elencassem a existência de mais de uma motivação para a adoção.

Uma das explicações para a adoção foi a realização de vasectomia durante o primeiro casamento, após a vinda dos filhos biológicos e, posteriormente, ocorrer uma segunda união e a esposa ser mais jovem do que o participante e não ter filho biológico, o que ocorreu com Paulo e José. Ao estudar consequências da vasectomia entrevistando 202 homens em Campinas, os autores Marchi, Alvarenga, Osis, Godoy e Guimarães (2011) destacam que oito deles se arrependeram do procedimento e um fez a cirurgia de reversão da vasectomia pelo mesmo motivo que os participantes da presente dissertação, ou seja, pelo fato de ter uma segunda companheira e querer ter filhos com ela.

Outro motivo para a adoção foi o fato de o participante José ser filho adotivo, o que o estimulou a adotar crianças, no sentido de retribuir o que havia recebido. Constatou-se que a adoção atual é fruto de uma vivência significativa para o adotante, vindo a convergir com os estudos de Mauss (2001), para o qual a dádiva, regida pela tríplice dar-receber-retribuir, articula conteúdos da alma do donatário e do receptor que, diferente da lógica mercantil que se esgota no ato do pagamento da mercadoria, cria um vínculo que se prolonga no tempo e une as pessoas. Conforme Engelmann e Petrini (2013), as relações dádivas são benéficas no âmbito familiar, ao lado do sacrifício de si mesmo em prol do outro e do tempo dispendido para a escuta e cuidado para com cada membro familiar. Assim, são fundamentais para o desenvolvimento dos filhos, conferindo o sentimento de pertença e contribuindo para a construção de vínculos significativos no seio familiar.

Também apareceu a questão da adoção como um sentido da vida, como no caso de Pedro, em que sua esposa desejou adotar uma criança mesmo tendo filhos biológicos e ele concordou. O desejo pela adoção também estava presente em Tiago e sua esposa antes mesmo de se casarem. A importância do sentido da vida foi estudada por Frankl (2008), sendo que, para ele, a família tem um destaque relevante dentre os sentidos de vida das pessoas. Segundo o autor, tendo um sentido para a sua existência, a pessoa é capaz de superar inclusive as grandes adversidades. No caso de Pedro, as dificuldades que apresenta com o cuidado e a educação do filho adotivo são mais facilmente superadas diante do sentido que a criança tem para a vida do casal.

Apareceu, além disso, como motivo para a adoção, o fato de o filho biológico ter doença/deficiência transmitida geneticamente e, assim, se os participantes tivessem outros filhos biológicos, eles poderiam ter a mesma condição que os irmãos. Nesta situação encontra-se o Tiago, cuja filha tinha doença neurodegenerativa. Este também foi um dos motivos apresentados por José cujo filho tinha falecido por ter anemia falciforme.

Os dados divulgados pelo Censo Demográfico (IBGE, 2010) demonstram que 45.606.048, ou seja, 23% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Conforme Prado (2004) famílias de portadores de deficiência enfrentam barreiras

maiores que outras famílias. A aceitação de que um dos membros da família requer atendimento especial vai depender da história particular de cada família, dos seus preconceitos, valores e crenças.

A dificuldade de engravidar foi outra justificativa para a adoção, como ocorreu no caso de Marcos e da esposa, em que ambos tinham esterilidade, e também o que ocorreu com relação à esposa de José, pois ela tinha mioma, além de outros problemas de saúde. Ladvocat (2014) ressalta que a infertilidade é um dos fatores que interrompe o sonho do filho com traços hereditários e impede a renovação natural das futuras gerações. Começa a difícil fase do luto pelo filho almejado, essa perda é vivida por cada membro de

acordo com a sua subjetividade. A infertilidade gera fantasias na mulher como vazio gerado em seu ventre e no homem a castração ameaçando sua potência. Dessa forma, a autora afirma que a adoção pode ser considerada para os pais a chance de exercer a paternidade.

Houve, ainda, a opção pela adoção ao invés da inseminação artificial que foi motivada por questões religiosas, o que apareceu nos casos de José e de Marcos. Tal motivação foi encontrada em Tiago, só que no caso dele e da esposa a opção seria a de ser feita seleção embrionária para evitar que o próximo filho tivesse a doença genética apresentada pela irmã. Segundo Souza (2004), a espiritualidade tem um papel relevante quando a família enfrenta situações de dificuldade, além do apego às pessoas que estão próximas, o apego à crença espiritual auxilia o indivíduo a ter esperança de uma perspectiva de futuro.

#### **4.6.2 O processo de decisão pela adoção na perspectiva paterna**

O processo de decisão para a adoção está atrelado aos motivos que levam o casal a optar por ter um(a) filho(a) adotivo(a).

Com base nas diversas motivações apresentadas anteriormente, os participantes e suas esposas dialogavam sobre o desejo de terem o(a) primeiro(a) filho(a) ou outros filhos e, de comum acordo, chegaram à conclusão de que adotariam uma ou mais crianças. Foi corriqueira a ansiedade pela busca da gravidez, mas a decisão pela adoção diminuiu tal ansiedade e uniu os casais.

Segundo Lopes e Petrini (2008), a comunicação entre o casal é fundamental para a constituição da família. É por meio do diálogo que os casais podem expressar seus sentimentos, ideias, criar laços e se desenvolver.

A realidade do mundo do casal é alicerçada por meio do diálogo, quando duas pessoas estranhas se deparam com suas histórias individuais elas redefinem suas vidas, reconstruindo a realidade do seu passado e construindo um presente (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Segundo Bauman (2004, p. 31), “o fracasso no relacionamento é muito frequentemente um fracasso na comunicação.”

Para o autor, o medo, a preguiça ou uma acomodação na relação na tentativa de agradar um ao outro consiste em uma fuga do problema. Petrini e Dias (2013) destacam que é na família onde cada membro encontra seu espaço de convivência humana, é nela que a criança experimenta a acolhida e o amor gratuito. Assim, é importante destacar que é essencial o casal se perguntar sobre as razões de adotar para que possa refletir e levar adiante o processo de filiação na adoção. (LEVINZON, 2004).

No entanto, no caso de Paulo, a primeira adoção foi motivada para manter o casamento, pois o casal apresentava dificuldades no relacionamento conjugal. Além disso, a criança foi levada para a casa da família sem a anuência do pai. Tal situação, além de não ajudar na aproximação do casal, dificultou o relacionamento do pai com a criança em decorrência da separação conjugal, havendo distanciamento no envolvimento entre eles.

Levinzon (2004, p. 30) destaca que

[...] é a partir do desempenho da relação parental que se organiza a experiência da criança e a qualidade do seu vínculo. [...] como em qualquer relação entre pais e filhos, se os pais adotivos vivem a adoção de forma perturbada, isso poderá resultar em um efeito prejudicial no filho.

Com relação às dificuldades conjugais, um filho não soluciona problemas enfrentados pelo casal, a literatura expressa que uma nova etapa na família “[...] começa com o aumento de um novo membro e esse acontecimento dispara mudanças na rotina dos cônjuges. [...] modificações nas responsabilidades e competências dos adultos provedores da sobrevivência e cuidado com a criança.” (VICENTE, 2004,

p.43). A constituição e conservação do casamento na sociedade contemporânea recebem as influências individuais do casal, “[...] os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles.” (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Cabe destacar que a decisão pela adoção e o posterior acompanhamento da família que adota requer uma rede de apoio.

A rede de apoio encontrada pelos participantes é constituída inicialmente pela a família de origem dos pretendentes à adoção que, comumente no início, é resistente à adoção, mas depois, com a convivência com a criança, envolve-se com ela. Hamad (2002) afirma que o lugar que os avós adotivos ocupam é muito importante, por apoiar seus filhos na adoção. Eles introduzem a criança adotada no ciclo geracional, assim, os adotantes não se sentem só com a hereditariedade familiar. Nesse sentido, Azevedo e Rabinovich (2012), ressaltam a importância das avós com a chegada do primeiro neto, sendo que em casos de drama familiar, os avós têm um importante papel, apoiando tanto os netos como também os filhos.

Enfim, quando uma criança é incorporada numa família, é necessário que os tios, primos, avós, irmãos (caso haja) aceitem o novo membro e entendam que a adoção é um ato definitivo e vitalício. (SOUZA; MIRANDA, 2009).

Os grupos de apoio também são relevantes, mas poderiam ser mais atuantes. Para Weber e Pereira (2012), os grupos de apoio à adoção são importantes para os *adotantes nas informações e orientações sobre a paternidade e maternidade adotiva*.

Outra rede de apoio fundamental refere-se aos amigos dos adotantes. É necessário o acompanhamento da família no processo de adoção, nesse sentido, “[...] a amizade permite que a família acolhendo uma criança que não é sua, viva uma experiência positiva porque aprende um olhar mais humano [...], quem acolhe uma criança deve acolher toda a sua realidade.” (GIUSSANI, 2006, p. 162-163).

Nesse sentido, é relevante que o casal não viva sozinho o processo de adoção e sim que compartilhe com outras famílias as suas experiências. Assim, o casal pode ficar mais fortalecido, o que repercutirá positivamente no desenvolvimento das crianças adotadas.

#### 4.6.3 Critérios utilizados para a escolha da criança adotiva

Vários foram os critérios utilizados para a escolha da criança adotiva. O primeiro deles foi o de ser parecida com os pais adotivos (ser branca ou não ser negra), como o foram os casos de Paulo e Marcos. Tiago não explicita diretamente tal critério, mas destaca esse elemento durante a entrevista. Os entrevistados justificam tal parâmetro afirmando que essa medida evitaria constrangimentos ou discriminação por parte da sociedade. Porém, na segunda adoção realizada por Marcos, houve uma abertura maior quanto às características da criança. O participante considera que, na primeira adoção, o casal deseja, de alguma forma, encontrar um filho adotivo com características semelhantes às que teria um suposto filho biológico.

Outros critérios foram: (a) ser menina, característica destacada por Paulo e Tiago; (b) ser bebê ou ainda bem pequeno (aspecto apontado por Paulo, José, Pedro e Marcos) visando que o casal vivencie a parentalidade em todas as etapas do ciclo vital dos filhos ou justificando que, assim, a criança teria idade mais próxima à dos outros filhos biológicos; (c) ser saudável foi um elemento apontado por Paulo e José, mas todos participantes, de algum modo, referem que logo que adotaram suas crianças as levaram para consulta pediátrica e fizeram uma bateria de exames. Assim, esta é uma preocupação de todos eles; (d) ter um casal de filhos, sendo que este aspecto foi apontado por José, Pedro e Marcos. O motivo foi o de ter a experiência de parentalidade com crianças de ambos os sexos. No caso de Pedro, especificamente, o critério foi o de ser um menino, pois o casal tinha duas filhas e um filho biológicos e, com a vinda de outro menino equilibraria a distribuição entre os dois sexos, ficando duas meninas e dois meninos.

Pereira e Weber (2012) destacam que os adotantes têm preferência por crianças brancas, pelo fato de que a maioria dos pretendentes seja de tal etnia. Se a criança apresenta a cor da pele próxima a um dos pais adotivos existe a possibilidade de aparentar para a sociedade uma paternidade biológica, o que também foi encontrado no presente estudo de mestrado. As autoras

constataram também que há leve preferência pelas meninas (PEREIRA; WEBER, 2012).

Estudo realizado por Weber (2004) com pais adotivos em diversos contextos brasileiros revela que a maioria deles não adotaria crianças com algum tipo de deficiência física ou mental. A autora informa, ainda, que a maioria absoluta das crianças adotadas tinha a saúde perfeita no momento da adoção.

#### **4.6.4 Avaliação do pai sobre os trâmites legais percorridos no processo**

Os trâmites para a adoção foram influenciados por diferentes circunstâncias. Constatou-se que, quem desejava uma adoção mais rápida buscava adotar crianças em cidades do interior do Estado da Bahia, pois nessas localidades há mais ocorrência de adoções prontas. Por outro lado, como foi o caso de Marcos, que receava por chantagens por parte da família biológica ou mesmo de advogados, a opção foi por seguir rigorosamente os trâmites legais para a adoção.

Estudo realizado por Mariano e Rossetti-Ferreira (2008) teve como objetivo caracterizar as crianças, suas famílias adotantes e biológicas, envolvidas em processos de adoção em Ribeirão Preto - SP, de 1991 a 2000. As autoras analisaram cento e dez processos judiciais e identificaram que há uma incidência das “adoções prontas”, que “[...] são aquelas que os adotantes requerem na Justiça a adoção de uma criança cujos pais e/ou mediadores as entregam a um casal ou pessoa solteira, separada ou viúva.” Esses adotantes que já cuidam desse filho procuram a Vara da Infância e Juventude com o desejo de legitimar a situação adotiva. Os resultados adquiridos foram que na modalidade de adoção, 72,7% são de modalidades “prontas”, em relação aos adotantes há características semelhantes entre os requerentes em diversas modalidades da adoção: a maioria é casada ou em união estável. Com relação às adoções prontas, os adotantes possuíam mais de 10 anos de vida em comum (70%) e os adotantes cadastrados tinham entre quatro e nove anos de união (50%).

Por outro lado, Weber (2010) realizou uma pesquisa em 105 cidades de 17 Estados do Brasil, descrevendo a situação das famílias adotivas no País, e identificou que 43% dos participantes residiam no sul e sudeste. O cruzamento de dados do

estudo entre a “natureza da adoção” e a “maneira como a criança chegou até os adotantes” apontou que 83,3%, maioria absoluta dos adotantes, fizeram adoção legal e afirmaram que tiveram acesso à criança por meio de uma instituição (73,1%), ou de um hospital (10,3%). O estudo constatou que houve adoções legais de crianças que foram deixadas na porta de casa dos adotantes ou entregues pelas mães biológicas ou por mediadores. Essas adoções são conhecidas como “adoções prontas”.

O percurso legal foi descrito detalhadamente por um dos participantes (Marcos), do seguinte modo: a ida ao juizado; entrevista com equipe interdisciplinar: assistente social, psicólogo e juízes (para avaliação das condições do casal para acolher a criança, verificar critérios de escolha do filho adotivo e equipe interdisciplinar fornecer orientações); preenchimento de questionários; depois o casal passou a esperar o chamado do juizado para conhecer determinada criança e, assim, poder decidir sobre a adoção ou não; a fase seguinte foi a de visitas para crianças disponíveis; houve, ainda, um curso; os adotantes também recebem algumas informações sobre a história da criança até o momento da adoção e sobre a sua família biológica; também ocorreu visita domiciliar feita por profissional do serviço social antes e depois da adoção para verificar inicialmente se havia condições para a adoção e, depois, para acompanhar como a criança estava se adaptando à família adotiva. Logo após a adoção, a criança é submetida a consulta pediátrica e é realizada uma bateria de exames; por não ter grande conhecimento sobre a origem da criança, esta parece ser uma etapa que os pais adotivos dão grande importância e apresentam preocupações quanto aos resultados.

Os pais adotantes enfrentam longos períodos de espera, entre a decisão da adoção de uma criança e o momento efetivo da entrega. Ocorre que esse processo é acompanhado com muita ansiedade, emoção e frustração. Para Levinzon (2004), esta é uma questão bastante complexa, pois os longos entraves burocráticos geram situações extremamente penosas para os pais adotivos e também para os adotados, pois quando os pais recebem a criança, diversas coisas já aconteceram na vida dela.

Uma questão relevante foi a profissão dos participantes que, como no caso de Tiago, facilitou em termos de conhecimento sobre adoção ou com relação ao acesso a pessoas que entregam os filhos para adoção, como no caso de profissionais que trabalham em hospitais, como Paulo e sua esposa.

Houve, ainda, o destaque a aspectos favoráveis ao Cadastro Nacional, pois facilita o acesso a crianças com o perfil desejado. Por outro lado, existiram críticas a tal cadastro no sentido de que apenas famílias possuidoras de mais recursos financeiros poderiam arcar com os gastos relativos às viagens necessárias para visitar a criança disponível para adoção ou mesmo buscá-la.

Outro aspecto que os participantes consideraram negativo foi com relação à demora na emissão da certidão de nascimento do filho biológico com os dados dos pais adotivos. Tal fato gera dificuldades com relação à inclusão da criança adotiva no plano de saúde dos pais e também à matrícula na escola, além de gerar constrangimentos.

Também foi questionada pelos participantes a questão de pessoas famosas, por exemplo artistas, terem “privilégios” na adoção. Por fim, alguns pais consideram que os pretendentes à adoção poderiam ser mais bem preparados para acolher as crianças adotivas por meio de cursos de formação. Além disso, avaliam que as crianças precisariam ser mais bem acompanhadas após a adoção por profissionais do juizado da infância e juventude.

Um aspecto positivo levantado pelos pais foi o da atuação da equipe interdisciplinar que conta principalmente com profissionais do Direito, do Serviço Social e da Psicologia. No entanto, alguns limites como a falta de transporte dificultam, por exemplo, um maior número de visitas domiciliares. Segundo Cassin e Jacquemin (2001), os profissionais que atuam no processo de adoção são considerados agentes transformadores em potencial, pois suas intervenções propiciam atitudes e ações mais positivas com relação à adoção e à própria família.

Houve, ainda, a sugestão de apadrinhamento, no qual famílias interessadas pela criança, mas não no sentido de adotá-la, poderiam visitá-la e passar finais de semana com ela. Assim, quando atingissem a maior idade, ao terem que sair das instituições de acolhimento, essas pessoas teriam tais famílias como referência, não ficando tão isoladas no mundo.

#### 4.6.5 A paternidade adotiva

Nos casos estudados, a paternidade adotiva mostra-se bastante positiva, sendo que, no geral, consideram-se ótimos pais. Para Tiago, representa a plenitude da felicidade e a realização de um sonho. Para quem também tem filho biológico, não há distinção entre estes e os adotivos, inclusive amam-lhes igualmente.

As famílias adotivas são análogas às famílias biológicas em diversas características, elas possuem como base elos universais que unem pais e filhos. Os pais adotivos assumem responsabilidades com seus filhos, investem amor, afeto, cuidados que as tornam parte integral da família. (LEVINSON, 2004). Segundo a autora, há algumas diferenças que constituem o universo da adoção, a criança chega nessa família por um trajeto diverso do usual, ainda há a crença social de que os melhores pais para uma criança são os biológicos e os pais adotivos têm que provar que estão capacitados para serem bons pais (quando a adoção ocorre por meios legais).

Marcos informa que atualmente não se ressentia por não ter tido filhos biológicos, pois não se concebe sem a presença dos filhos biológicos. Além disso, ressalta que se sentiu pai desde o momento da decisão pela adoção, alegando que algo mudou em sua consciência, em sua postura frente a realidade.

Para Weber (2011), a parentalidade por adoção possui a mesma verdade, força e essência da parentalidade genética. A adoção não é uma “imitação da biologia”, a família adotiva possui atributos especiais que tem que ser assumidos e não há como ser negados. Weber (2011, p. 40) ressalta que “o período de espera é uma fase de transição para a parentalidade, na qual as pessoas ainda não são pais, mas também não são ‘pais em espera’ como ocorre na gravidez”.

Outro aspecto relevante é o fato de os participantes identificarem ou terem receio de preconceito por parte da sociedade por conta da adoção. Cabe destacar que três pais já contaram para suas crianças que eram filhas adotivas, mas dois casos apresentam dificuldades para comunicar tal fato a seus filhos.

Nesse sentido, Weber (2004) relata que os pais procuram proteger seus filhos e a si próprios ocultando da sociedade que têm filhos adotivos. Não é possível ocultar

esse segredo familiar por muito tempo, um dia a criança descobre o que esteve guardado por toda sua vida. Para a autora, a criança tem o direito de saber a verdade sobre sua origem, assim, sugere que a conversa com a criança sobre a adoção deve ocorrer de modo simples, carinhoso e sem grandes complicações.

Enquanto alguns pais adotivos lidam com tranquilidade, outros temem contar a verdade sobre sua origem. Há pais que contam histórias de fadas, de anjos que foram enviados por Deus para entregar o filho, de príncipes e princesas, outros adotam um cão, peixes para introduzir o tema da adoção. (CASANOVA, 2014). Segundo Levinzon (2004), pais e filhos devem ter uma relação saudável e honesta. Se não houver honestidade, a trama familiar terá como bases premissas falsas, o que influencia o desenvolvimento da criança. A autora comenta, ainda, que se o adotado descobrir sua adoção no final da adolescência ou na idade adulta possivelmente se sentirá traído, o que trará muita dor, além de haver a probabilidade de a criança saber por outras pessoas sobre sua origem de modo inadequado. Nesse sentido, é relevante que os pais contem para os filhos sobre a sua condição de adotado, o mais cedo possível.

A adoção não é um gesto de caridade por parte dos pais adotivos, e sim uma necessidade de ambos os lados, pois os pais desejam os filhos e os filhos querem ter pais, formando, assim, uma família. Nesse sentido, deve-se considerar a realidade familiar como um todo.

Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) destacam que surge no Brasil uma nova cultura de adoção, a qual está baseada no melhor interesse da criança e que se deve buscar uma família para a criança ao invés de uma criança para a família.

No entanto, é necessário dar mais um passo no sentido de reconhecer que ambos são necessários: uma criança para os pais e pais para uma criança.

Outro aspecto relevante é a curiosidade das crianças no sentido de desejarem conhecer suas mães. No entanto, tal situação apresenta-se bastante desconfortável para os pais biológicos.

Conforme Weber (2004), os pais adotivos têm receio de conhecer ou de encontrar com a família de origem, temem perder seu filho para a “família de sangue”. Estudo realizado por Pereira e Weber (2012) com 50 pais adotivos destacou que seus

filhos não foram discriminados por serem adotados. Entretanto, as autoras ressaltam que embora a maioria dos participantes tenha comentado sobre a adoção na escola, muitas famílias prezam pela discrição e sigilo das pessoas que conhecem a trajetória do seu filho, o que pode contribuir para que não ocorram as situações de discriminação no ambiente escolar. Para as autoras, a adoção ainda é vista como negativa para algumas pessoas e as crianças reproduzem essas ideias. O preconceito é a ideia que as pessoas acreditam estar fora dos padrões sociais, há preconceitos até pelos próprios pretendentes a adoção. Cabe destacar que “[...] a família adotiva é legítima, mas a curiosidade social busca ferir se a paternidade realmente existe, procurando encontrar semelhanças entre os pais.” (SOUZA; CASANOVA, 2014).

#### **4.6.6 O envolvimento paterno com o filho adotivo**

Este tópico apresenta as formas de envolvimento do pai com a vida dos(as) seus/suas filhos(as) adotivos(as). Para a análise recorreu-se ao modelo tripartido de envolvimento paterno: interação, acessibilidade e responsabilidade proposto por Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985) e explicitado na revisão de literatura.

O primeiro envolvimento do pai com seu filho(a) diz respeito à interação direta do pai com sua criança, nos cuidados e atividades partilhadas, tais como: conversar, ler uma história, jogar bola, entre outras.

Todos os participantes (Paulo, José, Pedro, Tiago e Marcos) encontram-se envolvidos com a criança nessa forma de interação direta. Todos os pais participantes do estudo consideram que interagem bastante com seus filhos adotivos, como pode ser percebido nos seguintes relatos:

Paulo relata que com o primeiro filho adotivo nos primeiros meses de vida do menino, ele dava banho, trocava de roupa, fraldas, dava mamadeira e levantava de noite para acolhê-lo quando chorava. Atualmente Paulo abraça, passeia e tem mais intimidade com o menino. Tal participante teve dificuldades de interagir com o referido filho logo após a separação conjugal.

Com relação à interação com a segunda filha adotiva, Paulo comenta que nos primeiros tempos da criança em casa ele a colocava para dormir, trocava fralda, dava banho, mamadeira, comida, colocava para arrotar, “fazia de tudo”. Como a esposa

teve pouco tempo de licença maternidade (um mês) nos dias que ela dava plantão, Paulo cuidava sozinho do bebê à noite, brincava e colocava para dormir.

Atualmente a filha está com 10 anos, Paulo conta muitas histórias e canta para ela. Acompanha a filha nas tarefas da escola, conversa e comemora o aniversário.

José relata que registrou por meio de fotos seu primeiro encontro com o filho no abrigo, deu o primeiro banho, dava mamadeira, trocava fraldas, dava comida, levava para passear, levantava de madrugada para dar mamadeira. O pai comenta que deu apoio/suporte para a mãe que não tinha experiência anterior de maternidade e ele já tinha outros filhos biológicos.

O participante explica que ajudou mais com o filho, pois a filha adotiva aceitava a mamadeira e a água apenas quando dadas pela mãe. Que a menina prefere a mãe na hora de dormir e para mamar à noite, mas mesmo assim, atualmente ele a acalma quando chora, fica com ela no tapete, assiste televisão, brinca, mostra os cachorros e troca as fraldas. Cabe destacar, no entanto, o papel do pai como suporte ou co-cuidadores sendo a mãe a principal cuidadora da criança, dado também encontrado por autores como Silva e Piccinini (2003), Moreira, Carvalho, Almeida e Oiwa (2012) e Marinelli (2004).

Hoje em dia com o filho (mais velho), José leva o menino para passear, faz cosquinhas, assiste jogos de futebol com ele, ambos torcem pelo mesmo time, vão à piscina, jogam bola, o pai dá banho na criança e a ajuda a escolher as roupas que vai usar. Além disso, arruma o quarto junto com o filho e o ajuda a resolver problemas.

Já Pedro relata que quando o filho adotivo foi morar com a família, o menino apresentava-se arredio à figura masculina, o participante tentava se aproximar dele envolvendo-o em brincadeiras juntamente com os outros filhos biológicos. Brincava, assistia televisão, lia história para a criança e levava-a ao médico.

No envolvimento paterno atual com o filho, Pedro afirma ser carinhoso e há momentos em que é mais rigoroso. O pai passa o uniforme, acorda o filho e o apressa para se aprontar e ir à escola, transporta-o para a escola e para o reforço escolar. Na hora do almoço faz o prato dele e às vezes o participante sacrifica o próprio almoço na correria de buscar o filho na escola.

É interessante destacar que para Tiago, ao encontrar a filha adotiva pela primeira vez, já a reconheceu como filha. Quando a criança foi morar com a família, o

pai relata que diante qualquer choro dela ele se levantava para atendê-la. Informa, ainda, que até hoje levanta no meio da noite para verificar se as filhas estão bem.

O participante fotografa a criança desde seus primeiros dias de vida e é ele que organiza o álbum de fotos da criança.

Tiago revela que canta para as suas duas meninas, que leva a filha adotiva para a natação, conversam, cantam dentro do carro a caminho da escola, lê história e destaca que considera a filha inteligente e a elogia. Manifesta afeto pela filha o tempo todo, beija muito e fala que a ama sempre.

Por fim, Marcos demonstra interação com os filhos adotivos desde o primeiro encontro, declara que nunca foi um pai de trocar fraldas, não considerava tal atividade como obrigação dele (pela formação que teve), alega ser coisa de mãe, no entanto, ficava na retaguarda, sendo que diante de qualquer problema a esposa podia chamá-lo, mas ele ia dormir.

O participante relata que partilha as coisas do dia-a-dia, conversa com os filhos, transporta as crianças. Às vezes leva o filho para o trabalho (quando ele quer ir), acompanha o filho em atividades esportivas, brinca mais com o filho do que com a filha, justificando que é pelo fato de ele ser menino, pelo tipo de brincadeira e pela maior identificação.

Tal pai tem um relacionamento amigável com os filhos, aponta que as atividades que fazem juntos são uma distração para ambos. Assinala que com a filha realiza atividades complementares, por exemplo, ela gosta de cozinhar e ele de comer, ela faz coisas para agradá-lo e ele compra os ingredientes necessários para as receitas. O sexo da criança pode influenciar a forma de comportamento dos pais, reforçam a ideia de que os pais se envolvem mais com os meninos do que com as meninas. Os pais assumem maiores responsabilidades e estabilidade ao longo do tempo no grau de envolvimento com os meninos comparando seu envolvimento com as meninas. (PLECK, 1997; LAMB, 2000; LIMA, 2008).

Marcos confirma que a mãe é que acompanha as tarefas escolares da filha, mas ele sempre conversa sobre as notas e procura saber como ela vai na escola. No entanto, às vezes faz a tarefa escolar com o filho.

Com relação à participação dos entrevistados nas atividades de lazer/convivência (brincar, cantar, contar histórias e passear) junto com seus filhos

(as), observa-se que o envolvimento do pai adotivo é intenso. A respeito da interação, os pais Paulo, José, Pedro, Tiago realizam várias atividades diretas com seus filhos, como cuidar, passear, conversar, assistir televisão juntos, brincar com seus filhos.

Marcos nos primeiros tempos dos filhos em casa não gostava de realizar atividades diretas de higiene com as crianças, mas fazia em último caso.

Estudo realizado Moreira, Carvalho, Almeida e Oiwa (2012) ressalta que a participação do pai é destacada muitas vezes, nas atividades em alguns casos que a mãe tem menos participação, como brincar, passear e outras. O “novo pai” entra muito cedo na vida dos seus filhos, ele está mais envolvido nos cuidados diários, físicos, tendo maior participação na vida afetiva, familiar e expressando melhor seus sentimentos. (LAMB, 2000; SILVA; PICCININI, 2003). Percebe-se que por meio desse estudo os pais demonstraram bastante participação nos cuidados e nas atividades relacionadas com seus filhos(as), desde o momento que os conheceram. Esse resultado reforça a tendência ressaltada, por alguns autores, de que os pais estão mais envolvidos e participativos na vida dos seus filhos(as) atualmente do que os seus predecessores. (LEWIS; DESSEN, 1999; PARKE, 1996; HENN; PICCININI, 2007).

Os pais com alto nível de escolaridade, em geral possuem um envolvimento maior com seus filhos, pais com maior formação cooperam mais nos cuidados didáticos, são mais afetivos e participam mais de atividades sociais com seus filhos. Vale ressaltar que as características do emprego das mães exercem influência no envolvimento do pai com os filhos. (SOUZA, BENETTI, 2008; SILVA, PICCININI, 2003)

Segundo Souza e Benetti (2008), de um modo geral nas famílias em que as mães trabalham fora, os pais encontram-se mais envolvidos com seus filhos. No caso de Paulo, o pai ressalta a confiança da segunda esposa pelo fato de ter deixado a filha pequena sob os seus cuidados, enquanto ela estava no plantão.

Paulo comenta que não era acessível ao primeiro filho adotivo, fatores como a separação conjugal e a paralisia cerebral, descoberta aos sete meses de vida do primeiro filho adotivo, dificultaram a comunicação entre eles. Atualmente Paulo abraça, passeia e tem mais intimidade com o menino. Com a filha adotiva, o pai considera ser muito disponível para a menina, de dia e de noite.

José preocupa-se com ambos os filhos, que eles não sofram, considera as especificidades de cada um, frequenta constantemente a escola do filho, participa da oração, e das festinhas dos dias dos pais.

Pedro tem a preocupação de orientar o filho adotivo a não mentir, ser responsável, organizado, a preocupar-se com o próximo, ser cuidadoso com os materiais escolares. Confessa que quando está cansado tem menos paciência para orientar o filho quanto à organização do material escolar e o repreende verbalmente. O pai providencia tratamento por conta do déficit de atenção do menino.

Já Tiago relata que é disponível para as filhas, apesar de todo corre-corre, mas sempre tem todo tempo do mundo para elas. Tiago é um pai muito emotivo e envolvido com as duas filhas. Ele não gosta de ser chamado de pai adotivo, justificando que simplesmente é pai. O participante comenta com muita emoção entre lágrimas que está sempre disponível para as meninas, que a filha sempre o solicita para ir ao banheiro, por exemplo.

Marcos sempre teve a preocupação de ir a consultas médicas dos filhos, depois com o passar do tempo a preocupação mudou, passou a ser com relação à escolarização deles, onde estudariam. O participante ajuda a programar as comemorações dos aniversários dos filhos.

A responsabilidade diz respeito à participação do pai nas decisões da vida dos(as) filhos(as), como também as preocupações com a sua criança e as necessidades dela. A responsabilidade apresenta maior dificuldade de definição e quantificação (LAMB, 1987; 1992; PARKE, 2002).

Nesse sentido, Lamb (1987, 1992) destaca que o tempo em que o pai está envolvido em termos de responsabilidade, como preocupando-se e planejando coisas para o filho, nem sempre é perceptível, pois pode acontecer mesmo quando o pai está realizando outras atividades. No entanto, mesmo sendo mais difícil de ser observável, a responsabilidade é uma importante forma de envolvimento paterno.

Paulo comenta que em relação ao primeiro filho adotivo se sente responsável por sustenta-lo financeiramente. Já com a filha, Paulo relata ter preocupação com a formação idônea, em matriculá-la em escola de boa qualidade, com namoro futuro, com as companhias.

José preocupa-se com ambos os filhos para que eles não sofram, que sejam pessoas de bem, sem preconceitos, dignas, que tenham valores morais, que adquiram vasto conhecimento, tenham oportunidades em estudar em bons colégios, de se formar e ser um bom profissional.

Pedro preocupa-se muito com o filho adotivo, preocupação e atenção por causa da genética, pois os pais eram usuários de drogas e também com os reflexos dos maus tratos que ele recebeu dos pais biológicos, fonte de preocupação que consiste em uma forma de envolvimento paterno.

Pedro admite que o filho adotivo é foco de preocupação para ele em decorrência de ser muito desatento e ter déficit de atenção. Estabelece regras e limites e fica atento aos sinais do filho. Tal pai preocupa-se com a educação acadêmica de sua criança.

Por fim, Marcos tem preocupações com os riscos das redes sociais.

O envolvimento do pai com seus filhos vem sofrendo alterações significativas nas últimas décadas, a paternidade adotiva ainda é pouco pesquisada e as investigações são escassas sobre a paternidade adotiva. Nesse estudo, a pesquisadora pôde observar que os pais “adotivos” não gostam dessa classificação, se sentem como pais biológicos. O envolvimento aconteceu de diversas maneiras com os participantes, a função paterna é complementar à materna e é fundamental para o desenvolvimento humano, mais importante que traços individuais são as qualidades das relações. (PETRINI, 2010; LAMB, 2010).

Lamb (2010, p.14) afirma que “influências paternas positivas são mais prováveis de ocorrer [...] em contextos familiares positivos”.

Essa pesquisa confirma as intuições acerca da essência e vivência da paternidade, ou seja, como pontua Petrini (2010), ela é feita de relações.

A concepção sobre envolvimento do pai e filho inscreve-se no horizonte do cuidado traduzido no compromisso de instrumentalizar condições para o desenvolvimento das relações familiares.

Necessário se faz considerar os diferentes aspectos que nela interferem: atributos pessoais, contexto familiar, qualidade das relações, e em âmbito mais amplo: os aspectos étnicos, culturais, educacionais e socioeconômicos. É importante cuidar da família uma vez que em seu seio se internalizam valores/attitudes e se gesta o

futuro das novas gerações. Assim, estudos futuros sobre a paternidade adotiva são necessários a fim de aprofundarem os dados obtidos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Retomando o objetivo geral do presente estudo de mestrado – compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna – considera-se ter havido um avanço importante nessa direção, contudo, tal propósito não se esgotou.

A seguir serão sintetizados os principais achados que respondem cada um dos objetivos específicos.

O primeiro deles foi o de identificar, segundo o pai, os motivos que levaram a família a decidir sobre a adoção.

Os motivos para a adoção mostraram-se diversos e dependeram de várias circunstâncias da vida do casal. São eles: o pai ter feito vasectomia no primeiro casamento, após a vinda dos filhos biológicos, e ter-se casado novamente e desejar ter filho(s) com a atual esposa; o pai ser filho adotivo e querer retribuir o que havia recebido; também apareceu a adoção como sentido da vida, mesmo o casal tendo filhos biológicos em comum; outra questão foi o fato de ter filho biológico com doença transmitida geneticamente; houve, ainda, a opção pela adoção ao invés da inseminação artificial que foi motivada por questões religiosas.

O segundo objetivo foi o de conhecer como foi o processo de decisão para a adoção na perspectiva paterna.

Ficou evidente a relevância de o processo de decisão ser do casal em conjunto, para que as relações familiares transcorram de forma mais positiva e favorecedora do desenvolvimento humano.

O terceiro objetivo foi o de verificar quais critérios foram utilizados para a escolha da criança adotada.

Os critérios para escolha do filho adotivo também foram diversos: (a) ser parecido com os pais adotivos; (b) ser menina ou um casal; (c) ser bebê; (d) ser saudável. Na primeira adoção, o casal deseja, de alguma forma, encontrar

um filho adotivo com características semelhantes às que teria um suposto filho biológico, na segunda já há uma abertura maior.

O quarto objetivo específico foi: investigar como o pai avalia os trâmites legais percorridos no processo de adoção.

Os trâmites legais são considerados positivos no que diz respeito à atuação de equipe interdisciplinar, mas houve queixas com relação à demora da emissão da certidão de nascimento com o nome da família adotiva, o que prejudica o acesso à educação formal e a atendimentos médicos, além de provocar constrangimentos. Já o cadastro nacional foi considerado positivo por facilitar o acesso a crianças com o perfil desejado, mas tem o aspecto negativo com relação aos gastos que a família tem para visitar e buscar a criança, requerendo certa disponibilidade financeira.

Por fim, o último objetivo específico foi o de investigar o envolvimento paterno com o(a) filho(a) adotivo(a).

Os pais equiparam o filho adotivo ao biológico e mostraram-se bastante envolvidos com suas crianças tanto em interação, quanto em acessibilidade e responsabilidade.

Conclui-se que os pais vivenciaram intensamente todo o processo de adoção de seus filhos do coração.

Avaliando o método utilizado, considera-se que o estudo qualitativo possibilitou um grande aprofundamento sobre o tema estudado, mas requereu uma análise trabalhosa em decorrência do grande volume de dados colhidos.

Para pesquisas futuras, identifica-se a necessidade de investigações quantitativas e qualitativas que ampliem e aprofundem o estudo sobre a paternidade adotiva. Por exemplo, são importantes pesquisas sobre a adoção tardia e o envolvimento do pai em tal contexto; além de investigações que avaliem mais profundamente os trâmites legais da adoção, assim como as “adoções prontas”. Seriam interessantes, ainda, pesquisas com casais adotivos para avaliar os envolvimento materno e paterno.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, *Philippe*. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2ª edição. LTC Editora. p 230.

ARRIAGADA, Irma. **Cambios y desigualdad em las famílias latinoamericanas**. **Revistade La Cepal**, 2002. Disponível em: [http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19349/lcg2180e\\_Arriagada.pdf](http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19349/lcg2180e_Arriagada.pdf) >Acesso em : 29/10/2012.

ARRIAGADA, I. **Nuevas famílias para un nuevo siglo?** *Cadernos de Psicologia e Educação: Paidéia*, v. 18, n.10, p. 28-35, 2000.

ANDRADE, Raylla Pereira de; COSTA, Nina Rosa do Amaral and ROSSETTI-FERREIRA, Maria *Clotilde*. **Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso**. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2006, vol.16, n.34, pp. 241-252. ISSN 0103-863X.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200012>> Acesso em 28/10/2012.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).> Acesso dia 27 de maio de 2013.

BRASIL, Lei Federal n.8.069 de 13 de julho de 1990. **ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BRASÍLIA 1990**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm).> Acesso dia 27 de maio de 2013.

BRASIL, Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)> Acesso em 30 de maio de 2013.

BRASIL, Lei Federal n. 2.848 de 7 de dezembro de 1948. **Código Penal Brasileiro**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm).> Acesso em 30 de maio de 2013.

BRASIL. **Constituição 1988**: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília; Ed. Atual. 1988. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988, 336p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde. – 3. ed.** – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.96 p. – (Série E. Legislação de Saúde).

BASTOS, Ana Cecília de Souza; BICHARA, Ilka Dias; BRASILEIRO, Pedro Gomes de Lima; PONTES, Vivian Volkemer. A transição para a paternidade e a paternidade em transição, p. 147; 149. **O Pai na Sociedade Contemporânea**. Lúcia Vaz de Campos

Moreira; Giancarlo Petrini; Francisco de Barros Barbosa (org.) Editora Edusc, Bauru, 2010.

BARROS, Rosana Maria de. **Adoção e família: a preferência pela faixa etária-certezas e incertezas**. Curitiba: Juruá Editora, 2014, p.36.

BALANCHO, Leonor Segurado Falé. **Ser pai: Transformações intergeracionais na paternidade**.

Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n2/v22n2a06.pdf> Acesso em 23 de maio de 2014.

BASTOS, Ana Cecília de Souza...; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. **Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality**. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. Aspecto teórico e práticos. 6ª ed. Revista 2013.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2004.

BUSTAMANTE, Vânia. **Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: Um estudo de caso com homens de camadas populares**.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a06.pdf> Acesso em 18 de junho de 2014.

BUENO, Rovana Kinas; VIEIRA, Mauro Luís; CREPALDI, Maria Aparecida. **Relações entre envolvimento paterno com filhos adotivos e estrutura familiar**. Florianópolis, SC, 2014.

Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.nepedi.ufsc.br/files/2014/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-14-02-28-vers%C3%A3o-final-para-impress%C3%A3o.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2014.

CASSIN, Walter C. e Jaquecmin, A. **O psicólogo judiciário e a cultura da adoção: limites, contradições e perspectivas**. 2001, p.249. In: Zélia M.M. Biasoli Alves e Denise A.J. Cremonesi (eds.) IV Seminário de Pesquisa, tomo II, Livro de artigos. Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

CARVALHO, Dimas Messias de. **Adoção e guarda**. Del Rey, 2010, p.2.

CARVALHO, Ana Barreiros de Carvalho; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **O papel do pai na sociedade contemporânea: Concepções de pais, funcionários de uma empresa estatal da Bahia**.

Disponível em: [http://tede.ucsal.br/tde\\_arquivos/5/TDE-2013-06-18T162152Z-287/Publico/Ana%20Barreiros%20de%20Carvalho.pdf](http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/5/TDE-2013-06-18T162152Z-287/Publico/Ana%20Barreiros%20de%20Carvalho.pdf) Acesso em: 18 de junho de 2014.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CERVENY, Ceneide Maria Oliveira; CHAVES, Ulisses Herrera. Pai? Quem é este? a vivência da paternidade no novo milênio. In: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco (org.). **O Pai na sociedade contemporânea**. Bauru: EDUSC, 2010.p. 41-51.

CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Motta. Família, **Separação e Mediação, uma visão** psicojurídica. 3ª ed.- Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

COSTA, Nina Rosa do Amaral and ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2007, vol.20, n.3, pp. 425-434. ISSN 0102-7972. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-7972200700030001>>Acesso em: 28/10/2012.

COSTA, Maria Cecília Solheid. **OS "FILHOS DO CORAÇÃO" adoção em camadas médias brasileiras**. Rio de Janeiro 1988.Tese de Doutorado do Programa de Antropologia Social, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:[http://www.pagu.ifch.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/124\\_costa\\_maria\\_cecilai\\_solheid\\_termo.pdf](http://www.pagu.ifch.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/124_costa_maria_cecilai_solheid_termo.pdf) Acesso em : 16 de abril de 2014.

#### **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

Disponível em:<<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em 30 de maio de 2013.

DANTAS, Cristina; JABLONSKI, Bernardo and FERES-CARNEIRO, Terezinha. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia (Ribeirão Preto)** [online]. 2004, vol.14, n.29, pp. 347-357. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2004000300010>>Acesso em 28/10/2012.

DONATI, Pierpaolo. **Família no Século XXI: abordagem relacional** [tradução João Carlos Petrini]- p. 64;66;67 São Paulo: Paulinas,2008- Coleção Família Contemporânea.

DONATI, Pierpaolo. **Politiche del tempo quotidiano e relazioni intergerazionali nella prima adolescenza**. In: Colozzi I.; Giovanini G. (a cura di). Ragazzi in Europa tra tutela, autonomia e responsabilità, Milano: Franco Angeli, 2003.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**. Ribeirão Preto, n. 36, v. 17, p. 21-32, abr. 2007.

DESSEN, Maria Auxiliadora. **Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2010, vol.30, n.spe, pp. 202-219. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932010000500010>.

DUPUIS, Jacques. **Em nome do pai: Uma história da Paternidade**. São Paulo. Editora Martins Fontes.

ENGELMANN, Franciele; PETRINI, Giancarlo. **Vivência da dádiva em satisfação das exigências originárias no âmbito familiar**. Artigo apresentado nos Anais da Semana Mobilização Científica- SEMOC

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**. Editora Vozes, 34ª ed. 2013.

FREIRE, Francisca Marina de Souza and PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. **O Psicólogo apoiador matricial: percepções e práticas na atenção básica**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2013, vol.33, n.1, pp. 162-173. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100013>.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Adoção- Guia Prático Doutrinário e Processual com as alterações da Lei n.12010**, de 3/8/2009- São Paulo, 2010.

FREIRE, Francisca Marina de Souza and PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. **O Psicólogo apoiador matricial: percepções e práticas na atenção básica**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2013, vol.33, n.1, pp. 162-173. ISSN 1414-9893. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000100013>.

FÉRES- CARNEIRO, Terezinha, ZIVIANI, Cília, MAGALHÃES, Andrea Seixas. Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. **Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. Org. Terezinha Féres-Carneiro. São Paulo. Casa do Psicólogo,2011. P.49.

FERES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 1998, vol.11, n.2, pp. 379-394. ISSN 0102-7972. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; PONCIANO, Edna L.T.; Magalhães, Andréa S. **Família e Casal: da tradição à modernidade. Família em Movimento**. Org. Ceneide Maria de Oliveira Cervený. São Paulo. Casa do Psicólogo,2007. P,27.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; (organizadora), **Casal e Família: Conjugalidade, Parentalidade e Psicoterapia**- São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha ; MAGALHÃES, Andrea Seixas. A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneos. **Família e Parentalidade. Olhares**

**da Psicologia e da História.** Lúcia Vaz de Campos Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich (organizadoras). Curitiba: Juruá Editora, 2011.

GAGLIANO, Pablo Stolze, FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de Direito Civil. Direito de Família- As Famílias em perspectiva constitucional.** 3 ed.rev.atual e ampl. São Paulo: Editora Saraiva 2013.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção, Doutrina e Prática. Com Comentários à Nova Lei da Adoção-Lei 12.010.09.** Curitiba: Juruá 2012. 2ª edição

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.4.ed,** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,2004,p723.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. **O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea.** *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v. 20, n.2, 2004, p. 119-125.

GUIMARÃES, Lilian de Almeida. **Conversando com crianças sobre adoção.** São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010.

GIUSSANI. Luigi. **O milagre da hospitalidade.** São Paulo. Editora Companhia Ilimitada, 2006.

HAMAD, Nazir. **A criança adotiva e suas famílias.** Rio de Janeiro. Companhia de Freud Editora.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Doutrina e Jurisprudencia 14ª ed. Atualizada incluindo comentários à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) São Paulo: Ed. Atlas S.A. 2013.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: Família e Domicílio.** Rio de Janeiro, 2012. (12º Recenseamento Geral do Brasil).

JABLONSKI, Bernardo. O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. **Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia.** Terezinha Féres-Carneiro (org.) São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LAMB, M. E., **The role of the father in child development.** New Jersey: Wiley, inc.,2004.

LAMB, M. E.; PLECK J., CHARNOV, E.L.; LEVINE, J. (1987). 'A biosocial perspective on paternal behavior and involvement', In J.B. Lancaster, J, Altman,

A. Rossi, & L. Sherrod (Eds), Parenting across the lifespan: Biosocial dimensions, New York: Aldine de Gruyter, pp. 111-142

LAMB, E. Michael. O papel do pai em mudança. Disponível em: [http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2706/1/1992\\_1\\_19.pdf](http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2706/1/1992_1_19.pdf) Acesso em 16 de abril de 2014.

LAMB, E. Michael. (2000). **Fathering. In Encyclopedia of Psychology** (vol.3,pp.338-341). Oxford: American Psychological Association.

LAMB, M. Fatherhood then and now, In A. Booth & A. Crouter (Eds.). **Men in families: When do they get involved? What difference does it make?** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p.47-52, 1998.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: M. E. Lamb (Ed.). **The role of the father in child development**. 5<sup>th</sup> ed. New York: John Wiley & Sons, 2010, p. 1-26.

LADVOCAT, Cynthia. Campo Clínico da Reparação na Adoção. **Guia de Adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. Cynthia Ladvoocat; Solange Diuana. (Organizadoras), 1.ed. São Paulo: Editora Roca, 2014.

LEWIS, Charlie; DESSEN, Maria Auxiliadora. **O Pai no Contexto Familiar. Psicologia: Teoria e Pesquisa**. 1999. Disponível em: <https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/1485> Acesso em 23 de maio de 2014.

LEAL, Teresa Cristina Merhy; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos Moreira. **Família e Parentalidade- Olhares da Psicologia e da História**. Organizadoras: MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos e Elaine Pedreira Rabinovich. / Curitiba: Juruá, 2011.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro et al . **Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações**, São Paulo , v. 7, n. 13, jun. 2002 .

Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-29072002000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 29 maio 2014.

LEVINZON, G. K (2004). **Adoção**. (Coleção Clínica Psicanalítica) São Paulo: Casa do Psicólogo.

LEVINZON, G. K (2014) *Parentalidade Adotiva. Os pais suficientemente bons. Guia de Adoção: No Jurídico, no social, no psicológico e na família*. Cynthia Ladvoocat; Solange Diuana (organizadoras). 1.ed.São Paulo: Editora Roca, 2014.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. **Os tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **Famílias**. São Paulo: Editora. Saraiva, p. 248.

LOPEZ, Vinícius Faranhos; PETRINI, João Carlos. **Vínculo Conjugal: Entre o individualismo e a busca pelo outro**. *Um estudo qualitativo. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Família na Sociedade Contemporânea. Disponível em: [http://tede.ucsal.br/tde\\_arquivos/1/TDE-2009-07-10T125405Z-107/Publico/VINICIUS%20FARANI%20LOPEZ.pdf](http://tede.ucsal.br/tde_arquivos/1/TDE-2009-07-10T125405Z-107/Publico/VINICIUS%20FARANI%20LOPEZ.pdf) Acesso em 01/12/2014*

MARCHI, Nádia Maria et al. **Consequências da vasectomia: experiência de homens que se submeteram à cirurgia em Campinas (São Paulo), Brasil**. *Saúde soc. [online]. 2011, vol.20, n.3, pp. 568-578. ISSN 0104-1290 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000300004>. Acesso em 01/12/2014.*

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MARINELLI, Francesco; NÓBLEGA, Magaly. **Representaciones de apego y sensibilidad paterna em padres de hijos em edad pré-escolar**. Disponível em: [http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/123456789/4881/MARINELLI\\_FRANCESCO\\_SENSITIVIDAD\\_PATERNA.pdf?sequence=1](http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/123456789/4881/MARINELLI_FRANCESCO_SENSITIVIDAD_PATERNA.pdf?sequence=1). Acesso em 21 de junho de 2014.

MARIANO, Fernanda Neísa and ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?** *Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2008, vol.21, n.1, pp. 11-19. ISSN 0102-7972. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722008000100002> > Acesso em: 28/10/2012.*

MACIEL, Kátia Regina Lobo Andrade Maciel (coordenação). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente. Aspectos Teóricos e Práticos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 20ª ed. 1994 Rio de Janeiro: Editora Vozes.

MINAYO, M. C. de S. *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. (orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2005, 244 p.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; PETRINI, Giancarlo; BARBOSA, Francisco de Barros (Organizadores) - **O Pai Na Sociedade Contemporânea**- Bauru, São Paulo: EDUSC, 2010.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Estudos sobre família em contextos brasileiros. Família e Parentalidade: Olhares da psicologia e da história**. Org. Lúcia Vaz de Campos Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich. Curitiba: Juruá Editora. P.20

MOREIRA, L. V. C.; CARVALHO, A. M. A.; ALMEIDA, V. M. P.; OIWA, N. N. A *Prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas*. In: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. C. (Orgs.). **Dinâmica familiar e do cuidado: Afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

MONTEIRO, Lígia Maria Santos; FERNANDES, Marília; VERÍSSIMO, Manuela; COSTA, Inês Pessoa e; TORRES, Nuno; VAUGHN, Brian E.; *Perspectiva do pai acerca do seu envolvimento em famílias nucleares. Associações com o que é desejado pela mãe e com as características da criança*. **Revista Interamericana de Psicologia**.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/1176> . Acesso em 8 de julho de 2014.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil, v.5: Direito de Família**- Rio de Janeiro: Forense 2010.

NEGRÃO, Theotonio. **Código Civil e legislação em vigor**. 16ª ed. Atualizada até 5 de janeiro de 1997. São Paulo: Editora Saraiva p.99.

PASSOS, Maria Consuelo. *Família, amizade e reinvenção da vida*. **Casal e Família-conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. Terezinha Féres-Carneiro (organizadora). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

PRADO, Ângela Fortes de Almeida. *Família e Deficiência. Família e... Comunicação. Divórcio. Mudança. Resiliência. Deficiência. Lei. Bioética. Doença. Religião e Drogadição*. Organizadora, Ceneide Maria de Oliveira Cerveny. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2004.

PARKE, R. **Fathers and families**, In M., Bornstien (Ed), Handbook of Parenting, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 27-33, 1995.

PEREIRA, Cristina Lopes; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Adocção Tardia: Investigação sobre padrões de relacionamento familiar, comportamento escola social**. *Dissertação de Mestrado. Curitiba, 2012*. Disponível em ;[http://www.ppge.ufpr.br/teses/M12\\_Cristina%20Lopes%20Pereira%20.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses/M12_Cristina%20Lopes%20Pereira%20.pdf)

PLECK, J. **Paternal Involvement: Levels, sources, and consequences**. In, M. Lamb (Ed.). *The Role of the Father in Child Development*. New York: Wiley & Sons, p. 66-103, 1997.

PETRINI, João Carlos. **Pós- Modernidade e Família: um itinerário de compreensão**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003. Coleção Ciências da Família, p.71.

PETRINI, João Carlos. *Mudanças sociais e mudanças familiares*. Em: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (organizadores). **Família, Sociedade e Subjetividades - uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 29-53.

PETRINI, João Carlos, DIAS, Marcelo Couto. **A família e os seus desafios na contemporaneidade. Psicologia, Família e Direito. Interfaces e Conexões.** Lúcia Vaz de Campos Moreira (Org.) Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 275-287.

PETRINI, João Carlos; DIAS, Marcelo Couto; **Família no debate, cultural e político contemporâneo.** São Paulo: Editora Loyola, 2013.

PETRINI, J. C.; ALCÂNTARA, M. A. R.; MOREIRA, L. V. C. **Família na contemporaneidade: análise conceitual.** In: MENEZES, J. E. X.; CASTRO, M. G. (Org.). *Família, população, sexo e poder.* Salvador: Paulinas, p. 4, 2009.

PILOTTI, Francisco. J. **Manual de Procedimentos para a formação da família adotiva,** 2008, p.37. Instituto Interamericano da Criança.

PICCININI, Cesar Augusto. HENN, Camila Guedes. **O envolvimento Paterno e a experiência da paternidade no contexto da síndrome de down.** Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11248/000610840.pdf?sequenc e=1> Acesso: 26 de maio de 2014.

PICCININI, Cesar Augusto, SILVA, Milena da Rosa; **Sentimentos sobre paternidade e envolvimento de pais que residem e pais que não-residem com seus filhos,** 2007.

Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3461> Acesso em : 23 abril de 2014.

PICCININI, Cesar Augusto, Silva,, Milena da Rosa, Gonçalves, Ribeiro, Tonantzin, Lopes, Sobreira, Rita, Tudge, , Jonathan. **O Envolvimento Paterno durante a Gestaçãopsicologia: Reflexão e Crítica** [On-line] 2004, 17 ( ) : [Data de consulta: 17 / junho / 2014]

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817303>> ISSN 0102-7972.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral.** *Revista Projeto História.* São Paulo, v. 15, abr. 1997.

REPPOLD, Caroline Tozzi and HUTZ, Claudio Simon. **Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas.** *Estud. psicol. (Natal)* [online]. 2003, vol.8, n.1, pp. 25-36. ISSN 1413-294X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100004>.

REZENDE, Ana.L. M.; ALONSO, Ilca L.K. **O Perfil do Pai Cuidador, Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano.** São Paulo, 5 (1/2), 1995.

RISÉ, Claudio. **A inaceitável ausência do pai. Paternidade e seus desafios na sociedade atual.** São Paulo: Editora Cidade Nova, 2007.

RUDIO, Franz Vitor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 25. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família Como Espelho, um estudo sobre a moral dos pobres**. 6ª edição. Cortez Editora. São Paulo. P.85.

SARTI, Cynthia Andersen. **Algumas questões sobre a família e políticas sociais. Família em Mudança**. Org. Christine Jacquet, Livia Fialho Costa. P.194.

SANTOS, Ozéias J. **Adoção- Novas regras da Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Editora Syslook 2011. Campinas-SP.

SARTI, Cynthia Andersen. A Família Como Espelho, um estudo sobre a moral  
SILVA, Maria Bárbara Toledo Andrade. Papel dos grupos de apoio à adoção na garantia do Direito à Convivência Familiar. **Guia de Adoção: No jurídico, no social, no psicológico e na família**. LADVOCAT, Cynthia; DIUANA, Solange, organizadoras. 1. Ed. São Paulo : Roca, 2014.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida e DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Famílias adotivas: identidade e diferença**. *Psicol. estud.*[online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 285-293. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>.

SCHETTINI Filho, Luis. **Compreendendo os pais adotivos**. Recife: Bagaço, 1998.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moelle **Filhos por adoção: um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos**. 212f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

Disponível em: [http://www.unicap.br/tede/tde\\_arquivos/1/TDE-2007-05-14T073118Z-82/Publico/Suzana%20Schettini.pdf](http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-05-14T073118Z-82/Publico/Suzana%20Schettini.pdf) Acesso em: 18 de junho de 2014.

SIMÕES, Rita; LEAL Isabel; MAROCO, João. **Escala de envolvimento paterno: Estudo de validação de um instrumento**. 1ª edição Lisboa: Placebo. Editora LDA, 2010.

SILVA, Evilásio Andrade da. **As significações e as motivações da paternidade adotiva, 2010**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília .Disponível em [http://www.bdt.d.ucb.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1229](http://www.bdt.d.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1229). Acesso em 01 de julho de 2014.

SILVA, Maria Bárbara Toledo Andrade. Papel dos grupos de apoio à adoção na garantia do Direito à Convivência Familiar. **Guia de Adoção: No jurídico, no social, no psicológico e na família**. LADVOCAT, Cynthia; DIUANA, Solange, organizadoras. 1. Ed. São Paulo : Roca, 2014.

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de and BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. **Paidéia (Ribeirão Preto)** [online]. 2009, vol.19, n.42, pp. 97-106. ISSN 0103-

863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2009000100012> > Acesso em 28/10/2012.

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar.

**Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, dez. 2008. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822008000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 29 maio 2014.

SOUZA, J.T.P.; MIRANDA, V.R. **Dissolução da conjugalidade e guarda compartilhada**. In: CARVALHO, M.C.N.; MIRANDA, V.R. Psicologia jurídica: temas de aplicação. Curitiba: Juruá, 2009.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Volume Único. 2013.

**Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**- Acesso em 29 de maio de 2013. <http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=ado%27ao+homoafetiva&tb=jurisnova&pesq=jurisSuperiorTribunaldeJustiça>- Acesso em 29 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=Uni%20+estavel&refinar='LUI%20FELIPE%20SALOMAO'.MIN.&&b=ACOR&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=24>

VARGAS, Marлизete M. e Weber, Lidia N.D. **Um estudo das publicações científicas internacionais sobre adoção-resumo**. XXVI Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia. Cadernos de Resumos, p.118. Ribeirão Preto, 23 a 27 de outubro.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIANA, Florismar dos Santos; COSTA, Livia Alessandra Fialho da Costa. Parentesco Eletivo. *Aprendendo A Ser Pai Adotivo Num Contexto De Infertilidade Conjugal. O Pai Na Sociedade Contemporânea*, 2010.

VICENTE, Rosa Maria Pereira da Silva. **Família e Mudança. Família e... Comunicação. Divórcio. Mudança. Resiliência. Deficiência. Lei. Bioética. Doença. Religião e Drogatização**. Organizadora: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 8ª.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Coleção direito civil; v6.p. 20; p. 263-264.

VIEIRA, Elaine Novaes; SOUZA, Lídio de. **Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade**. Aná. Psicológica, Lisboa, v. 28, n. 4, out. 2010.

Disponível <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312010000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000400003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 maio 2014.

WAGNER, Adriana STAUDY, Ana Cristina Portello. **Paternidade em tempos de mudança.**

Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151636872008000100013&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151636872008000100013&script=sci_arttext) Acesso em 27 de junho de 2014.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **O Psicólogo e as práticas de adoção.** Organizadoras: BRANDÃO, Eduardo Ponte e Hebe Signorini Gonçalves. Rio de Janeiro. Ed. Nau, 2004, v.1.p.99-140.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos Psicológicos da adoção**, 2004, Editora. Juruá.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Pais e Filhos por adoção no Brasil.** Características, expectativas e sentimentos. 1ª ed. (ano.2001), 9ª Reimpressão. Curitiba: Editora Juruá 2010.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Adote com carinho. Um manual sobre aspectos essenciais da adoção.** Curitiba: Juruá Editora, 2011.

ZOJA, Luigi. **O Pai: História e psicologia de uma espécie em extinção.** São Paulo: Axis Mundi, 2005, P.151.

ZORNIG, Silvia Abu-Jamra. **Construção da parentalidade: Da infância dos pais ao nascimento do filho. Maternidade e Paternidade; A parentalidade em diferentes contextos.** Cesar Augusto Piccinini; Patrícia Alvarenga (org). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

## Apêndice A

## ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAIS ADOTIVOS

Data:                      Local:                      Hora:

## I. Dados de identificação

1. Idade:

2. Escolaridade:

3. Etnia: branca      negra              parda              amarela              indígena

4. Bairro em que reside :

5. Trabalha atualmente?    Em caso positivo perguntar carga horária semanal de trabalho:

6. Estado civil: Para os casados perguntar: Há quanto tempo estão casados?

Renda familiar aproximadamente –

7. Quais pessoas fazem parte da sua família?

8. Com quais pessoas o senhor reside? (Parentesco com relação ao participante)  
Quem faz parte da sua família extensa?

9. Filhos (biológicos e adotivos)

Sexo	Adotivo ou biológico	Idade em que foi adotado(a)	Idade atual	Etnia
		-		

## II. A experiência de adoção

10. Como surgiu a ideia de adoção?

11. De quem foi a ideia da adoção?

12. Como foi o processo de decisão para a adoção?

13. Quais motivos levaram a família a decidir sobre a adoção?

14. Caso o critério para decidir sobre a adoção tenha sido a infertilidade,

15. Quais critérios foram utilizados para a escolha do seu/sua filho(a) adotivo(a)? (sexo, idade, etnia, condições de saúde, etc.)

16. Como o senhor e sua família ficaram sabendo sobre os trâmites legais para a adoção?

17. Com relação aos trâmites legais, quais foram as etapas percorridas pela família no processo de adoção?

18. Como o senhor avalia os trâmites legais percorridos no processo de adoção?

19. Você contou com algum tipo de apoio e/ou acompanhamento antes, durante e depois da adoção? Caso positivo, explicitar o apoio recebido.

20. Qual foi ou tem sido o papel do grupo de apoio no processo de adoção da sua criança?

21. O senhor encontrou algum empecilho no processo de adoção? Qual?

22. Depois da inscrição no Cadastro Nacional de Adoção, quanto tempo levou para serem chamados para conhecer a criança?

23. Como foi esse tempo de espera?

24. Como foram os preparativos para receber a criança na casa do senhor?

25. Antes de conhecer a criança, quais foram as suas expectativas com relação a ela?

26. Descreva como foi o primeiro encontro com a criança.

27. Como foi o seu envolvimento com a criança nesse primeiro encontro?

28. Quanto tempo levou do primeiro encontro com a criança até a levarem para a casa do senhor?

29. Como foi a chegada da criança na casa do senhor?

30. Quantos anos a criança tinha ao chegar à casa do senhor?

31. Como foi o seu envolvimento com a criança, nos primeiros dias da chegada dela na casa do senhor, em termos de:

32. Como foi a introdução da criança na família? (Inclusive na família extensa).

33. A criança sabe que é filha adotiva? Sim/ Não Caso positivo, informar como e por quem foi contado tal fato.
34. Atualmente como tem sido o envolvimento do senhor com a criança em termos de:
35. Quais são suas expectativas com relação ao futuro do seu/sua filho (a) adotivo (a)?
36. Em sua opinião, o que é ser pai?
37. A partir de que momento começou a se sentir pai da criança? Por quê?
38. Enfrentou algum tipo de preconceito por ser pai adotivo? Caso positivo explicitar o tipo de preconceito e como lida com ele.
39. Como tem sido a experiência da paternidade adotiva?
40. Quer acrescentar algo sobre o que conversamos?
- Obrigada!

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O senhor está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa intitulada: Filho do coração: o processo de adoção de criança na perspectiva paterna, que será desenvolvida pela pesquisadora Teresa Cristina Ferreira de Oliveira, mestranda do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna. Para a coleta de dados/informações será desenvolvida uma entrevista, cujo roteiro compreenderá perguntas relacionadas ao tema estudado, com duração aproximada de quarenta minutos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o senhor pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer prejuízo para o senhor.

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o senhor poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que a sua identificação será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo. Por isso, a entrevista será gravada para possibilitar o registro de todas as informações dadas, as quais serão posteriormente transcritas;
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora poderá entrar em contato através do endereço/telefone:

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira - mestranda  
Lúcia Vaz de Campos Moreira - orientadora  
Universidade Católica do Salvador  
Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea  
Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação  
Salvador-Ba  
CEP: 40.231-902  
Telefones: (71) 9110-0874 (Teresa) teresacristinaadv@hotmail e (71) 8875-7822 (Lúcia).  
luciacvm@oi.com.br

Considerando as observações acima:

Eu, \_\_\_\_\_ aceito, voluntariamente, participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora: \_\_\_\_\_